

MARIA JOSÉ ANTUNES DA SILVA  
JOSENICE FERREIRA DOS SANTOS ARAÚJO  
INGRID KARLA DA NÓBREGA BESERRA



# O SERVIÇO SOCIAL E O PRONERA

TERRITORIALIDADE E POLÍTICAS SOCIAIS



MARIA JOSÉ ANTUNES DA SILVA  
JOSENICE FERREIRA DOS SANTOS ARAÚJO  
INGRID KARLA DA NÓBREGA BESERRA



# O SERVIÇO SOCIAL E O PRONERA

TERRITORIALIDADE E POLÍTICAS SOCIAIS



MARIA JOSÉ ANTUNES DA SILVA  
JOSENICE FERREIRA DOS SANTOS ARAÚJO  
INGRID KARLA DA NÓBREGA BEZERRA  
(ORGANIZADORAS)

# SERVIÇO SOCIAL E O PRONERA: TERRITORIALIDADE E POLÍTICAS SOCIAIS

VOLUME 2

MARIA JOSÉ ANTUNES DA SILVA  
JOSENICE FERREIRA DOS SANTOS ARAÚJO  
INGRID KARLA DA NÓBREGA BEZERRA  
(ORGANIZADORAS)

# SERVIÇO SOCIAL E O PRONERA: TERRITORIALIDADE E POLÍTICAS SOCIAIS

1ª Edição  
Volume 2  
PALMAS  
2025

## Universidade Federal do Tocantins

Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

### Reitora

Maria Santana Ferreira dos Santos  
Milhomem

### Vice-reitora

Marcelo Leineker Costa

### Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Carlos Alberto Moreira de Araújo

### Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (PROAP)

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

### Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherlley Caxias Batista Barbosa

### Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Bruno Barreto Amorim Campos

### Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Michelle Matilde Semiguem Lima  
Trombini Duarte

### Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)

Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

### Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Marcos Vinicius Giongo Alves

### Pró-Reitora de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)

Olivia Tozzi Bittencourt

### Conselho Editorial

#### Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

#### Membros do Conselho por Área

##### *Ciências Biológicas e da Saúde*

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

##### *Ciências Humanas, Letras e Artes*

Fernando José Ludwig

##### *Ciências Sociais Aplicadas*

Ingrid Pereira de Assis

##### *Interdisciplinar*

Wilson Rogério dos Santos

---

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>



<http://www.abeu.org.br>

Capa: Antonio André Barcelos Chagas

Revisão Linguística: Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Diagramação: Valentina Rodrigues Moreno

Revisão Técnica:

Doi 10.20873//\_eduft\_2025\_57

Ficha catalográfica

Copyright © 2025 – Universidade Federal do Tocantins – Todos direitos reservados

[www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br)

Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Câmpus de Palmas  
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte  
Bloco IV, Reitoria  
Palmas/TO | 77001-090



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)

---

Serviço Social e o PRONERA(livro eletrônico): territorialidades e políticas públicas. Maria José Antunes Da Silva (et al.) Palmas, TO: EdUFT, 2025.  
241p.

ISBN: 978-65-5390-176-6

1. PRONERA. 2. Educação. 3. Social. 4. Universidade. 5. MST I. Araújo, Josenice Ferreira Dos Santos. II. Bezerra, Ingrid Karla Da Nóbrega. Título.

CDD 384.54

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.

## Apresentação

O livro Serviço Social e o PRONERA: Territorialidades e Políticas Sociais nasce da necessidade de registrar, refletir e dar visibilidade à inserção do Serviço Social no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Mais do que um simples relato, esta obra se constitui como um marco na sistematização de experiências que articulam a trajetória histórica das lutas pela educação no campo com a prática profissional dos assistentes sociais, situando-as no horizonte maior da transformação social, da construção de direitos e da consolidação de um projeto democrático e popular de sociedade.

A relevância desta obra reside no fato de que ela não se limita a descrever iniciativas isoladas, mas busca compreender os significados políticos, sociais e culturais que emergem da presença do Serviço Social nesse processo. Ao mesmo tempo em que resgata a memória das ações desenvolvidas, aponta caminhos, sistematiza práticas e problematiza desafios, revelando como a profissão se insere em um processo educativo que transcende a sala de aula e se manifesta nos territórios, nos assentamentos, nas comunidades e nos movimentos sociais. A educação, nesse contexto, é entendida como espaço de emancipação, de resistência e de fortalecimento dos sujeitos coletivos que lutam pela terra, pela dignidade e pela justiça social.

O diálogo estabelecido nesta obra entre teoria e prática permite ao leitor compreender que o PRONERA, mais do que uma política pública, representa uma conquista coletiva fruto da luta histórica dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Ao reunir reflexões teóricas, relatos de experiências e análises críticas, o livro reafirma o compromisso ético-político do Serviço Social com a classe trabalhadora e com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Assim, o Serviço Social e o PRONERA ultrapassa o caráter de registro histórico. Ele se apresenta como instrumento de formação, pesquisa e militância, fortalecendo o diálogo entre universidade, movimentos sociais e comunidades do campo, e contribuindo para a ampliação de um pensamento crítico e comprometido com as transformações sociais.

Que esta obra inspire profissionais, pesquisadores, educadores e militantes a aprofundarem a compreensão sobre o papel do Serviço Social na educação do campo e a se engajarem, com ainda mais força e sensibilidade, na defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, como direito humano inalienável e como parte essencial da luta por reforma agrária e justiça social.

As organizadoras

## Sumário

<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>12</b>
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: MEMÓRIAS DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NOS TERRITÓRIOS	
Maria José Antunes da Silva Rosemary Negreiros de Araújo	
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>20</b>
EDUCAÇÃO DO CAMPO, SERVIÇO SOCIAL PRONERA: DESAFIOS A PARTIR DA PESQUISA-AÇÃO	
Maria Helena Cariaga Maria Jose Antunes da Silva Rejane Cleide Medeiros de Almeida Josénice Ferreira dos Santos Araújo	
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>39</b>
O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SÓCIAIS DA SAÚDE	
Renata Sousa Silva Sandra de Oliveira Gomes Pereira	
<b>CAPÍTULO 4</b>	<b>57</b>
A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: ENTRE OS SABERES TRADICIONAIS E A CHEGADA DA PSF NO ASSENTAMENTO TRILHA 410	
Antonio Francisco Vieira Barbosa Ingrid Karla da Nóbrega Beserra	
<b>CAPÍTULO 5</b>	<b>75</b>
DESAFIOS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: breves reflexões contemporâneas	
Layara Ribeiro de Sousa Josénice Ferreira dos Santos Araújo	
<b>CAPÍTULO 6</b>	<b>91</b>
POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A VULNERABILIDADE INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS	
Maicon Henry Gonçalves Ingrid Karla Da Nóbrega Beserra	

<b>CAPÍTULO 7</b>	<b>104</b>
ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL Suzikelia Chaide da Cruz Ingrid Karla da Nóbrega Beserra	
<b>CAPÍTULO 8</b>	<b>120</b>
POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE E LUTA PELA TERRA: VILA NOVA VITÓRIA, ASSENTAMENTO AÇAÍ, AÇAILÂNDIA - MA Carlos de Jesus Costa Zaira Sabry Azar	
<b>CAPÍTULO 9</b>	<b>140</b>
TRANSPORTE ESCOLAR NO MEIO RURAL: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE JUARINA-TO Cleoma Inácio Lima Santos Josenice Ferreira dos Santos Araújo	
<b>CAPÍTULO 10</b>	<b>158</b>
ANÁLISE DA POLÍTICA DE SAÚDE NO ASSENTAMENTO PA EM JUARINA-TOCANTINS: REFLEXÕES SOBRE O ACESSO ÀS AÇÕES DE SAÚDE. Lucas Inácio de Lima Santos Josenice Ferreira dos Santos Araújo	
<b>CAPÍTULO 11</b>	<b>171</b>
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA VOLTADA A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL: O TRABALHO SOCIAL COM A POPULAÇÃO VENEZUELANA EM AÇAILÂNDIA-MARANHÃO Marcelo de Jesus Sousa Maria Helena Cariaga	
<b>CAPÍTULO 12</b>	<b>191</b>
A INVISIBILIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA Thamires Dos Santos Ribeiro Maria Helena Cariaga	
<b>CAPÍTULO 13</b>	<b>212</b>
POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ANÁLISE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA E SOCIAL DE JOVENS DO ASSENTAMENTO ONALÍCIO BARROŞ, CASEARA (TO) Geniffe Kariny Rodrigues dos Santos Rejane Cleide Medeiros de Almeida	

SOBRE OS ORGANIZADORES	231
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	232

# CAPÍTULO 1

## PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: MEMÓRIAS DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NOS TERRITÓRIOS

Maria José Antunes da Silva<sup>1</sup>  
Rosemary Negreiros de Araújo<sup>2</sup>

### RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo apresentar o relato de uma viagem de atividade de acompanhamento pedagógico como parte integrante da materialização da pedagogia da alternância, especificamente no período do tempo-comunidade. Para tanto, foi utilizada como metodologia, nesse texto, a discussão das atividades de visita de campo, considerando as memórias dos diversos relatos nos 11 territórios visitados *in loco* das e dos 20 acadêmicos do curso de Serviço Social/Pronera/UFT/INCRA, momento em que se pôde observar como é imprescindível o trabalho de acompanhamento individualizado para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo significativamente para a formação acadêmica e para a construção de uma dinâmica integradora entre docentes e discentes, promovendo uma aprendizagem mútua e dialógica.

**Palavras-chave:** Pedagogia da alternância. Território. Acompanhamento Pedagógico.

### ABSTRACT:

This article aims to present a report on a pedagogical follow-up trip as an integral part of the materialization of the pedagogy of alternation, specifically during the community-time period. To this end, the methodology utilized in this text is the discussion of field visit activities, considering the memories of the various accounts across the 11 territories visited *in loco* by the 20 students of the Social Work/Pronera/UFT/INCRA program, a moment in which it was possible to observe how indispensable individualized follow-up work is to strengthening the teaching-learning process, contributing significantly to academic training and to building an integrative dynamic between faculty and students, promoting mutual and dialogic learning.

**Keywords:** Pedagogy of alternation; Territory; Pedagogical follow-up.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup>Assistente Social e mestra em Serviço Social pela PUC/GO, Doutora em Política Social pela UnB, Professora Associada do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins e coordenadora do Curso Serviço Social/Pronera/Turma Maria Trindade, líder do Grupo de Pesquisa: GEPE Ser&Lutas - Política Social, Lutas sociais e desafios para a intervenção do Serviço Social no campo e na cidade. E-mail: mariajose77@uft.edu.br

<sup>2</sup> Historiadora, doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará Centro de Ciências (2016) Professora Associada na graduação em Serviço Social/UFT, no Serviço Social/Pronera/UFT e no PPGSSocial da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Miracema-TO. E-mail: rosearaujo@mail.uft.edu.br.

Este texto tem como objetivo refletir sobre a experiência de acompanhamento junto aos estudantes da graduação em Serviço Social do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), no Câmpus da UFT/Miracema, durante o "Tempo-comunidade", realizado entre 9 e 19 de julho de 2023.

A atividade descrita envolve um processo de acompanhamento educacional em que os professores enviaram atividades aos alunos e, simultaneamente, outra equipe docente realizou visitas aos estudantes nos assentamentos, acampamentos e/ou residências, com o objetivo de oferecer suporte adicional. Nessa viagem, foram visitadas as seguintes localidades: no Tocantins, Divinópolis, Caseara, Pequizeiro, Juarina, Nova Olinda, Carrasco Bonito, Miracema e Palmas; e, no Maranhão, Açailândia, Buriticupu e Lago do Junco.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC) e com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o curso de Serviço Social foi organizado com base na pedagogia da alternância, além das regulamentações próprias do curso, conforme Silva e Soares (2024).

A pedagogia da alternância implica uma metodologia que organiza as disciplinas e seus conteúdos em dois momentos: tempo-universidade e tempo-comunidade. Isso exigiu a elaboração de um calendário com aulas concentradas no espaço da Universidade Federal do Tocantins, em períodos fora da colheita e do plantio, para não interferir no processo produtivo camponês<sup>3</sup>. A carga horária maior, de 70%, está reservada para a oferta dos conteúdos das disciplinas. No tempo-comunidade, são organizados os 30% restantes do conteúdo de cada disciplina, de forma que

---

<sup>3</sup> A organização desse calendário de aula, às vezes, deixa segmentos descobertos, como é o caso dos extrativistas, que no Tocantins, coincidem com o período fora da colheita e do plantio e prejudica esses sujeitos atendidos pelo Pronera.

os acadêmicos desenvolvam atividades orientadas por seus professores e pela equipe de acompanhamento pedagógico do curso.

No contexto do curso entre 2019 e 2025, esse processo ocorreu sob o impacto de uma forte política de austeridade<sup>4</sup> fiscal e a pandemia<sup>5</sup>, as estratégias de acompanhamento foram diversas, incluindo o uso de meios tecnológicos como Google Meet, WhatsApp e e-mail para a realização das orientações. Ao mesmo tempo, outras equipes docentes realizaram acompanhamentos in loco, nos territórios onde residem os estudantes.

Neste texto, que retrata uma dessas experiências por meio de uma viagem de dez dias, foi possível perceber que a memória coletiva funciona como um arquivo de experiências e é essencial para a compreensão do passado e a construção do presente. Ela não é uma cópia fiel do que aconteceu, mas uma reconstrução parcial, influenciada por diversos fatores que serão discutidos a seguir.

Nesse sentido, é relevante recorrer à concepção de memória coletiva apresentada por Silva (2016), com base nos estudos de Maurice Halbwachs. Segundo essa perspectiva, as lembranças individuais não são construídas de forma isolada, mas são influenciadas e moldadas pelos grupos sociais aos quais pertencemos e pelas estruturas sociais em que estamos inseridos. A memória, portanto, não é um fenômeno exclusivamente individual, mas resulta da interação social e do contexto coletivo. Como afirma o autor:

O indivíduo que lembra está inserido na sociedade, na qual sempre possui um ou mais grupos de referência; a memória é, então, sempre construída em grupo, sendo que "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva". Como se pode ver, o trabalho do sujeito no processo de rememoração não é descartado, visto que as "lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que tratem de eventos em que somente nós

---

<sup>4</sup> Entre os anos 2019 até 2022, tivemos um processo de redução de investimentos em políticas sociais que impactou na política de educação no campo, com fechamentos de diversas escolas, ausência de cumprimento do orçamento, conforme planejado, para dar seguimento em convênios já firmados para realização de formação para a reforma agrária.

<sup>5</sup> A Portaria nº 343/2020 do MEC, suspendeu às aulas presenciais no período de recomendação de quarentena, em função da disseminação do novo Coronavírus/2019. Esse foi um período sombrio, pois esse vírus impactou toda a população internacionalmente, foram muitos óbitos, muitas sequelas e sofrimentos incalculáveis.

estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos" (Silva, 2016, p. 248).

Em outras palavras, a memória de uma pessoa é sempre influenciada pela memória do grupo ao qual pertence. Isso ocorre porque lembramos das coisas com base nas experiências, valores e histórias que compartilhamos com outras pessoas. Mesmo lembranças pessoais são organizadas a partir daquilo que vivemos coletivamente. Como explica Halbwachs, só conseguimos lembrar porque fazemos parte de uma sociedade que nos ajuda a dar sentido às nossas memórias.

Dessa forma, este trabalho apresenta acompanhamentos pedagógicos voltados ao processo de registro das memórias de sujeitos em seus diferentes territórios, incluindo lugares com realidades distintas — que compartilham, contudo, objetivos em comum: a luta pela terra e pelos direitos sociais, como o direito de estarem juntos no contexto da universidade.

### O TEMPO-UNIVERSIDADE E O TEMPO-COMUNIDADE: TERRITÓRIOS, ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS

O tempo-universidade, conhecido como o período dedicado aos estudos nos espaços da universidade, é desenvolvido tradicionalmente com aulas e atividades planejadas, palestras, seminários e outras práticas acadêmicas voltadas à construção de conhecimentos teóricos, científicos e técnicos relacionados à área de estudo. Trata-se do momento da formação mais formal e sistemática, com a orientação direta dos professores.

Já o tempo-comunidade é o período em que o estudante retorna à sua comunidade de origem, a um contexto social específico, para aplicar e refletir sobre os conhecimentos adquiridos na universidade.

São dois tempos distintos, porém complementares, que dialogam entre si. Essa alternância é um dos pilares da chamada pedagogia da alternância, um modelo de educação do campo que busca a formação integral do

estudante. Essa proposta considera tanto os saberes científicos quanto a realidade concreta em que o estudante vive e pretende atuar. Por isso, o processo educacional desenvolvido pelo curso de Serviço Social vinculado ao Pronera buscou valorizar a família e a vida camponesa, respeitando a cultura, o trabalho e as relações sociais do campo, ao mesmo tempo em que rompe com a visão hegemônica do campo como espaço exclusivo do agronegócio.

Nesse sentido, o acesso ao ensino superior por sujeitos do campo representa mais do que a conquista de um lugar na universidade. Trata-se de uma ação transformadora. Como afirma Fernandes (2009, p. 15), “[...] é mais uma ferramenta para a formação de cidadãos capazes de transformar a sociedade e a si mesmos e é pensado a partir do diálogo com a realidade mais ampla.” Nessa direção seguiu o curso de Serviço Social/Pronera/UFT, por meio de uma metodologia que integrou os dois tempos universidade e comunidade, buscando romper com a dicotomia entre teoria e prática e formar sujeitos críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação da realidade em que estão inseridos.

Nesse percurso, professores realizaram visitas de acompanhamento nos territórios onde moram os estudantes do Pronera, residentes principalmente em áreas rurais da reforma agrária. Esses territórios são marcados tanto pela diversidade do meio rural quanto pela luta por terra e pelo direito à educação, nos estados do Tocantins e Maranhão. É nesses estados que vivem as famílias dos alunos, onde muitos deles trabalham, produzindo alimentos e desenvolvendo diversas atividades agrícolas, ainda que interligadas por vínculos sociais e produtivos comuns.

Para Camacho (2019), “é necessário entender que as relações socioterritoriais que acontecem no campo não se dão de maneira isolada. Não devemos entender a realidade local de maneira isolada/fragmentada, pois o espaço é uma totalidade [...] o local está submetido às relações globais” (p. 39-40).

Diante disso, compreende-se que, nesse processo, as relações são interdependentes. O campo hoje é plural, múltiplo, diverso e está necessariamente articulado à totalidade das relações sociais, que envolvem a luta de classes no capitalismo globalizado, tanto em contextos urbanos quanto rurais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se identificar, de forma detalhada, que a viagem de acompanhamento de tempo-comunidade foi um grande sucesso, extremamente produtiva e possibilitou conhecer de forma individualizada os 11 territórios onde vivem os 20 acadêmicos. Essa não foi a única viagem de acompanhamento, mas foi a mais longa, com duração de 10 dias, reunindo em um único momento todos os acompanhamentos pedagógicos.

Durante a viagem passamos por paisagens diversas e belas, desde as encantadoras do cerrado, aproveitando o frescor de cada manhã, até a densa floresta amazônica. Em alguns trechos, a estrada passava por baixo das copas das árvores, que se uniam acima, formando um belo corredor natural no meio da floresta.

Os descansos ocorreram nos domicílios dos próprios estudantes, que nos receberam com toda a hospitalidade possível. Com redes confortáveis, tivemos boas noites de sono. Construimos convivência com as famílias durante os cafés da manhã, almoços cujo prato principal foi galinha caipira, e jantares que renderam muitas histórias, boas risadas, estabelecimento de amizades e o desejo de retornar a cada local.

Esses momentos foram marcantes. Claramente, podemos avaliar que houve um divisor de águas na turma, um antes e um depois da viagem. Consideramos que se fortaleceu um vínculo de respeito e solidariedade. Enquanto equipe universitária, tivemos a oportunidade de vivenciar cada realidade, compreender as revoltas, as calmarias e as cobranças dos estudantes. Por outro lado, os estudantes passaram a se referir a nós com

mais tranquilidade, o que amenizou as dificuldades da coordenação. Podemos inclusive sugerir que turmas do Pronera realizem essa viagem logo no início dos cursos, se possível.

É importante registrar que a falta de estrutura da universidade e as limitações orçamentárias para aquisição de material permanente nos levaram a realizar a viagem em parceria com o INCRA. Contudo, essa cooperação trouxe consequências, pois enquanto o INCRA tem a obrigação de fiscalizar o andamento dos cursos, nosso objetivo é acompanhar pedagogicamente os estudantes.

### REFERÊNCIAS

CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. *Rev. NERA, Presidente Prudente*, v. 22, n. 48, pp. 38-57. Dossiê -2019ISSN: 1806-675. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6364/4840>.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Cândido Giraldez. A educação do movimento dos sem-terra. *Rev. Bras. Educ.* (26) • Ago 2004 • <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000200004>.

FERNANDES, Flávia A. Um estudo de caso do curso de pedagogia da terra da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/clien/Downloads/5pgDKq4g9jZk7sC6WPxbg3G.pdf>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 77ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2023.

NASCIMENTO, Bárbara do. Povos e comunidades tradicionais do Bico do Papagaio: estratégias de cuidados frente à COVID – 19. Dossiê. PÓS, vol. 16, nº 2, 2021.

Parque Estadual do Cantão. Instituto Socioambiental – ISA. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/arp/1407>.

RODRIGUES, L. A.; GUILHERME, L. C.; INOUE, L. A. K. A.; SILVA, T. S. de C. (2020). Sisteminha Embrapa/UFU/Fapemig. In: RETORE, M.; PEZARICO, C. R. (Ed.). Tecnologias para a agricultura familiar (4. ed. rev. e atual.). Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste. p. 235–238

SILVA, Gislane Francisca da. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013. *Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, Ago. 2016. Disponível em file:///C:/Users/clien/Downloads/lucio\_geller,+12%20(1).pdf.

SILVA, Maria José Antunes da; SOARES, Raí Vieira. Serviço Social na luta pela educação dos trabalhadores do campo. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, v. 147(1). 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rdVDxPXv5bfBqzKcpSqwh5G/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 05/03/2025.

## CAPÍTULO 2

### EDUCAÇÃO DO CAMPO, SERVIÇO SOCIAL PRONERA: DESAFIOS A PARTIR DA PESQUISA-AÇÃO

O povo que sabe o que quer  
Caminha para terra ficar.  
Pois terra é pra quem trabalha.  
A história não falha, nós  
vamos ganhar!<sup>6</sup>

Maria Helena Cariaga<sup>7</sup>  
Maria Jose Antunes da Silva<sup>8</sup>  
Rejane Cleide Medeiros de Almeida<sup>9</sup>  
Josénice Ferreira dos Santos Araújo<sup>10</sup>

#### RESUMO:

O artigo sistematiza a experiência de pesquisa-ação realizada no curso de graduação em Serviço Social (Pronera/UFT/Incra), no câmpus de Miracema. O trabalho reflete sobre o ensino superior público no contexto da educação do campo, destacando os desafios enfrentados durante a pandemia de Covid-19 a partir de 2020. A necessidade de transição para o ensino remoto e a readequação das atividades pedagógicas, incluindo o tempo-comunidade, impactaram o processo formativo e contribuíram para a evasão de estudantes.

**Palavras-chave:** Educação do campo; Pesquisa-ação; Ensino superior; COVID-19; Evasão.

#### ABSTRACT:

The article systematizes the action-research experience conducted within the Social Work undergraduate program (Pronera/UFT/Incra) at the Miracema campus. The work reflects on public higher education within the context of rural education, highlighting the challenges faced during the COVID-19 pandemic starting in 2020. The need to transition to remote learning and the restructuring of pedagogical activities, including community-based time, impacted the educational process and contributed to student attrition.

**Keywords:** Rural education; Action-research; Higher education; COVID-19; Dropout.

---

<sup>6</sup> Agora vamos para a luta, música sob domínio popular interpretada pelo grupo As Encantadeiras.

<sup>7</sup> Docente no curso de graduação em Serviço Social Pronera/UFT/INCRA e do Programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSSocial / UFT). E-mail: mhcariaga@mail.uft.edu.br.

<sup>8</sup> Coordenadora do curso de Serviço Social Pronera/UFT/Incra e docente do Programa de pós graduação em Serviço Social (PPGSSocial/UFT)..

<sup>9</sup> Docente do Programa de pós-graduação em Estudos de Cultura e Território da UFNT. E-mail: rejane.almeida@ufnt.edu.br.

<sup>10</sup> Docente no curso de graduação em Serviço Social Pronera/UFT/INCRA e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSSocial / UFT). E-mail: joséniceferreira@mail.uft.edu.br.

## INTRODUÇÃO

Este texto foi elaborado a priori como parte do relatório de pesquisa. Seu objetivo foi sistematizar, ainda que de forma breve, a realização da pesquisa-ação pelos estudantes, com o acompanhamento dos professores ao longo do percurso acadêmico, e apresentar a centralidade da formação profissional como dimensão relevante das mediações do conhecimento científico no ensino superior.

A educação do campo no Brasil é resultado das lutas da classe trabalhadora do campo e da cidade. Trata-se de uma educação que visa contribuir para a formação em uma dimensão social e fundamental dos direitos humanos, voltada para o desenvolvimento territorial na perspectiva do sistema de produção dos camponeses e camponesas, seus modos de (re)produção social e dinâmica territorial. Essa matriz tem como proposta atender a camponesas e camponeses. Nesse sentido, as políticas educacionais devem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que vivem no campo.

Como educação do campo, compreendemos a partir do que Caldart (2012, p. 257) define:

A educação do campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política educacional a partir dos interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses, bem como ao embate de classe entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura, que têm implicações no projeto de país e de sociedade, assim como nas concepções de políticas públicas, educação e formação humana.

A materialidade educativa de origem da educação do campo está nos processos de formação dos sujeitos coletivos da produção e nas lutas sociais do campo. Refere-se à relação entre teoria e prática, ou seja, à

práxis<sup>11</sup>. Defende-se que a escola deve ter ênfase na cultura geral, humanista e formativa, que atenda à capacidade técnica e ao trabalho intelectual, possibilitando a formação de novos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Ou seja, que não prepare apenas para as competências, mas sobretudo para a formação humana (Almeida, 2017).

Isso porque a educação está vinculada à produção e reprodução da sociedade, cumprindo uma função social tanto na formação profissional para a produção material da vida, que satisfaz necessidades humanas, quanto na reprodução das relações sociais. Como trata das relações de produção material, da reprodução das relações sociais, das mudanças na divisão social do trabalho, da produção e reprodução da força de trabalho e dos processos educativos, especialmente da formação humana, o papel social da educação, na relação entre o processo de produção e os processos educativos ou de formação humana, é constituído por conflitos, disputas e contradições.

Nesse sentido, apoiamos o pensamento de Gramsci (1999) sobre a educação, que se realiza por meio de um processo que possibilita aos sujeitos saírem da anomia para a autonomia, tendo como mediação a heteronomia. A partir da compreensão de que o homem é resultado das relações de produção, não existe, portanto, uma única maneira de conceber todos os homens em qualquer tempo e lugar. Assim, percebe-se que os homens não agem da mesma forma em todos os espaços e circunstâncias.

As relações que os homens estabelecem são determinadas pela forma como a sociedade está organizada estruturalmente na esfera econômica, superestrutural e também no campo ideológico; é isso que demarca a constituição do indivíduo. Nesse caso, a consciência sobre como os arranjos

---

<sup>11</sup> Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir ex-novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente)”. (Gramsci, 1981, p. 18).

sociais estão pactuados é que determinará a forma como o homem interage com os demais, com o meio e, especialmente, consigo mesmo (GRAMSCI, 1999).

Assim, a proposta de formação profissional de camponesas e camponeses deve pautar-se nas mudanças do homem que transforma a si próprio, modifica-se e, dessa forma, transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante. Nesse sentido, o homem é, e não pode deixar de ser, nada mais do que um sujeito político, ou seja, um homem ativo que modifica o ambiente, sendo o ambiente o conjunto das relações de que todo indivíduo faz parte.

Nesse aspecto, os discentes vivem em territórios nos quais produzem suas territorialidades, vivências e experiências sociais, econômicas, políticas, acadêmicas e culturais. Por isso, a pergunta é: qual é a descrição do território em que as camponesas e camponeses vivem e produzem hoje sua roça e seus processos de sociabilidades?

Decide-se aqui adotar o conceito de que território não é um instrumento, mas um conceito com categorias, um objeto do método. Território:

é um espaço apropriado, um espaço tornado coisa própria; enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há sempre território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (Porto-Gonçalves, 2006, p. 5).

Considerando, dessa forma, pode-se afirmar que o território no qual as camponesas e os camponeses vivem seus processos de sociabilidade é pleno de sentidos e significados político-culturais, sociais, ambientais e, sobretudo, simbólicos. Neles se encontram vivências que não são apenas geográficas, nacionais, regionais ou locais, mas um espaço individual, coletivo e comunitário entre o sujeito e seu ambiente.

Se o território é produção de vida, espaço político-cultural e processos de sociabilidade, na fala de Freire (1996), quando ele diz que gostaria de ser

lembrado como alguém que amou o mundo, as pessoas, os bichos, as árvores, a terra, a água e a vida, pode-se dizer que ele se refere ao território. “Os textos, as palavras, as letras daquele contexto se encarnavam no canto dos pássaros — o do bem-te-vi, o do sabiá, na dança das copas das árvores sopradas por fortes ventanias ilhas, rios, riachos” (Freire, 1996, p. 13). Nesse sentido, o território em que as camponesas e os camponeses vivem imprime uma vida e processos de cultura, tornando-se potência para o bem viver, sendo autogerido pelas comunidades e pelos saberes locais.

Pensar o território e os processos de territorialidades produzidos tem por objetivo definir os territórios nos quais os discentes vivem e constroem suas (re)produções de vida. São, portanto, muitas marcas culturais presentes nos estados do Pará, Tocantins e Maranhão, assim como em suas diversas dimensões de territorialização.

Foi partindo dessas concepções que se iniciaram os debates para a elaboração do projeto de pesquisa-ação com os estudantes do curso de graduação em Serviço Social/Pronera/UFT. Para tanto, foram realizados os caminhos prévios para uma coleta de dados que evidenciou particularidades do campo e aspectos relevantes do perfil dos sujeitos, como gênero, escolaridade, faixa etária, moradia, entre outros. Essa perspectiva permitiu uma compreensão da realidade social para intervenção por meio de estratégias pedagógicas, com o intuito de fortalecer uma formação acadêmica pública e de qualidade.

Em relação ao perfil dos sujeitos pesquisados, os dados demonstraram existir um equilíbrio entre os gêneros masculino e feminino, com acesso equânime ao curso de nível superior, uma vez que todos são discentes da Universidade Federal do Tocantins. Foi a partir dessas informações sistematizadas que se constatou a necessidade da criação do projeto de pesquisa-ação, visando ao fortalecimento do curso de graduação e também à motivação da participação dos estudantes.

Conforme os objetivos traçados para a pesquisa-ação, o principal foi fortalecer o curso de graduação em Serviço Social/Pronera/UFT por meio da pesquisa, com a participação dos 37 estudantes matriculados no curso, promovendo ações que articulam ensino, pesquisa e extensão. Coube ao projeto realizar o estudo da realidade social na qual os estudantes estão inseridos em seus respectivos territórios, de forma que pudessem se aproximar de seu lugar de vida, conhecer, compreender e propor, em cada local, alternativas e caminhos sociais, em conjunto com a população do território, para as intervenções na realidade.

Outro ponto fundamental foi o desenvolvimento do acompanhamento pedagógico dos estudantes em relação ao processo de aprendizagem do curso, considerando as dificuldades e os obstáculos enfrentados por professores, alunos e a coordenação do curso. Também se buscou articular ações de extensão para o fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes, privilegiando uma formação gratuita, laica e de qualidade, comprometida com o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CFESS, 1997, p. 18), que em seus princípios fundamentais aponta o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional.

### ELEMENTOS DO CAMINHO METODOLÓGICO NA PESQUISA-AÇÃO

O desenvolvimento da pesquisa-ação teve como proposta considerar os saberes dos sujeitos envolvidos, tanto daqueles que buscam conhecer a realidade quanto daqueles que são os sujeitos que possibilitam o conhecimento sobre essa realidade social. Visou também a uma relação sujeito-sujeito, no caso do Pronera, para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes do curso de Serviço Social/Pronera. Nesse aspecto, destaca-se que:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, na qual pesquisadores e participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Thiollent, 1985, p. 14).

Para tanto, buscou-se o planejamento de estratégias coletivas para o fortalecimento da prática pedagógica junto aos alunos do Pronera, tanto durante a pandemia da Covid-19, que assolou o planeta a partir de março de 2020, quanto no período pós-pandemia. Enfatizou-se a necessidade de organização e planejamento das disciplinas, bem como das estratégias de acesso às bibliografias e atividades acadêmicas.

A pesquisa-ação carrega em sua concepção a estratégia metodológica utilizada para incentivar a participação dos estudantes que vivem no campo, promovendo sua participação ativa nos processos de compreensão do poder local, interconectado com um todo, em uma totalidade (Ramos, 1997). Destaca-se que alguns autores restringem a concepção da pesquisa-ação ao seu uso para orientar ações junto a grupos sociais pertencentes às classes populares. Nesse caso, a pesquisa-ação é vista como uma forma de engajamento sociopolítico a serviço da causa das classes populares (Baldissera, 2001, p. 6).

Foi estabelecida uma organização que possibilitasse a participação dos envolvidos (professores, estudantes e comunidade), considerando as dimensões territoriais, ou seja, as particularidades vivenciadas pelos discentes e docentes do curso. Para isso, os territórios do tempo-comunidade foram definidos conforme as regiões de moradia dos estudantes:

Território Bico do Papagaio: composto pela região de Esperantina, com três estudantes; Carrasco Bonito, com três estudantes; Araguatins, três estudantes; Aguiarnópolis, um estudante. Território Açailândia/Maranhão: região do Lago do Junco, um estudante; Buriticupu, três estudantes; Açailândia, quatro estudantes. Juarina, cinco estudantes; Pequizeiro, um estudante; Nova Olinda, dois estudantes; Miracema, dois estudantes; Caseara, quatro estudantes; Divinópolis, um estudante. Território Palmares, no estado do Pará, em Parauapebas, três estudantes.

A pesquisa-ação exige uma relação participativa e coletiva entre pesquisadores e demais envolvidos no estudo da realidade, seja em grupos ou comunidades. Trata-se de uma proposta metodológica que visa transferir conhecimentos e habilidades de forma coletiva, propondo soluções comunitárias para a realidade encontrada. Nesse sentido, a pesquisa-ação é entendida e qualificada como uma ação por parte dos pesquisadores no processo investigativo, voltada para a execução de projetos de ação social ou solução de problemas coletivos, centrada no agir participativo e na ideologia da ação coletiva.

A socialização do conhecer e do saber metodológico, é absolutamente necessário para que as pessoas participem ativamente. Para decidir e participar com eficácia é necessário estar capacitado. Neste sentido, aparece a importância da transferência de tecnologia de atuação, tendo em conta que o “saber” é condicionante do “poder fazer” de maneira eficaz e eficiente. Uma pesquisa-ação para que seja participativa, supõe que as pessoas estejam em condições e capacitadas (Baldissera, 2001, p.9).

Destacamos que a participação dos pesquisadores se manifesta no movimento do processo que leva ao conhecimento da realidade, com reciprocidade e complementaridade por parte dos grupos implicados e das comunidades nos territórios. Não se trata apenas de um levantamento de dados ou coleta de informações, mas de uma aproximação da realidade que implica também adentrar os saberes existentes nas comunidades, nos grupos como participantes e partícipes.

É importante destacar que o processo de aprendizagem dos estudantes sobre a pesquisa-ação, em relação ao conhecimento teórico das disciplinas, funciona como um aporte que, ao longo do curso, tende a ampliar e aprofundar a relação com a realidade vivenciada cotidianamente pelos discentes camponeses. Ou seja, a relação entre teoria e prática busca a formação de protagonistas no âmbito acadêmico e social, comprometidos e com bases populares, conforme as palavras de Paulo Freire: “o homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz o seu saber.”

Esse processo de investigação pressupõe uma abordagem teórico-metodológica fundada no movimento social e histórico e fincada na realidade concreta, pois no modo de produção ao qual estamos submetidos, de um lado ocorre a concentração da riqueza em poucas mãos e, de outro, a expansão e o aprofundamento da pobreza e da miséria.

É nesse sentido que a pesquisa-ação surge como uma nova proposta metodológica, na década de 1960. Trata-se de um caminho diferente das outras pesquisas, pois pressupõe intervenção e investigação, possibilitando e privilegiando a participação direta de todos os envolvidos, tendo em vista a transformação da realidade.

Busca-se coletivamente uma ação e/ou a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos situações da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Thiollent,198, p.:14).

A pesquisa-ação se materializa na ação proposta pelas pessoas implicadas no processo investigativo, partindo de um projeto de ação social ou da solução de problemas coletivos no território. Está centrada no agir participativo e na ideologia da ação coletiva. Conforme Netto (1992), para validar os estudos, é necessário rigor nos procedimentos e também um olhar crítico no tempo presente, a contemporaneidade, em que é possível identificar demandas de estudo que possibilitem decifrar a realidade em questão.

A realização da pesquisa-ação com os estudantes camponeses do Tocantins e da região Norte, do curso de graduação do Pronera/UFT, teve início com a coleta preliminar de dados, que evidenciou particularidades do campo e aspectos relevantes do perfil dos sujeitos, nossos estudantes, como gênero, escolaridade, faixa etária, moradia, entre outros. Essa coleta buscou compreender a realidade social para intervenção por meio de estratégias pedagógicas, com o intuito de fortalecer uma formação acadêmica pública e de qualidade.

Em relação ao perfil dos sujeitos pesquisados, os dados demonstram equilíbrio entre masculino e feminino, bem como acesso equânime ao ensino superior entre os dois gêneros, uma vez que todos são discentes da UFT. Com base nesses dados, optou-se pela realização da pesquisa-ação envolvendo a participação de professores e estudantes. A pesquisa-ação é,

um tipo de pesquisa social base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 2005, p.16).

Este projeto apoia-se nesse caminho, e traçamos os procedimentos metodológicos realizados no percurso da pesquisa-ação, elaborados em conjunto com professores e estudantes para o acompanhamento dos envolvidos ao longo da formação acadêmica. A metodologia adotou a alternância entre tempo-universidade e tempo-comunidade, que propicia uma visão de totalidade por meio da articulação do ensino, pesquisa e extensão. Essa articulação tem como um dos eixos o desenvolvimento da pesquisa, o acompanhamento dos alunos em suas atividades e ações de extensão envolvendo todos os estudantes. Ressalta-se que o aspecto fundamental e inovador da pesquisa-ação é enfatizar três pontos: o caráter participativo, o impulso democrático e a contribuição para a mudança social.

Conforme Oliveira e Oliveira, no livro organizado por Brandão (1985, p. 31), é importante destacar que a pesquisa, em outras palavras, ou seja, a investigação de uma temática geradora em uma comunidade, compreende não apenas os dados da realidade vivida, mas também a percepção que as pessoas têm dessa realidade.

Wanderley (1986) traz uma importante reflexão sobre a pesquisa participante, ressaltando seu papel no processo de envolvimento entre pesquisador e classe trabalhadora, e que essa interação pode fortalecer as lutas de classe, ao fornecer “condições para que os trabalhadores em geral

se apropriem dos métodos e técnicas de pesquisa, elevando seu nível cultural, seu autoconhecimento e a compreensão do real" (1986, p. 9).

De acordo com Silva (1986), a pesquisa-ação trata-se de uma modalidade que se contrapõe aos modelos neutros de pesquisa, nos quais o pesquisador se distancia do objeto investigado. A autora aponta que essa modalidade teve seu marco inicial em 1880, com a aplicação de uma enquete de Marx à classe trabalhadora, demonstrando que a pesquisa é um processo que se constrói na sociedade e que, para Marx, não basta compreender a realidade, é necessário transformá-la.

Ainda segundo a autora (1986), no Brasil, as primeiras iniciativas de pesquisa-ação foram colocadas em prática por Paulo Freire, que trabalhou a valorização e o compartilhamento dos diversos saberes, no início da década de 1960, por meio do que ficou conhecido como "método Paulo Freire".

Segundo Elliott (1997, p. 15), a pesquisa-ação permite superar as lacunas existentes entre a pesquisa educativa e a prática docente, ou seja, entre teoria e prática. Os resultados ampliam a capacidade dos professores de compreender suas práticas, favorecendo amplamente as mudanças na realidade.

Primeiramente, articulamos as áreas de conhecimento existentes no curso de graduação para elaborar o projeto de pesquisa-ação. Paralelamente, realizamos a análise dos dados do perfil da turma, conforme informações já coletadas previamente. Os procedimentos incluíram o levantamento de dados em documentos, bases de dados e sites oficiais sobre as características econômicas e sociais dos municípios de origem dos acadêmicos, com sistematização e análise feitas com a participação dos estudantes.

Nesta dinâmica da pesquisa, foi prevista a aplicação de um questionário disponibilizado aos estudantes por meio digital, na plataforma

Google Drive, para a coleta de dados. Todos os alunos foram previamente informados para responderem às questões solicitadas, que complementaram a pesquisa sobre o perfil dos acadêmicos do Pronera/UFT, com perguntas específicas relativas às situações apresentadas e visando alcançar os objetivos propostos.

Realizou-se o acompanhamento do desempenho acadêmico dos discentes nas disciplinas, com proposições de estratégias para a melhoria da aprendizagem. Em relação às atividades do tempo-comunidade, organizaram-se ações e atividades em conjunto com os estudantes, no formato de seminários para discutir os temas das disciplinas ou conjuntos de disciplinas, especialmente por meio das místicas com leituras da conjuntura política, social e econômica, visando fortalecer o processo de formação crítica e acadêmica dos discentes.

Serão propostas atividades e instrumentos como colcha de retalhos sobre as territorialidades das comunidades dos discentes, diários de campo, cadernetas sobre a realidade da produção de alimentos, mapeamento social, produção de textos para a publicação de cartilhas, mapas sobre a história de vida dos moradores das comunidades e a educação popular como processo de articulação e intermediação das atividades do tempo-comunidade.

### **PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA PESQUISA-AÇÃO**

Em relação aos procedimentos da pesquisa, foram realizados vários encontros presenciais com os estudantes, além de reuniões por meio remoto a partir de 2020, principalmente com o início da pandemia da Covid-19, que assolou o planeta. Nesse contexto, os polos constituídos, sob a orientação direta dos professores, foram gradualmente realizando encontros de leitura e discutindo temas relacionados à pesquisa-ação.

O centro da análise foi, inicialmente, o perfil dos estudantes e os dados coletados, bem como o impacto dessas informações na realidade dos

acadêmicos. Também foram analisadas a existência ou inexistência de políticas para o desenvolvimento da produção camponesa de alimentos saudáveis e da agricultura familiar, assim como os equipamentos de políticas públicas disponíveis nos municípios onde vivem esses estudantes, sendo esse processo realizado com a participação ativa dos mesmos. Essa análise considerou o material coletado, as pesquisas, as leituras realizadas, as observações da realidade social, além dos documentos e bibliografias consultados.

As transformações sociais e as determinações foram desveladas por meio de aproximações sucessivas que possibilitam a construção singular de mediações. A classificação do conteúdo das informações exigiu a elaboração de categorias empíricas, o que demandou uma leitura cuidadosa do material coletado, procurando-se identificar as questões emergentes para uma primeira classificação de seu conteúdo. Essas aproximações permitiram apreender as contradições presentes e as determinações sociohistóricas que incidem em diferentes âmbitos das situações analisadas. As categorias empíricas foram definidas post-facto, extraídas do próprio material coletado e categorizado, e foram consideradas na perspectiva de totalidade, como contribuição para a produção de conhecimento sobre a temática.

Foram realizadas reuniões semanais e quinzenais com os estudantes para organizar os seminários de encerramento das disciplinas em cada tempo-universidade, com apresentação dos acadêmicos sobre as atividades planejadas e realizadas de pesquisa, bem como outras atividades desenvolvidas no tempo-comunidade, em seus territórios.

Os seminários marcaram o início das aulas no tempo-universidade durante o período de formação acadêmica, ocorrendo de forma remota durante a pandemia e presencialmente após o retorno dos encontros presenciais. Esses seminários possibilitaram aproximações com os temas das pesquisas dos estudantes, sendo momentos para conhecimento, reflexão, debate e questionamento.

Ao longo do curso de bacharelado em Serviço Social, foram realizados oito seminários, um a cada início de semestre, com os seguintes temas:

Quadro I – Seminários realizados pelo Curso

I Seminário da Turma Única do curso de Serviço Social/Pronera/UFT//Incra,	Tema: O Serviço Social e as Questões da Terra,
II Seminário do curso de Serviço Social/Pronera/UFT	Tema: experiências do tempo-comunidade em tempos de Pandemia
III Seminário do curso de Serviço Social/Pronera/UFT	Tema: 24 Anos DE PRONERA: a luta pela Educação do Campo
IV Seminário do curso de Serviço Social/Pronera/UFT	Tema: Educação do Campo, Educação Popular e Movimentos Sociais
V Seminário do curso de Serviço Social/Pronera/UFT	Tema: 25 Anos de PRONERA: A luta pela Educação do Campo
VI Seminário do curso de Serviço Social/Pronera/UFT	Tema: Juventude Território e Pedagogia da Alternância
VII Seminário do curso de Serviço Social/Pronera/UFT	Educação do campo enquanto território do saber em disputa
VIII Seminário do curso de Serviço Social/Pronera/UFT	Tema: Histórias e Memórias de Camponeses estudantes do curso de Serviço Social/Pronera/UFT/INCRA

Fonte: elaboração própria, 2025.

## OS DILEMAS E DESAFIOS: considerações finais

O curso de graduação em Serviço Social do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi ofertado em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com o objetivo de desenvolver a política de educação do campo e do Pronera. No estado do Tocantins, esse projeto iniciou seu processo de organização a partir de 2015, por meio da luta dos trabalhadores rurais dos assentamentos, dos acampamentos da reforma agrária e das comunidades rurais, em conjunto com os professores do curso de Serviço Social da UFT no câmpus de Miracema do Tocantins.

Essas ações de incidência política culminaram na criação do curso de Serviço Social, justificado pela necessidade de qualificar e aprimorar o conhecimento de jovens e adultos do meio rural, pertencentes a grupos e

comunidades que vivem na área rural. O curso visa atender a essas famílias que vivem e resistem, enfrentando uma situação de miséria crescente, refletida nas manifestações da questão social que as afligem.

Nessa direção, entendemos que os sujeitos principais são as famílias e comunidades de camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, atingidos por barragens, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, além dos educadores e estudantes das escolas públicas e comunitárias do campo. A educação, hoje, é uma luta social e política, pois boa parte da população rural ainda não tem acesso ao ensino superior, ou seja, ao processo de formação universitária.

Com a finalidade de atender às demandas específicas dessa classe trabalhadora, a formação adotou, em seu projeto pedagógico, a modalidade da pedagogia da alternância, garantindo o acesso e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pilares da formação universitária. Compreende-se que essa modalidade de formação, ao inserir momentos de tempo-comunidade e tempo-universidade, além de considerar a realidade dessas populações, tem como premissa fortalecer a permanência dos jovens no campo, em seus territórios e locais de moradia.

Por fim, salientamos que o bacharelado em Serviço Social na modalidade presencial está consolidado no Brasil, considerando as experiências de conclusão desse curso em outras universidades públicas. No estado do Tocantins, as cidades com população de até 20 mil habitantes correspondem a 92,8% do total de municípios e abrigam 51% da população, sendo nesses municípios que se encontra o público-alvo desse projeto. Conforme informações publicadas pelo IBGE:

Em 2022, do total de 203,1 milhões de pessoas da população brasileira, 177,5 milhões (87,4%) residiam em áreas urbanas, enquanto 25,6 milhões viviam em áreas rurais. Em relação a 2010, quando o grau de urbanização foi de 84,4%, houve aumento de 16,6 milhões de pessoas morando em áreas urbanas e queda de 4,3 milhões vivendo em áreas rurais. Entre 2010 e 2022, em áreas urbanas, a população passou a

crescer no ritmo de 0,82% ao ano, enquanto em áreas rurais, retomou o ritmo de aceleração de perda, chegando a -1,27%.<sup>12</sup>

Vale ressaltar que é no campo que as desigualdades sociais se acentuam e se tornam cada vez mais profundas, devido à crescente concentração de renda e terra nas mãos dos latifundiários. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), quase metade (46,7%) da população brasileira residente em áreas rurais vive em situação de extrema pobreza. Na época da realização deste relatório, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2024), a taxa de analfabetismo na zona rural do Tocantins, entre pessoas com 15 anos ou mais, era de 6,6%. Embora esse número tenha melhorado significativamente nos últimos 10 anos, ainda existem muitas fragilidades nesse processo. Esses dados demonstram a necessidade urgente de investimento em educação para a população rural.

No estado do Tocantins, estão reconhecidos pelo INCRA 383 assentamentos que ocupam uma área de 1.254.633 hectares, onde vivem 23.950 famílias assentadas. São territórios responsáveis pela produção de alimentos como farinha, arroz, leite, carnes (frango, suíno e bovino) e frutas (<https://diariotocantinense.com.br/noticia-do-dia/2024/10/14/brasil-conta-com-mais-de-9-500-assentamentos-reconhecidos-pelo-incra-com-tocantins-representando-383-projetos/>).

A realização do curso em parceria com o Incra demandou uma série de desafios para sua efetivação. O projeto foi aprovado inicialmente pelo Incra-TO em 2015, mas o curso só teve início em 2019. Esse longo processo decorreu dos sucessivos atrasos no repasse dos recursos. Foi aprovado um Termo de Execução Descentralizada (TED) em setembro de 2017, com repasse único destinado somente à realização do processo seletivo, que ocorreu em 2018.

---

<sup>12</sup><https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas>. (em 16.06.2025)

Os atrasos financeiros impactaram diretamente a execução do curso, principalmente devido ao número reduzido de acadêmicos ingressantes, já que o projeto original previa o atendimento a 60 estudantes. Essa redução de alunos implicou a diminuição do TED, o que comprometeu o orçamento anual, pois o custo por aluno/ano diminuiu conforme a quantidade de estudantes. Entretanto, a maior parte dos custos de execução e manutenção do curso, tais como aulas, equipamentos e materiais, não sofreu redução. Pelo contrário, houve aumento significativo desses custos, considerando que o valor inicial do custo por aluno não foi atualizado desde 2015. Diante dessas dificuldades, a equipe responsável solicitou uma emenda parlamentar para garantir a continuidade do curso de Serviço Social.

Todavia, os desafios enfrentados não se restringem à questão financeira. Também envolvem problemas relacionados aos estudantes, como as longas viagens que precisam fazer das cidades distantes onde moram, as condições precárias das estradas que dão acesso aos assentamentos, dificuldades no tempo-universidade e ainda as evidências de preconceito e discriminação dentro da universidade contra os acadêmicos camponeses e camponesas.

A partir de 2020, com a chegada da pandemia da Covid-19, esses desafios foram ainda mais agravados. Houve a necessidade de ofertar algumas disciplinas de forma remota, ou seja, online, porém muitos estudantes não conseguiram participar e desistiram do curso. Outros não conseguiram acompanhar as atividades nessa modalidade por não possuírem equipamentos adequados, como notebook ou celular com acesso à internet, além das dificuldades relacionadas à cobertura digital, já que os assentamentos são afastados das cidades e nem sempre contam com sinal de internet.

Além disso, muitos estudantes precisaram buscar meios de sobrevivência fora dos assentamentos, o que dificultou ainda mais a continuidade nos estudos. Durante esse período, foi necessário readequar

as aulas, a oferta das disciplinas e as atividades pedagógicas relacionadas ao tempo-comunidade, que deveriam ser realizadas pelos estudantes e professores no campo. Esses desafios e dilemas enfrentados ao longo do processo de formação contribuíram para o aumento das desistências no curso.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros. *Práxis Política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)- TO: Trajetória de organização e formação política*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Sociais (FSC), Programa de Pós-graduação em Sociologia. Goiânia, 2017.

BALDISSERA, A. *Pesquisa-ação: uma metodologia do “Conhecer” e do “Agir” coletivo*. Revista Sociedade em Debate, Pelotas, 2001, p.5-25.

CALDART, Roseli Salette. *Educação do campo*. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ELLIOT, J. *Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio*. In: GERARDI, C. M. CRISOLIA; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. de A. (Org.). *Cartografias do trabalho docente: professor (a)- pesquisador(a)*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, A. *Introdução ao estudo da filosofia*. A Filosofia de Benedetto Croce. Cadernos do Cárcere. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

MARX, K. *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Marx-Engels).

OLIVEIRA, R. D.; OLIVEIRA, M. D. Pesquisa Social e Ação Educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In (org.) BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*, Editora Brasiliense: São Paulo, 1985.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo, 2006.

NETTO, J. Paulo. Lukács: tempo e modo. In: LUKÁCS, Georg. *Sociologia*. Trad. de José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

RAMOS, M. H. R. *Poder Local e Acumulação Capitalista na Era da Globalização*. Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1997.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 14ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2005.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

SILVA, M. O. da S. e. *Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1986.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Prefácio In: *Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1986.

## CAPÍTULO 3

# O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SAÚDE

Renata Sousa Silva<sup>13</sup>

Sandra de Oliveira Gomes Pereira<sup>14</sup>

### RESUMO:

De natureza qualitativa, este estudo analisa o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de trabalho dos e das assistentes sociais atuantes na política de saúde. Os resultados apontaram que o uso das TICs promove mudanças qualitativas no processo de trabalho; no entanto, não está isento de preocupações éticas e reflexões críticas, sendo necessário que os recursos tecnológicos sejam utilizados respeitando-se os princípios e os valores da categoria profissional.

**Palavras-chave:** Tecnologias da Informação e Comunicação. Assistente Social. Política de Saúde.

**ABSTRACT:** Qualitative in nature, this study analyzes the use of information and communication technologies (ICTs) in the work process of social workers active in health policy. The results pointed out that the use of ICTs promotes qualitative changes in the work process; however, it is not free from ethical concerns and critical reflections, making it necessary for technological resources to be used while respecting the principles and values of the professional category.

**Keywords:** Information and Communication Technologies; Social Worker; Health Policy.

---

<sup>13</sup> Graduada em Serviço Social pelo Curso do Pronera UFT/ Campus Miracema do Tocantins. E-mail: renatinha71887@gmail.com.

<sup>14</sup> Assistente social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela UFT/Campus Miracema do Tocantins. E-mail: sandra82gomes@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A tecnologia está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, transformando as interações sociais, inclusive no campo do trabalho. O exercício profissional dos assistentes sociais não está isento dos avanços tecnológicos e, com isso, surgem novas possibilidades de atuação, ao mesmo tempo em que novos dilemas e debates emergem no interior da profissão.

O uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) é um tema atual e transversal, presente nas mais diversas áreas profissionais, incluindo o Serviço Social, em seus diferentes espaços socioocupacionais. As TICs oferecem possibilidades de acesso rápido à informação, otimização dos processos de trabalho e facilitação da comunicação no cotidiano dos assistentes sociais.

No entanto, é necessário refletir criticamente sobre a forma como ocorre a apropriação dessas tecnologias pelos profissionais que lidam com situações complexas e quais são os impactos do uso intensificado das TICs nas condições de trabalho dos assistentes sociais. Nesse sentido, este texto tem como objetivo compreender os principais impactos do uso das tecnologias de informação aplicadas aos processos de trabalho dos assistentes sociais que atuam na política de saúde.

De natureza qualitativa e utilizando como recurso metodológico os resultados da pesquisa bibliográfica, as reflexões aqui apresentadas partem de duas premissas que serão desenvolvidas ao longo do artigo. A primeira é que o uso das tecnologias de informação nos processos de trabalho dos assistentes sociais não pode ser discutido isoladamente das transformações históricas e sociais ocorridas nos últimos anos, especialmente em relação às revoluções tecnológicas e às mudanças no mundo do trabalho na sociedade capitalista.

A segunda premissa refere-se à necessidade de compreender os desafios impostos aos profissionais de Serviço Social quanto à apropriação dessas tecnologias em seus espaços socioocupacionais, considerando que as diferentes realidades presentes na atuação das políticas públicas brasileiras também criam barreiras à execução do trabalho profissional.

Dessa forma, o debate apresentado busca contribuir para uma análise, ainda que introdutória, sobre a relação entre o uso das TICs e a atuação dos assistentes sociais, as principais dificuldades dessa relação e possíveis estratégias para superá-las. Tudo isso sem perder de vista as críticas necessárias para enfrentar discursos e práticas que transformam o uso das tecnologias em mecanismos de ampliação da lógica produtivista, da precarização do trabalho e da exclusão de parcela da população usuária que não possui acesso aos recursos tecnológicos.

### DAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS À PLATAFORMIZAÇÃO DA POLÍTICAS SOCIAIS

Da máquina a vapor à criação e ao desenvolvimento da internet, a humanidade experimentou consideráveis mudanças no modo de vida e nas interações sociais, assim como os processos produtivos passaram por grandes transformações. A Primeira Revolução Industrial, ocorrida no final do século XVIII, foi considerada a primeira grande expressão do desenvolvimento capitalista, pois introduziu novas tecnologias que automatizaram a produção e os transportes, provocando mudanças expressivas nas relações de produção, trabalho e condições sociais. Essas mudanças rapidamente ultrapassaram os limites geográficos da Inglaterra e se expandiram para outros países (Flamino, 2022; Santos e Bacelar, 2024).

Com a introdução da máquina a vapor e do carvão como fonte de energia, a indústria têxtil tornou-se o símbolo da produção industrial daquele período, ilustrando o poder transformador da automação. Houve um aumento significativo da produção e, devido ao impacto também nos transportes, as mercadorias passaram a ser distribuídas em larga escala.

Já entre o final do século XIX e o início do século XX, ocorreu uma nova transformação industrial, chamada Segunda Revolução Industrial ou Indústria 2.0, que apresentou novas tecnologias, entre elas a eletricidade, o avanço dos meios de comunicação e o desenvolvimento da indústria química (Santos e Bacelar, 2024). Nesse contexto, os donos dos meios de produção tinham como objetivos a especialização do trabalho e a produção em massa para a obtenção de maiores lucros. O marco dessa fase foi o modelo de produção fordista, cuja principal característica foi, segundo Flaminio (2022, p. 13), “o uso da ciência como maneira de aumentar a produtividade e otimizar (maximizar) o lucro no processo industrial”.

Para Castells (2005, p. 19), “nos primeiros anos do século XXI, a sociedade em rede não é a sociedade emergente da Era da Informação: ela já configura o núcleo das nossas sociedades”. Diferente das revoluções industriais anteriores, essa fase foi impulsionada pelo avanço da ciência, da tecnologia e da informação, tornando-se a base para um mundo cada vez mais globalizado e interconectado. Na Revolução Técnico-Científico-Informacional, também conhecida como Terceira Revolução Industrial, a automação passou a ocupar um papel central na produção industrial, com o uso intensivo da eletrônica e das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Os avanços dessa era continuam moldando o presente. O momento histórico atual é marcado pela inteligência artificial, pela internet das coisas e pela automação avançada, que prometem redefinir, mais uma vez, o futuro. Conforme Rojko (2017, apud Flaminio, 2022, p. 11), “a Quarta Revolução Industrial foi desencadeada pelo avanço sofisticado das TICs, particularmente no âmbito da inteligência artificial, que serve de alicerce para a integração de tecnologias disruptivas, frequentemente denominadas tecnologias habilitadoras”.

Contudo, as chamadas revoluções tecnológicas trouxeram novos desafios e agravaram problemas antigos. A desigualdade no acesso à

tecnologia gerou um novo tipo de exclusão social, em que algumas pessoas estão totalmente imersas no mundo digital, enquanto outras estão excluídas desse processo. Além disso, os níveis crescentes de lixo eletrônico, somados ao tratamento e ao descarte inadequados, representam desafios significativos para o meio ambiente e a saúde humana.

Existem também questões sérias relacionadas ao uso ético e à privacidade dos dados, que ainda geram debates em diferentes espaços. Há impactos nas configurações do mundo do trabalho, sendo essas tecnologias utilizadas, por vezes, como mecanismos para aprofundar a precarização das relações laborais, como apontam Lopes e Dal Prá (2024, p. 7):

Os progressos cinéticos da Terceira Revolução Industrial também são conhecidos como Revolução Informacional, os quais potencializam uma nova onda da reestruturação sob o modo de produção toyotista e garante flexibilização da produção (Just Time); automação, intensificação do uso do controle eletrônico sobre o processo de trabalho; trabalhadores multifuncionais com vínculos trabalhistas flexibilizados, sem proteção social, resultando na maior fragmentação da classe trabalhadora, dificultando a organização enquanto classe, combinados com uma força de trabalho sobrando, sem experiência sindical e política, pouco ou nada taylorizada ou fordizada e carente de qualquer trabalho.

Manuel Castells (2005) considera que a sociedade atual está inserida em um novo paradigma. Diante dos avanços e das transformações tecnológicas, a sociedade em rede desenvolve novas formas de organização e experiência social. Os novos canais tecnológicos de comunicação modificam a economia, a cultura e a sociedade, as quais, ao mesmo tempo, alteram também as formas de tecnologias informacionais.

Na chamada revolução informacional, as tecnologias de informação e comunicação são recursos amplamente utilizados nos processos produtivos, servindo como meios para aumentar a produtividade. Segundo Castells (2005), não foi por acaso que a revolução tecnológica teve sua origem e difusão durante o processo de reestruturação do capitalismo.

Para o mundo do trabalho, os desdobramentos foram majoritariamente negativos para a classe trabalhadora, pois, acompanhados pelas propostas neoliberais, produziram o aumento do desemprego e suas devastadoras consequências. Medeiros e Rocha (2004, p. 400) afirmam que o marco histórico da ampliação dos recursos tecnológicos foi seguido pela exclusão decorrente das relações desiguais de poder:

A Terceira Revolução Industrial imprime a marca da exclusão, na qual a força de trabalho é dicotomizada em trabalhadores centrais e periféricos, desempregados e excluídos, dividindo também a parcela de apreensão do conhecimento e a utilização de tecnologias, gerando relações desiguais de poder pelo saber e pelo controle econômico, colocando no topo da escala os empregados das grandes empresas, seguidos dos trabalhadores do setor informal, cujo trabalho é precário e parcial.

Para Bueno (2023), foi no processo de reestruturação produtiva que o trabalho se transformou mais profundamente. Uma das principais características que marcou essa nova morfologia do trabalho é a flexibilização. Com ela, intensificou-se a produção de um exército industrial de reserva, ou seja, exclui-se do mercado de trabalho uma massa de trabalhadores que comporá a massa de desempregados, os quais ficarão à disposição como força de trabalho de reserva para o capital.

As transformações no modo de produção ocorrem em consonância com a organização do Estado, impactando o processo de trabalho nos três setores (primário, secundário e terciário) e também as políticas públicas (Medeiros e Rocha, 2004). Portanto, torna-se importante considerar o conjunto das condições históricas e sociais quando se refere ao uso das tecnologias de informação.

Lopes e Dal Prá (2024) analisam a reorganização dos processos de trabalho intermediados pelo uso das TICs na Seguridade Social e os impactos no trabalho profissional do assistente social. As autoras apontam que o marco central desta reorganização foi a pandemia de Covid-19; no entanto, os processos de transformação a antecedem: “A plataformização da Seguridade Social pode ser identificada pela organização de processos

de trabalho intermediados pelo uso de TICs, que vinha sendo conformado anterior à pandemia de Covid-19” (Lopes e Dal Prá, 2024, p. 3).

Em períodos anteriores à pandemia, a organização do processo de trabalho instrumental por plataformas já acontecia, mas foi durante e após o período pandêmico que o uso das tecnologias foi fortemente evidenciado. Com a pandemia, acelerou-se a transferência do uso dos recursos tecnológicos, principalmente por meio do teletrabalho, para o espaço privado. Ao aumentar o uso de tais recursos, surgiram novos desafios e demandas advindas da classe trabalhadora e da população usuária.

O processo de trabalho de alguns profissionais das políticas que compõem a seguridade social brasileira ficou, por um considerável período, centrado no teletrabalho, na produção de dados, no cumprimento de metas, na utilização de aplicativos de mensagens, prontuários eletrônicos, distintas plataformas, entre outros (Lopes e Dal Prá, 2024). Por isso, é necessário compreender os principais impactos do processo informacional no que tange à política de saúde e os reflexos na prática profissional dos assistentes sociais.

### A POLÍTICA DE SAÚDE E O USO DAS TICs NO TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS

A política de saúde compõe a seguridade social, juntamente com as políticas de assistência social e de previdência social, formando o chamado tripé da seguridade, que representa um importante mecanismo de proteção social previsto pela Constituição Federal de 1988. A instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) consolidou a saúde como um direito universal.

Atuantes em diversos espaços socioocupacionais das políticas sociais, estão os profissionais de Serviço Social. De acordo com o CFESS (2010), os assistentes sociais inseridos na política de saúde atuam na articulação entre os usuários e os serviços disponíveis, garantindo o acesso a atendimentos, benefícios e direitos sociais. Seu trabalho vai além do

atendimento individual, envolvendo também a formulação e a implementação de políticas públicas, a orientação sociofamiliar e a defesa dos direitos dos usuários frente às desigualdades no sistema de saúde.

Além disso, o profissional participa de equipes multidisciplinares em hospitais, unidades básicas de saúde, secretarias de saúde, regulação de serviços de saúde, centros de atenção psicossocial e demais serviços, desenvolvendo ações que visam à inclusão social e à superação das barreiras burocráticas que dificultam o acesso aos serviços de saúde. Seu compromisso ético-político é fundamental para enfrentar desafios como a precarização dos serviços públicos, o subfinanciamento da saúde e a mercantilização das políticas sociais (CFESS, 2010).

Desta forma, a presença do assistente social na política de saúde é indispensável para garantir que esse direito seja efetivado de maneira justa, equitativa e humanizada, com acesso universal e promovendo a participação social na construção de um sistema de saúde mais eficiente e democrático (CFESS, 2010). Nesse sentido, é preciso considerar os desafios postos à categoria, especialmente em um cenário no qual o ideário hegemônico é a intensificação da privatização da saúde.

O projeto privatista vem requisitando ao assistente social, entre outras demandas, a seleção socioeconômica dos usuários, atuação psicossocial por meio de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo por meio da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais (CFESS, 2010, p. 26)

O ideário neoliberal, representado por seu projeto frente ao desmonte das políticas sociais, procurou distanciar-se do projeto da reforma sanitária por meio do desfinanciamento e do incentivo à privatização. Os impactos são sentidos principalmente pela população empobrecida, que vivencia todas as expressões de sucateamento das políticas e se distancia cada vez mais do acesso aos seus direitos.

Na atualidade, um exemplo definitivo desse processo, experimentado pela classe trabalhadora, foi o episódio da pandemia mundial causada pelo

novo coronavírus (covid-19). Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou a classificação do vírus SARS-CoV-2 para pandemia, a qual teve duração de três anos. Em 2023, a OMS divulgou o número de aproximadamente sete milhões de mortes em todo o mundo (OMS, 2023). No Brasil, segundo o Observatório de Covid-19, um painel interativo que acompanha os casos de confirmação e mortes causadas pelo coronavírus, até o final de 2024 foram ceifadas 714 mil vidas por complicações decorrentes do vírus (Brasil, 2024).

Foi nesse cenário que as reflexões sobre a importância do SUS para a vida de milhares de brasileiros retomaram com força, assim como o debate sobre as desigualdades sociais e econômicas estruturais que ainda assolam o país.

A pandemia da covid-19 consiste em uma crise sanitária que se soma à crise do capital, que já vinha sendo vivenciada mundialmente, o que catalisou e escancarou as desigualdades estruturais, assim como as dificuldades de atendimento à população com o recorrente desmonte e desfinanciamento das políticas sociais pelo projeto neoliberal (CFESS, 2020, p. 1).

O trabalho remoto ou teletrabalho não é uma categoria nova, mas foi com o advento da pandemia que essa modalidade se generalizou, sendo considerada uma forma de evitar a propagação do vírus e, ao mesmo tempo, dar continuidade aos atendimentos prestados à população. Foi nesse contexto que surgiram duas questões importantes para o debate atual: a primeira refere-se ao aprofundamento da precarização das condições de trabalho; a segunda trata da ampliação do uso das TICs pelos e pelas assistentes sociais no exercício profissional.

O CFESS, enquanto entidade representativa da categoria das e dos profissionais de Serviço Social, elaborou uma cartilha em 2020, intitulada Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais, que traz reflexões e orientações para a categoria diante das novas demandas trazidas pelo contexto pandêmico, as quais se revelaram complexas e múltiplas.

Raichelis e Arregui (2021, p. 145) também apresentam importantes reflexões sobre o momento pandêmico e os desafios postos à classe trabalhadora:

No quadro pandêmico atual, o que era residual e embrionário, como o trabalho remoto ou o teletrabalho, generalizou-se como o “novo normal” — que não deve ser naturalizado —, exigindo acompanhamento crítico, pois certamente muitas dessas modalidades de trabalho, adotadas na situação de excepcionalidade, tendem a permanecer mesmo após a pandemia, inclusive no trabalho docente. Trata-se de um conjunto de novas situações de trabalho impostas de cima para baixo na maioria das instituições, mesmo nas universidades.

O uso das TICs é um tema que vem ganhando evidência no campo do Serviço Social. O avanço tecnológico tem promovido alterações significativas no mundo do trabalho, refletindo-se diretamente nas condições e relações laborais dos e das assistentes sociais. Conforme Bueno (2023, p. 77), “a incorporação das TICs no Serviço Social não ocorre de maneira neutra, mas está inserida no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho, intensificando a exploração da força de trabalho”.

As TICs passaram a ser amplamente utilizadas para a gestão e a execução das políticas sociais; no entanto, seu uso não ocorre sem problematização, como mencionam Cavalcante e Prêdes (2022, p. 112) ao se referirem à digitalização de serviços e benefícios como o BPC: “O acesso a esses serviços é dificultado para populações que não possuem dispositivos eletrônicos ou conexão com a internet, aumentando as barreiras de inclusão social.”

Bueno (2023, p. 116) argumenta que “as novas tecnologias alteram a dinâmica do trabalho coletivo, resultando em sobrecarga de demandas e na diluição dos espaços de debate e articulação profissional”. Além disso, Lopes e Dal Prá (2024) destacam que a plataformização das políticas sociais intensifica a mercantilização dos direitos sociais e aprofunda a exploração da força de trabalho dos assistentes sociais.

Os desafios do uso das TICs no Serviço Social e as discussões propostas em torno dessa temática buscam fortalecer as lutas contra a precarização do trabalho e pela manutenção dos direitos dos usuários. Como aponta Bueno (2023, p. 123), “é necessário que os assistentes sociais articulem estratégias coletivas de enfrentamento para garantir que as TICs sejam utilizadas de forma a fortalecer, e não precarizar, a prestação dos serviços socioassistenciais”.

Desta forma, a discussão sobre as TICs no Serviço Social deve considerar não apenas os aspectos técnicos, mas também as questões políticas e sociais envolvidas, garantindo que seu uso contribua para a inclusão e a ampliação dos direitos da população usuária.

### PRINCIPAIS CONCEITOS E DEBATES EM RELAÇÃO AO USO DAS TICs

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) podem ser definidas como o conjunto total de tecnologias que permitem a produção, o acesso e a propagação de informações, assim como tecnologias que permitem a comunicação entre pessoas (Rodrigues, 2016). As TICs são amplamente utilizadas em diversas áreas, incluindo a indústria, o comércio, o setor de investimentos, a prestação de serviços e a educação, visando proporcionar acesso à automação da informação e da comunicação.

Veloso (2010) destaca que, devido à diversidade e à constante evolução das inovações tecnológicas atuais, conceituar as TICs não é tarefa simples. O autor relaciona as TICs ao modo como o sistema capitalista se desenvolve e define:

De forma geral, a definição de TI remete ao conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infraestrutura, da qual fazem parte computadores, softwares, sistemas de redes etc., que teriam a capacidade de processar e distribuir informações para as organizações e os sujeitos sociais. Essas novas tecnologias podem mediar tanto o fortalecimento da acumulação quanto a criação e o desenvolvimento de posturas alternativas aos valores capitalistas, a depender do movimento das forças sociais em disputa. Em outros termos, a influência que as TI podem exercer no campo econômico, político e social depende da sua concretização

como instrumento que pode vir a reforçar ou não a lógica da acumulação capitalista (Veloso, 2010, p. 521).

Dentro da perspectiva conceitual, as TICs podem ser divididas em dois grandes grupos: hardware e software. O hardware compreende os componentes físicos dos sistemas tecnológicos, como computadores, servidores, dispositivos móveis e equipamentos de rede. Já o software engloba os programas e aplicativos que operam nesses dispositivos, permitindo a execução de tarefas específicas e o gerenciamento eficiente das informações (Rodrigues, 2016).

Ainda de acordo com o autor, a integração eficaz entre hardware e software é essencial para o funcionamento das TICs, garantindo a automação de processos, a comunicação eficiente e o acesso rápido a dados e serviços. Esse avanço possibilitou uma nova forma de interação entre as pessoas e os dispositivos digitais, promovendo mudanças significativas na sociedade.

Alguns exemplos de TICs amplamente utilizadas no ambiente profissional são computadores, notebooks, internet, e-mails e aplicativos de mensagens. Outras ferramentas incluem editores de texto, imagens e planilhas, aplicativos para reuniões virtuais, armazenamento de dados, além de uma diversidade de recursos que compõem o universo das TICs.

Importa ainda destacar que os profissionais que atuam na política de saúde utilizam plataformas online ou sistemas específicos da área, tais como o Datasus (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde), o Sisreg (Sistema Nacional de Regulação), o Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), prontuários eletrônicos, entre outros. Esses sistemas se apresentam como ferramentas de registro e geração de dados que contribuem para diagnósticos, avaliação, monitoramento e propostas de reformulação ou criação de programas e projetos para a melhoria da política pública.

Considerando a importância de compreender as tecnologias como recursos que podem consolidar o Projeto Ético-Político profissional, Veloso (2010, p. 527) faz as seguintes considerações a respeito da apropriação e incorporação das TICs ao Serviço Social:

A apresentação desses traços gerais é importante para sustentar que a apropriação e a incorporação das TI ao Serviço Social, nos marcos desse projeto profissional, só se concretizam no trabalho cotidiano nas instituições, em projetos de trabalho consistentes, críticos e comprometidos com a qualidade no atendimento prestado aos usuários e usuárias. Ao se apropriar dessas tecnologias, o Serviço Social poderá imprimir ao uso que delas fizer uma direção social compatível com os valores e princípios fundamentais, aqui resumidamente apresentados. É nessa perspectiva que as TI podem ser apropriadas pelo Serviço Social: como um recurso a serviço da concretização dos valores e princípios fundamentais do projeto profissional, e não como algo dissociado deles.

O uso das TICs não ocorre sem desafios, pois sua simples incorporação ao trabalho não representa, por si só, a solução dos problemas estruturais presentes na política de saúde. Sobre essa questão, Cortes (2024) faz algumas considerações, entre elas a necessidade de que as instituições empregadoras ofereçam cursos de formação profissional voltados ao uso das TICs, disponibilizem os recursos físicos e materiais necessários e incentivem a iniciativa dos próprios profissionais para que possam utilizar esses recursos de forma crítica e concreta.

Castells (2005, p. 27) destaca a responsabilidade do setor público na mediação do uso das tecnologias pela sociedade: "A moldagem e a condução desta sociedade está, como esteve sempre no caso das outras, nas mãos do setor público, apesar do discurso ideológico que pretende esconder esta realidade." Devido ao modelo burocrático-racional adotado pelo Estado, as novas tecnologias de comunicação ainda são pouco difundidas. Quando não são oferecidos os recursos físicos, materiais e formativos necessários, o uso das TICs deixa de ser potencializado e eficaz.

É importante destacar que o uso da tecnologia também impõe desafios éticos e demanda uma análise crítica quanto às exigências impostas por sua utilização. A confidencialidade e a segurança dos dados

dos usuários das políticas públicas constituem uma questão que exige atenção rigorosa. Além disso, conforme aponta Veloso (2010, p. 518), é preciso estar atento para não cair nas armadilhas do discurso tecnicista:

Para uma incorporação estratégica das TI aos processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais deve-se viabilizar um avanço na luta pela defesa de direitos, pela ampliação e consolidação da cidadania, e pelo aprofundamento da democracia. Sem a garantia de tais pressupostos, o uso da tecnologia pode deixar de ser estratégico e cair na armadilha do tecnicismo (VELOSO, 2010, p. 518).

Logo, a apropriação das tecnologias de informação pelos e pelas assistentes sociais em seu exercício profissional demanda o aprofundamento dos debates e das reflexões sobre o tema, a fim de compreender melhor como esses recursos interferem na prática cotidiana desses profissionais, considerando os múltiplos e complexos aspectos que envolvem essa temática.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temática atual e que ganha cada vez mais evidência nos campos de estudo, a apropriação das tecnologias de informação e comunicação perpassa diversas áreas profissionais, incluindo o Serviço Social. O crescente avanço das tecnologias digitais acompanha e ao mesmo tempo provoca, as transformações da sociedade contemporânea.

O estudo sobre o uso das TICs no processo de trabalho de assistentes sociais na política de saúde revelou que essas ferramentas podem assumir um papel relevante na potencialização e na otimização das atividades profissionais. No entanto, esse processo não depende apenas dos e das profissionais. A discussão apontou para desafios que vão além das condições materiais necessárias para o uso efetivo das TICs no exercício profissional na política de saúde, abrangendo também questões de ordem política e social.

Não há neutralidade na incorporação das TICs ao trabalho dos e das assistentes sociais. No caso da política de saúde, a introdução de novas ferramentas tecnológicas precisa ser analisada criticamente, a fim de identificar suas reais intencionalidades e seus resultados. A depender da forma como são inseridas, tais ferramentas podem intensificar a exploração da força de trabalho e ampliar a exclusão de parcelas da população usuária dos serviços.

Além disso, é fundamental que o uso das TICs no Serviço Social não se converta em mais um instrumento de precarização do trabalho. Sua incorporação deve ocorrer de forma crítica e reflexiva, tendo como objetivo o fortalecimento da luta pelos direitos sociais e a promoção da cidadania.

Concordamos com Bueno (2023) ao considerar que o tema exige aprofundamento teórico e político, bem como a articulação de estratégias coletivas que garantam que o uso das TICs pelos e pelas assistentes sociais contribua para romper barreiras de inclusão social, fortalecer o processo de trabalho, qualificar a prestação dos serviços socioassistenciais e ampliar o acesso aos direitos da população usuária.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 07 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Observatório de Covid-19. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 07 fev. 2025.

BUENO, Elisângela Borba. O uso das tecnologias da comunicação e da informação (TICS) no trabalho de assistentes sociais na Proteção Social Básica do SUAS em tempos de precarização. 2023. Dissertação (Mestrado

em Política Social e Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2023. Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.ufrgs.br>. Acesso em: 07 fev. 2025.

CAVALCANTE, Rita; PRÉDES Rosa. Tecnologias de informação e de comunicação, políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais. *Revista Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 144, p. 110-128, maio/set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JW9dK5Qt5wX4tVM8rnxDDVJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 fev. 2025.

CASTELLS. M. A sociedade em rede do conhecimento à política. *In*: CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). *A sociedade em rede: do Conhecimento à ação política*. Conferência promovida pelo Presidente da República. Belém. Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 2005. p. 17 -31. E-book.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Teletrabalho e Teleperícia: Orientações para assistentes sociais*. Brasília, DF: CFESS, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-telepericia2020CFESS.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de saúde*. Brasília, DF: CFESS, 2010. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atualcao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualcao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf). Acesso em: 07 fev. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução nº 218, de 06 de março de 1997*. Brasília, DF: Ministério da saúde, 1997. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0218\\_06\\_03\\_1997.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0218_06_03_1997.html). Acesso em: 07 fev. 2025.

CORTES. Thaís Lopes. Os Contributos da Tecnologia da Informação para o Serviço Social: aportes para o debate. *Revista O Social em Questão*, Rio de Janeiro, n. 54, p. 1-12, jul. 2018.

janeiro, n. 58, p. 179-196, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/65382/65382.PDF>. Acesso em: 07 fev. 2025.

FLAMINO, Leandro Gabriel. Inovação e as revoluções na indústria. *Revista Iniciativa Econômica*, Araraquara, v. 8, n. 1, p, 01-36, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/17720>. Acesso em: 05 mar. 2025.

LOPES, Analú Dos Santos; DAL PRÁ, Keli Regina. As tecnologias da informação e comunicação na seguridade social e as repercussões para o Serviço Social. *Oikos Família e Sociedade em Debate*, Viçosa, v. 35, n. 3, p. 01-18, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/18965>. Acesso em: 07 fev. 2025.

MEDEIROS, Soraya Maria; ROCHA, Semíramis Melani Melo. Considerações sobre a Terceira Revolução Industrial e a força de trabalho em saúde em Natal. *Ciência saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 399-409. abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000200016>. <https://www.scielo.br/j/csc/a/Cwp5Sxn7vqJWKLdcGqqqJ7D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS. *Covid-19*. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/pt/about>. Acesso em: 07 fev. 2025.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 140, p.134-152, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 fev. 2025.

RODRIGUES, Ricardo Batista. *Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação*. Recife: IFPE, 2016. E-book.

SANTOS, Cevaldo S.; BACELAR, Antônio Carlos Barbosa. A revolução da TI e as suas transformações ao longo das indústrias 1.0, 2.0, 3.0 E 4.0. **Cairu em Revista - Sociedade, Educação, Gestão e Sustentabilidade**. Cairu, n. 24, p. 87-103, jul./nov. 2024. Disponível em: [https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/20242/06%20A\\_REVOLU%C3%87%C3%83O\\_DA\\_TI\\_E\\_AS\\_SUAS\\_TRANSFORMA%C3%87%C3%95ES.pdf](https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/20242/06%20A_REVOLU%C3%87%C3%83O_DA_TI_E_AS_SUAS_TRANSFORMA%C3%87%C3%95ES.pdf). Acesso em: 07 fev. 2025.

VELOSO, R. dos S. Tecnologias da Informação e Serviço Social: notas iniciais sobre o seu potencial estratégico para o exercício profissional. **Emancipação**. Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 517-534, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/766>. Acesso em: 07 fev. 2025.

## CAPÍTULO 4

# A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: ENTRE OS SABERES TRADICIONAIS E A CHEGADA DA PSF NO ASSENTAMENTO TRILHA 410

Antonio Francisco Vieira Barbosa<sup>15</sup>  
Ingrid Karla da Nóbrega Beserra<sup>16</sup>

### RESUMO:

Este estudo analisa a trajetória da saúde no Assentamento Trilha 410, localizado na zona rural de Buriticupu, Maranhão, abordando os desafios e os avanços no acesso às políticas públicas de saúde entre 1982 e a atualidade. A pesquisa enfatiza a criação da Unidade de Saúde Adalto Raimundo de Lima, em 2008, bem como os impactos da precariedade do saneamento básico e da escassez de serviços médicos na saúde da população. A partir de análise documental e revisão bibliográfica, o estudo evidencia a luta dos moradores pela efetivação do direito à saúde, a relevância dos saberes tradicionais no assentamento em questão, bem como o papel das políticas públicas na mitigação das desigualdades estruturais no campo. Os resultados indicam que o acesso à saúde é um processo dinâmico, marcado pela interação entre demandas comunitárias e políticas institucionais, refletindo a importância da organização social na garantia de direitos fundamentais.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas; Movimentos Sociais; Saúde.

### ABSTRACT:

This study analyzes the trajectory of healthcare in the Trilha 410 Settlement, located in the rural area of Buriticupu, Maranhão, addressing the challenges and advancements in access to public health policies between 1982 and the present. The research emphasizes the creation of the Adalto Raimundo de Lima Health Unit in 2008, as well as the impacts of precarious basic sanitation and the scarcity of medical services on the population's health. Based on document analysis and a literature review, the study highlights the residents' struggle for the realization of the right to health, the relevance of traditional knowledge in the settlement under discussion, and the role of public policies in mitigating structural inequalities in the countryside. The results indicate that access to healthcare is a dynamic process, marked by the interaction between community demands and institutional policies, reflecting the importance of social organization in guaranteeing fundamental rights.

**Keywords:** Public Policies; Social Movements; Health.

---

<sup>15</sup>Bacharel em Serviço Social pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (Pronera/UFT). E-mail: antonio115francisco@gmail.com.

<sup>16</sup> Professora Adjunta na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Serviço Social pela UFPE (2016). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Pesquisadora Associada na Rede Zika Ciências Sociais/Fiocruz. Membro da Rede Brasileira de Universidades Promotoras da Saúde (Rebraups). Membro do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (Ceimpa/TO). Docente do Programa de Ensino em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS/UFT). E-mail: ingrid.nobrega@mail.uft.edu.br.

### INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar a evolução da saúde no Assentamento Trilha 410, localizado na zona rural de Buriticupu, Maranhão, a partir de dois períodos distintos: de 1982 a 2008 e de 2008 até os dias atuais. O Projeto do Assentamento Trilha 410 foi aprovado pela Portaria nº 50, de 19 de janeiro de 1977. A pesquisa busca compreender as transformações na infraestrutura de saúde, com destaque para a criação da Unidade de Saúde Adalto Raimundo de Lima, bem como os desafios históricos enfrentados pelos moradores, como a escassez de atendimento médico, a falta de saneamento básico e a precariedade das condições de vida.

O assentamento surgiu no contexto do Projeto de Colonização de Buriticupu, implementado pelo governo do Maranhão entre 1974 e 1976, com o objetivo de promover a distribuição de terras. No entanto, a realidade das famílias assentadas foi marcada por pobreza estrutural, evidenciada pela ausência de moradia digna, emprego, água potável e saneamento adequado. A falta de infraestrutura e de serviços básicos compromete diretamente a saúde da população, intensificando doenças de veiculação hídrica, problemas nutricionais e dificuldades no acesso a tratamentos médicos.

O saneamento básico, um dos principais determinantes sociais da saúde, tem papel crucial na definição das condições sanitárias da comunidade. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis, 2016), apenas 32% dos domicílios rurais no Brasil possuem acesso à rede de distribuição de água, sendo a situação ainda mais crítica nas regiões Norte e Nordeste. No Assentamento Trilha 410, o uso de poços artesianos e açudes sem tratamento adequado expõe a população a riscos de contaminação, agravados pelo uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras vizinhas.

Diante da ausência de serviços médicos formais, a população desenvolveu estratégias próprias de cuidado, recorrendo a parteiras, benzedeiros e raizeiros para tratar doenças comuns, como febres, infecções respiratórias, conjuntivite e enfermidades tropicais como malária e leishmaniose. A violência, frequentemente associada ao uso abusivo de álcool, também era uma preocupação, resultando em óbitos e agravando o quadro de vulnerabilidade social.

A casa de saúde do território seria, mais tarde, denominada Hospital Pedro Neiva de Santana. Os primeiros médicos que atuaram no hospital foram os doutores Genésio Rego, Antônio Rafael, Sergio e Severino Dias Carneiro. Esses profissionais de saúde realizaram pesquisas com o objetivo de identificar os principais problemas de saúde locais, como malária, leishmaniose e tuberculose. O hospital contava com 25 leitos e capacidade para 1.300 altas por ano. Também eram desenvolvidas ações de promoção e prevenção em saúde. Atuava na localidade uma parteira leiga, Maria Cabral, sempre presente nos momentos necessários. Dotada de grande experiência e dedicação, ficou conhecida como a primeira parteira do município de Buriticupu.

No entanto, a descontinuidade das políticas públicas, especialmente durante o governo de Nunes Freire (1979-1982), levou ao abandono da infraestrutura hospitalar e à falta de investimentos no setor. O descaso do poder público manifestou-se, por exemplo, na declaração do governador de que a existência de um hospital "daquele porte, dentro do mato", seria desnecessária, evidenciando a desconexão das autoridades com as demandas da população rural.

Entre 1976 e 1981, o Assentamento Trilha 410 sofreu uma redução populacional significativa, com muitas famílias migrando em busca de melhores condições de vida. As primeiras famílias chegaram em 1974, totalizando cerca de 40 grupos familiares que moravam em barracos de lona e casas de taipa cobertas com palhas de babaçu e anajá (Aguiar, 2005).

Em 1976, devido à escassez de água — fator crucial para a permanência no local —, todas as famílias foram obrigadas a deixar o assentamento.

A retomada ocorreu em 1982, quando os governos estadual e federal, em caráter extraordinário, incluíram a construção de 200 casas no Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu (Aguiar, 2005). Contudo, essas moradias não foram destinadas às famílias originalmente assentadas. Elas foram reconstruídas para moradores dos povoados São Pedro dos Cacetes e Alto Alegre, localizados na Terra Indígena Cana Brava, em Barra do Corda (MA), com o objetivo de mitigar um conflito fundiário que perdurava desde 1901, envolvendo posseiros, fazendeiros, povos indígenas e políticos locais (ISA – Instituto Socioambiental).

Após a conclusão das casas, os moradores convidados visitaram o assentamento, mas optaram por não se mudar para o local. Diante disso, o governo estadual decidiu doar as casas para famílias que já residiam como agregadas no próprio projeto de colonização, coordenado pela Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), criada pela Lei nº 3.230, de 6 de dezembro de 1971. Também foram beneficiadas outras famílias oriundas de cidades maranhenses como Pedreiras, Bacabal, Timon, Açailândia e Imperatriz, que receberam as casas e lotes de terra para cultivo (Aguiar, 2005).

As unidades habitacionais foram ocupadas em duas etapas: inicialmente 100 casas e, depois, as outras 100. Contudo, em menos de dois anos, muitas famílias abandonaram novamente o assentamento por conta da persistente escassez de água, que era fornecida apenas por caminhões-pipa. Com o tempo, cerca de 100 famílias deixaram o território. Ainda assim, o assentamento seguiu recebendo novos moradores. À época, a população local chegou a cerca de mil habitantes. Hoje, devido à constante migração, estima-se que vivam na comunidade aproximadamente 800 pessoas.

Muitas famílias migraram para outras regiões do Maranhão como Imperatriz, Açailândia, São Luís e Timon e também para outros estados, como Amapá, Goiás, Tocantins, Amazonas e Roraima. A falta de água potável e de atendimento médico adequado continua sendo um dos principais desafios enfrentados pela comunidade.

Em 1996, o Assentamento Trilha 410 recebeu novas famílias vindas do estado de Sergipe, que trouxeram consigo tradições culturais e modos de vida distintos, enriquecendo a diversidade sociocultural da região. Festas religiosas e vaquejadas impulsionaram a agricultura e a pecuária locais. Além disso, o cultivo do feijão do sul, até então inexistente no assentamento, passou a integrar as atividades produtivas da região.

No entanto, as famílias continuam vivendo em situação de risco devido à contaminação por agrotóxicos. Os problemas de saúde afetam diretamente a população: a contaminação de alimentos, animais e da água dos açudes contribui para o surgimento de doenças de veiculação hídrica, problemas respiratórios, câncer, verminoses, diarreias e doenças de pele.

Em 1980, foi impulsionada a criação de programas<sup>17</sup> As moradias foram entregues, mas a ausência de água potável e de atendimento médico seguiu sendo um dos principais desafios enfrentados pela comunidade. Diante desse contexto, figuras como Dona Maria Delza, que atuou voluntariamente no diagnóstico da malária, Irmã Irene e parteiras locais foram fundamentais no suporte à saúde da população.

O primeiro posto de saúde do assentamento foi estabelecido de forma improvisada na casa da administração local, funcionando de maneira precária até o ano de 1997. Naquele ano, um mutirão de médicos vindo do estado de São Paulo prestou atendimentos temporários à comunidade. No

---

<sup>17</sup> Refere-se ao Programa de criação de uma agrovila com construção de casas e loteamento de terra desenvolvido pelos governos Federal e Estadual. Foram construídos para as famílias que moravam nos povoados, São Pedro dos Cacentes e Alto Alegre, no Município de Barra do Corda Maranhão. Estes se encontravam em conflitos por terras com indígenas. As casas e os lotes de terra foram destinados para o reassentamento de 200 famílias no final da década de 1970.

entanto, somente com a inauguração da Unidade de Saúde Adalto Raimundo de Lima, em 2008, a população passou a contar com uma assistência médica mais estruturada e contínua.

A saúde no campo deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo de luta por direitos sociais, no qual o acesso aos serviços médicos se torna uma reivindicação essencial para o desenvolvimento das comunidades rurais. A mobilização dos moradores do Assentamento Trilha 410 demonstra que, mesmo diante da negligência do Estado, a organização coletiva foi determinante para a conquista de melhorias no sistema de saúde.

A pesquisa apresentada neste trabalho adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental, para reconstruir a trajetória histórica da saúde no assentamento. São analisados relatórios institucionais, atas de reuniões comunitárias, registros administrativos do sistema de saúde local e dados históricos sobre o processo de colonização. Além disso, é realizada uma revisão bibliográfica sistemática sobre os determinantes sociais da saúde em áreas rurais, com foco em saneamento, acesso à água potável, práticas de saúde tradicionais e políticas públicas voltadas às comunidades assentadas.

Dados secundários de sistemas públicos, como o Snis e o Datasus, são utilizados para identificar padrões e lacunas no acesso à saúde e ao saneamento básico na região. A combinação dessas informações permite uma análise abrangente sobre os desafios enfrentados pela comunidade e as estratégias adotadas para superá-los.

### **DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO TRABALHO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)**

As políticas públicas em saúde são definidas como um conjunto de ações planejadas, coordenadas e executadas pelo Estado para promover o bem-estar coletivo, garantir o direito à saúde e combater as desigualdades

sociais. Envolve a formulação de estratégias intersetoriais que abrangem desde a atenção básica até a alta complexidade, considerando as especificidades territoriais e culturais das populações atendidas (Brasil, 1990).

De acordo com Pereira (2009), a política pública deve assegurar a ação e a participação popular, afirmar os direitos e os serviços sociais e atender às necessidades da população. No Brasil, esse conceito se materializa principalmente por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), que integra diferentes níveis de atenção e prioriza o princípio da equidade essencial para a redução das disparidades em regiões rurais e periféricas.

A implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF) no Assentamento Trilha 410, ocorrida em julho de 2008, representou uma importante mudança no acesso aos serviços de saúde da comunidade. Segundo Duarte e Almeida (2014), a ESF promoveu avanços significativos no modelo de atenção à saúde, destacando-se pela oferta de um atendimento humanizado, que fortaleceu o vínculo entre profissionais e usuários. A criação de vínculos, elemento crucial para a eficácia das ações, tem sido apontada como um dos fatores decisivos para o sucesso da estratégia, pautada na atenção primária e na promoção de um cuidado mais próximo da realidade das comunidades.

De acordo com o Ministério da Saúde, a ESF é um dos principais componentes da atenção básica no Brasil. Está estruturada para desenvolver um conjunto de ações voltadas à promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação, tanto em nível individual quanto coletivo. A estratégia adota uma abordagem integral e contínua, direcionada às necessidades de saúde da população vinculada a uma área específica (Brasil, 1990). Suas equipes são compostas por profissionais de diferentes áreas, como médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, que atuam de forma integrada, ampliando o acesso e fortalecendo o vínculo entre os serviços de saúde e a comunidade.

O objetivo central da ESF é promover o bem-estar em suas dimensões física, mental e social, em consonância com a definição de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), que a conceitua como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças” (OMS, 1946). Ao incorporar esses princípios, a ESF desempenha um papel essencial na redução das desigualdades em saúde e no fortalecimento da equidade no atendimento às populações mais vulneráveis.

Compreender a saúde e a doença a partir de seus determinantes políticos, históricos e sociais é fundamental para analisar as desigualdades no acesso aos cuidados. No contexto do Assentamento Trilha 410, essa estratégia vai além do tratamento de enfermidades, buscando alterar as condições sociais, econômicas e ambientais que impactam a vida da população. Essa visão amplia a perspectiva do cuidado, superando a abordagem biomédica tradicional ao reconhecer que o processo saúde-doença está diretamente relacionado às condições de vida e de trabalho, refletindo as desigualdades entre as classes sociais.

A Atenção Básica é a principal porta de entrada e o centro articulador do acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS) e às redes de atenção. As Unidades Básicas de Saúde (UBSs) são as principais estruturas físicas da Atenção Básica e estão localizadas próximas aos territórios dos usuários. Segundo Carvalho e Santos (2006), as diretrizes do SUS universalidade, integralidade e equidade foram fundamentais para a construção de uma política pública voltada à democratização do acesso aos serviços de saúde.

Historicamente, a sociedade brasileira tem se estruturado a partir de profundas desigualdades entre as classes sociais, com o acesso à saúde variando conforme a posição social de cada grupo. Esse processo foi marcado pela centralização do controle dos serviços de saúde nas mãos das elites, o que levou à exclusão de parcelas significativas da população,

principalmente em áreas rurais e periféricas. Sicoli e Nascimento (2003) discutem essa desigualdade e destacam que os conceitos de promoção da saúde começaram a ser debatidos internacionalmente na Conferência de Ottawa, em 1986, embora já na década de 1960 o mundo discutisse a determinação econômica e social da saúde. A busca por uma abordagem mais abrangente visava superar a centralização no controle das doenças, propondo uma ação integrada que envolvesse políticas públicas de áreas como saneamento, educação, moradia, alimentação, trabalho e transporte.

Nesse sentido, o Assentamento Trilha 410 enfrenta desafios contínuos para a efetivação do trabalho da ESF. A transformação do modelo de atenção à saúde exige mais do que a oferta de serviços: demanda o fortalecimento da participação comunitária, a melhoria das condições de vida e o acesso a recursos básicos como água potável, saneamento e educação. A eficácia da ESF no território está diretamente ligada à capacidade de enfrentamento dessas questões estruturais, de modo que a saúde seja efetivamente um direito acessível a todos.

Tendo como base essa compreensão, a análise documental desempenhou papel central na investigação de como o Assentamento Trilha 410 acessou e implementou políticas públicas de saúde ao longo do tempo. Foram examinados relatórios institucionais, atas de reuniões comunitárias e registros históricos locais, os quais revelaram tanto os avanços quanto os desafios enfrentados pela população no acesso aos serviços de saúde.

Esses documentos evidenciam a luta contínua dos moradores pela efetivação de direitos previstos constitucionalmente, como o direito à saúde (art. 196 da Constituição Federal de 1988), e pela concretização de políticas específicas voltadas para as populações rurais, como a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011).

**SABERES TRADICIONAIS E RESISTÊNCIA: O OFÍCIO DAS PARTEIRAS NO ASSENTAMENTO TRILHA 410**

Com a criação da Estratégia Saúde da Família (ESF), verificou-se uma melhora significativa na relação entre os profissionais e os usuários, sendo a criação de vínculos um fator decisivo para a realização de ações de saúde efetivas. Nesse contexto, as parteiras tradicionais do Assentamento Trilha 410 desempenharam um papel crucial na assistência obstétrica da comunidade, constituindo, por muito tempo, a única forma de atendimento disponível às mulheres grávidas.

O primeiro parto realizado no assentamento ocorreu em 10 de outubro de 1982, pelas mãos da parteira Eurides. O último parto com parteira tradicional foi registrado em 2018, conduzido por uma moradora da região. O ofício de parteira é uma das práticas mais antigas da humanidade, presente em comunidades tradicionais ao redor do mundo. Como ressalta Elaine Muller, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), até as últimas décadas, o parto era quase exclusivamente assistido por mulheres. A institucionalização do processo, com a introdução da assistência hospitalar e da presença masculina, transformou profundamente as características desse ofício (Muller, 2020).

No Brasil, esse processo de institucionalização se intensificou nos últimos 50 anos. Segundo Muller, a migração do parto para os hospitais contribuiu para a desvalorização das parteiras tradicionais. No entanto, como observa Camila (2020), o trabalho dessas mulheres vai além da assistência ao parto: elas são figuras de referência comunitária, oferecendo um cuidado integral à gestante físico, emocional, espiritual e social. Seu saber resulta da fusão entre práticas tradicionais, experiências vividas e uma forte conexão com a espiritualidade, garantindo uma abordagem sensível e acolhedora às mulheres da comunidade.

No contexto do Assentamento Trilha 410, a realidade das gestantes era marcada por grandes desafios. A falta de acesso aos serviços de saúde, a distância dos centros urbanos e as dificuldades econômicas tornavam o cuidado pré-natal quase inexistente. Em 1983, a escassez de chuvas comprometeu a produção de alimentos, intensificando a desnutrição entre

as gestantes e elevando a incidência de bebês desnutridos. Nesse cenário, as parteiras prestaram um serviço essencial, mesmo diante de limitações e riscos, evitando complicações decorrentes da ausência de exames e de acompanhamentos formais.

A prática das parteiras era marcada pela confiança da comunidade e pela fé. Rezas, orações e um conhecimento profundo do corpo feminino compunham os instrumentos de trabalho. Muitos partos ocorriam durante a noite, sob a luz de lamparinas. A Irmã Irene, uma das mais experientes parteiras da região, iniciou sua prática em 1987 e realizou centenas de partos até seu último atendimento, em 3 de agosto de 2020. Sua trajetória, assim como a de outras parteiras locais, evidencia o valor cultural e espiritual desse ofício, especialmente em contextos de difícil acesso à saúde institucionalizada.

Uma distinção importante no assentamento diz respeito às práticas das benzedeadas e das rezadeiras. Embora ambas atuem na promoção da saúde tradicional, suas abordagens diferem: as benzedeadas se associam mais aos ritos antigos e ao uso de recursos naturais como água, óleo e ervas medicinais entre elas, o gervão e a vassourinha, amplamente utilizadas. Já as rezadeiras focam no poder das palavras, utilizando a cruz, o terço e as orações como principais instrumentos de cura. Trata-se de práticas que resistem ao tempo, mesmo diante de desafios sociais e econômicos.

De acordo com Pereira (2006) e Santos (2004), as práticas tradicionais de saúde desempenham um papel fundamental na manutenção da saúde comunitária, sobretudo em áreas com acesso limitado aos serviços formais. Esses saberes são transmitidos entre gerações e oferecem alternativas de cuidado em contextos de desigualdade social. Como observam Farias e Almeida (2013), o conhecimento popular contribui para enfrentar as iniquidades no acesso à saúde, sendo as benzedeadas e as rezadeiras verdadeiras mediadoras entre a comunidade e o cuidado.

Além disso, a Lei nº 1.401, sancionada em 2010, reconhece e institucionaliza o trabalho de rezadeiras e benzedadeiras, conferindo legitimidade às práticas e aos saberes desses agentes da saúde tradicional. Esse reconhecimento representa um avanço na valorização da medicina popular e na integração dessas práticas ao sistema público de saúde.

A Unidade de Saúde Adalto Raimundo de Lima, localizada no Assentamento Trilha 410, foi inaugurada oficialmente em 16 de junho de 2008, após o início de sua construção em 7 de março de 2007. Seu objetivo era melhorar a infraestrutura de saúde da comunidade, oferecendo, inicialmente, sete salas: recepção, consultórios médicos, sala de enfermagem, vacinação, curativos, farmácia, copa e banheiros. A equipe era composta por um médico, uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem, uma recepcionista, uma zeladora, um vigia e três agentes comunitários de saúde.

A criação da unidade foi proposta pela Indicação nº 025/2007, apresentada pelo vereador José Mansueto, da Câmara Municipal de Buriticupu, Maranhão. A proposta foi aprovada por unanimidade e encaminhada ao prefeito Antônio Marcos de Oliveira, que, reconhecendo a urgência da demanda, autorizou a compra de um imóvel para a instalação do posto de saúde. Esse processo evidencia a atuação do poder público local em favor da saúde comunitária, articulando a participação política à melhoria das condições de vida rural. Como destaca Machado (2010), a participação popular e política é um elemento central na implementação de políticas voltadas às necessidades locais.

A unidade recebeu o nome de Adalto Raimundo de Lima em homenagem ao líder comunitário conhecido como "Seu Adalto", figura central na luta por melhorias para o assentamento. Seu empenho foi decisivo para conquistas como a chegada da energia elétrica, da água encanada, a construção de igrejas, praças e, por fim, do posto de saúde. A homenagem foi oficializada pela Lei Municipal nº 181/2008, reconhecendo sua contribuição ao desenvolvimento local. Para Silva e Souza (2015), o

reconhecimento de lideranças comunitárias é essencial para fortalecer a implementação de políticas sociais em territórios periféricos.

Em 2011, a comunidade do Assentamento Trilha 410 iniciou um projeto de arborização ao redor da unidade de saúde, plantando mais de cem árvores entre elas jatobá, ipê, inhaúba, jacarandá e nim. A iniciativa promoveu não apenas a beleza do ambiente, mas também melhorias na qualidade do ar e no bem-estar local. O posto tornou-se a única unidade de saúde arborizada no município de Buriticupu, evidenciando o vínculo entre saúde, meio ambiente e consciência comunitária. Como afirmam Carvalho e Oliveira (2017), ações que integram saúde pública e sustentabilidade ambiental são fundamentais para a promoção da qualidade de vida no meio rural.

Além disso, em 16 de dezembro de 2017, a unidade passou por uma reforma e uma ampliação significativas. Foram construídas seis novas salas e dois banheiros, o que aumentou a capacidade de atendimento e possibilitou a ampliação dos serviços oferecidos, incluindo exames preventivos e coleta de materiais. A melhoria da infraestrutura de saúde é abordada por Cavalcante (2018), que destaca a importância da ampliação de unidades em zonas rurais para reduzir as desigualdades no acesso aos cuidados entre as áreas urbanas e as rurais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos analisados destacam o papel fundamental dos saberes tradicionais na promoção da saúde comunitária. Relatos de moradores e moradoras mencionam a atuação de parteiras, benzedeiros e raizeiros, como a Irmã Irene e a Dona Maria Delza, que exerceram funções essenciais em períodos de ausência do Estado (Santos, 2004; Pereira, 2006). Essas práticas, registradas em documentos locais, complementaram as lacunas dos serviços formais e evidenciam a resiliência das populações rurais em contextos de vulnerabilidade.

A análise documental revela, portanto, que o acesso às políticas de saúde no Assentamento Trilha 410 foi um processo dinâmico, mediado pela interação entre as demandas comunitárias e as políticas públicas formais. Essa trajetória reforça a importância de compreender a saúde no meio rural como resultado de uma luta coletiva por direitos e por dignidade para as populações do campo.

A trajetória da saúde no assentamento evidenciou um processo contínuo de superação de obstáculos e de busca por melhores condições de vida. Desde sua fundação, a comunidade enfrentou desafios significativos, como a ausência de água potável, a carência de serviços médicos e a precariedade da infraestrutura. Essa realidade reflete o cenário enfrentado por diversas comunidades rurais no Brasil, onde a pobreza e a exclusão social limitam o acesso a direitos básicos, incluindo o direito à saúde.

Diante da ausência de serviços médicos formais, parteiras, benzedeiros e raizeiros desempenharam um papel essencial no cuidado materno-infantil e na promoção da saúde, especialmente na assistência obstétrica e no tratamento de doenças comuns. Seus saberes tradicionais garantiram atendimento em meio à vulnerabilidade, demonstrando a relevância da medicina popular como estratégia de cuidado e resistência.

A inauguração da Unidade de Saúde da Família (USF) Adalto Raimundo de Lima, em 2008, representou um marco na ampliação do acesso aos serviços de saúde no assentamento. Viabilizada pela mobilização comunitária e pela articulação com o poder público, a unidade passou a oferecer atendimentos básicos, vacinação e primeiros socorros, reduzindo a dependência dos moradores em relação a unidades hospitalares distantes.

Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais, como a falta de saneamento básico, a precariedade do transporte até os centros urbanos e a escassez de profissionais de saúde. A Estratégia Saúde da Família (ESF) tem sido fundamental para minimizar essas dificuldades, por meio da

presença de agentes comunitários de saúde e do fortalecimento do vínculo entre a população e os serviços médicos.

A experiência do Assentamento Trilha 410 ilustra tanto as dificuldades quanto às possibilidades no acesso à saúde em comunidades rurais. A mobilização comunitária, a valorização dos saberes tradicionais e a implementação de políticas públicas adaptadas às realidades locais demonstram que a luta coletiva é essencial para a efetivação do direito à saúde. O fortalecimento dessas estratégias, aliado a investimentos em infraestrutura e à participação ativa da população, será determinante para garantir a melhoria contínua da qualidade de vida no assentamento e em outras comunidades similares.

### REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neres. São Luís: Gráfica e Editora Tauá, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Portaria n.º 2.866, de 2 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/wpcontent/uploads/sites/5/2018/08/CTI01990.pdf>. Acesso em: set. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Disponível em: <https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/sites/5/2018/08/CTI01984.pdf>. Acesso em: set. 2023.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal (1988). Art. 196. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (1990). Lei Orgânica da Saúde n° 8.080/90. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BARETO, M. L. Determinantes sociais da saúde: um olhar sobre o meio rural. 2003.

CAMILA, A. Cuidado integral e espiritualidade: o papel das parteiras em comunidades rurais. Brasília: Editora Raízes, 2020.

CRUZ, R. L. da. História das políticas públicas de saúde no Maranhão: o caso de Buriticupu. 2018.

CARVALHO, A. M. de; SANTOS, A. M. dos. A Atenção Básica à Saúde: uma reflexão sobre o conceito e sua prática no Brasil. Revista Brasileira de Saúde Pública, v. 40, n. 1, 2006.

CARVALHO, F. A.; OLIVEIRA, G. S. Saúde Pública e Sustentabilidade: Práticas Ambientais nas Comunidades Rurais. Editora Rural, 2017.

CAVALCANTE, R. T. A Infraestrutura de Saúde no Brasil Rural: Desafios e Oportunidades. Editora Saúde e Cidadania, 2018.

CASTEL, R.. As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes. 1998

DUARTE, J. L.; ALMEIDA, R. P. de. A Estratégia Saúde da Família e a transformação do modelo de saúde. Saúde Coletiva, v. 4, n. 12, 2014.

FARIAS, R. N. & ALMEIDA, L. C. Saberes tradicionais e o cuidado com a saúde no Brasil rural. Editora UFPE, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO (IFMA). Pesquisa sobre conflito de Alto Alegre vence prêmio de dissertação. Disponível em: <https://barradocorda.ifma.edu.br/2017/05/10/pesquisa-sobre-conflito-de-alto-alegre-vence-premio-de-dissertacao/>. Acesso em: set. 2023.

MACHADO, J. P. *Participação Popular e Políticas Públicas no Brasil: A Gestão da Saúde no Contexto Rural*. Editora Universidade, 2010.

MULLER, E. *O ofício das parteiras e a institucionalização do parto no Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. Boletim da Organização Mundial da Saúde, Genebra, v. 1, n. 1, p. 1-2, 1946. Disponível em: <https://www.who.int/about/governance/constitution>. Acesso em: 28 maio 2025.

PEREIRA, Potyara A.P. *Discussões conceituais sobre política pública como política pública e direito de cidadania*. I. BOSCHETTI, Ivonete. et al. (org) ed. São Paulo:Cortez, 2009. Pg. 87-89.

PEREIRA, M. R. *A medicina tradicional e o saber popular nas comunidades rurais: um estudo de caso*. Editora Popular, 2006.

RIBEIRO, Rosa Mendes. *História Educacional da Comunidade Trilha-410*. Trabalho Científico. Buriticupu, MA: 2016.

SICOLI, L. P.; NASCIMENTO, M. A. do. *A promoção da saúde e as políticas públicas: um estudo sobre os determinantes sociais da saúde*. *Revista de Saúde Pública*, v. 37, n. 4, 2003.

SANTOS, M. G. *Cura e fé: O papel das benzedeiros na saúde das comunidades periféricas*. Editora Saúde, 2004.

SILVA, A. S.; SOUZA, M. L. *O Papel dos Líderes Locais na Implementação de Políticas Sociais: Um Estudo no Campo da Saúde Pública*. Editora Acadêmica, 2015.

TEIXEIRA, A. F. *Saúde e saneamento: impactos no meio rural*. 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA). Hoje e amanhã celebrai a história para encarnar-vos no povo: os embates de memória sobre conflito do Alto Alegre. Dissertação de Mestrado de Carlos Eduardo Penha Everton. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/55/1/Carlos%20Eduardo%20Penha%20Everton.pdf>. Acesso em: set. 2023.

## CAPÍTULO 5

# DESAFIOS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: breves reflexões contemporâneas

Layara Ribeiro de Sousa<sup>18</sup>  
Josenice Ferreira dos Santos Araújo<sup>19</sup>

### RESUMO:

A violência contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos que afeta milhões de pessoas globalmente. Manifesta-se de forma física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, sendo frequentemente praticada por parceiros, familiares ou desconhecidos. As causas são multifatoriais, incluindo a desigualdade de gênero, a cultura patriarcal, a impunidade e as falhas em políticas públicas. Os impactos são severos, gerando traumas físicos e emocionais, além de prejuízos sociais e econômicos para as vítimas e seus familiares. O enfrentamento exige ações integradas, como o fortalecimento de leis protetivas, a exemplo da Lei Maria da Penha, investimentos em educação para a equidade de gênero e a ampliação das redes de apoio. Soma-se a isso a necessidade de campanhas de conscientização para transformar padrões culturais machistas, misóginos e homofóbicos, reduzindo a tolerância social e jurídica a essas violações.

**Palavras-Chave:** Direitos das mulheres; feminicídios; Desigualdade de gênero.

### ABSTRACT:

Violence against women is a severe violation of human rights that affects millions of people globally. It manifests in physical, psychological, sexual, patrimonial, or moral forms, and is frequently perpetrated by partners, family members, or strangers. The causes are multifactorial, including gender inequality, a patriarchal culture, impunity, and failures in public policies. The impacts are severe, generating physical and emotional trauma, as well as social and economic damages for victims and their families. Tackling this issue requires integrated actions, such as strengthening protective laws, such as the Maria da Penha Law, investing in education for gender equity, and expanding support networks. Added to this is the need for awareness campaigns to transform sexist, misogynistic, and homophobic cultural patterns, reducing social and legal tolerance for these violations.

**Keywords:** Women's rights; femicides; Gender inequality.

---

<sup>18</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: layararibeiro03@gmail.com

<sup>19</sup> Assistente Social e Mestra em Sociologia pela UFPB. Doutora em Política Social pela UnB, Professora Adjunta 4 na Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: joseniceferreira@mail.uft.edu.br

## INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos e uma das expressões mais evidentes da desigualdade de gênero. Trata-se de um problema global, que se manifesta por meio de diferentes formas de agressão física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e atinge mulheres de todas as idades, classes sociais, etnias e contextos culturais.

Embora a sociedade brasileira ainda seja marcada por um conservadorismo persistente e por uma cultura machista enraizada, a discussão sobre a violência contra as mulheres tem ganhado maior visibilidade nas últimas décadas do século XXI. Esse avanço se deve, em grande parte, à mobilização dos movimentos feministas, ao fortalecimento de legislações protetivas, como a Lei Maria da Penha e ao aumento da cobertura midiática sobre casos de violência de gênero. Apesar disso, a erradicação dessa violência permanece um desafio significativo para governos, instituições e a sociedade civil.

O patriarcado enquanto estrutura sócio histórica e cultural de dominação masculina sob a feminina nas decisões de poder, de acordo com Saffioti (2004) estabelece em várias sociedades a manutenção da desigualdade de gênero e aspectos múltiplos fatoriais como: dependência sócio econômica, política, ideológica, dentre outras, levando a naturalização da violência feminina como algo natural e retirando a mulher de espaços públicos de desenvolvimento intelectual. Para tanto, ver-se que as estruturas patriarcais reproduzem práticas de controle do corpo feminino e de opressão, que trazem danos físicos, psicológicos, emocionais, sociais, além de comprometer e limitar a autonomia feminina.

A origem desse fenômeno está profundamente ligada a fatores históricos e culturais que sustentam a ideia de superioridade masculina e a subordinação das mulheres. Em muitos casos, as vítimas enfrentam barreiras para romper o ciclo de violência, como o medo, a dependência econômica, a falta de apoio institucional ou social e a naturalização da

violência em ambientes familiares e comunitários. As consequências são devastadoras, afetando a saúde física e emocional das mulheres, limitando suas possibilidades de autonomia e, em casos extremos, levando ao feminicídio.

No Brasil, legislações como a Lei nº 11.340, de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha, e a Lei nº 13.104, de 2015, a Lei do Feminicídio, representaram marcos importantes na luta contra a violência de gênero. No entanto, a efetivação dessas leis enfrenta entraves, como a subnotificação dos casos, a revitimização das mulheres no sistema de justiça e a insuficiência de políticas públicas integradas e permanentes.

Diante desse cenário, este artigo propõe uma reflexão sobre as causas e as consequências da violência contra as mulheres, bem como sobre as políticas públicas, ações de conscientização e estratégias de prevenção que podem contribuir para a construção de uma sociedade mais segura, igualitária e livre de violência. A superação desse problema exige um esforço coletivo e contínuo, envolvendo o poder público, as organizações da sociedade civil, as instituições educacionais e, sobretudo, o engajamento ativo da população.

A violência contra as mulheres, além de ser um problema individual, é uma questão social profunda e persistente, que impacta não apenas as vítimas, mas também suas famílias e toda a estrutura social. Seu enfrentamento requer um compromisso ético e político com a equidade de gênero, a justiça social e os direitos humanos, na busca por uma sociedade mais justa e segura para todas.

A Lei Maria da Penha e a sua implementação prática no Brasil, destaca os avanços, mas também, as lacunas que ainda existem na aplicação da lei. A pesquisa discute a persistência de altas taxas de feminicídios e agressões, apesar da legislação, e sugere a necessidade de maior articulação entre os sistemas de justiça, saúde e apoio social. Nascimento (2017, p.11)

Para tanto, acredita-se que o enfrentamento da violência contra as mulheres é um desafio que exige mudanças estruturais complexas,

demandando investimentos governamentais e o engajamento da sociedade. Na busca por resultados positivos, além da punição aos agressores, é fundamental garantir um atendimento humanizado às vítimas nas instituições públicas e privadas, fortalecer as redes de apoio socioassistencial e investir em educação permanente para prevenir que novas gerações reproduzam padrões machistas.

Considerando que o combate à violência de gênero vai além das políticas públicas, configurando-se como um compromisso coletivo que envolve famílias, escolas, empresas, órgãos governamentais e instituições educacionais, este artigo busca compreender a violência contra as mulheres e apresentar um conjunto de ações para a construção de uma sociedade mais segura e justa para todas. Diante disso, no próximo item, analisaremos os desafios relacionados a esse fenômeno social.

### **PROBLEMAS E DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

Apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, persistem obstáculos estruturais que dificultam a proteção das vítimas e a erradicação desse problema. A seguir, detalham-se alguns dos principais problemas e desafios enfrentados na luta contra essa violência.

Embora seja uma violência latente, visível tanto nos relatos quanto nas estatísticas, a subnotificação dos casos de violência contra as mulheres é um dos maiores desafios para o enfrentamento desse problema. Muitas vítimas não denunciam por medo de represálias, vergonha, dependência emocional ou financeira, além da desconfiança nas instituições responsáveis pela proteção.

Entre os fatores que contribuem para a subnotificação estão o medo da retaliação do agressor, que leva muitas mulheres a conviver diariamente com a violência sem denunciar para não agravar a situação; a falta de independência financeira e econômica que faz com que muitas vítimas

permaneçam em relacionamentos abusivos por não terem recursos para se manter sozinhas; e a desconfiança no sistema de justiça, uma vez que casos de impunidade e morosidade nos processos judiciais desestimulam a busca por reparação. Além disso, a ausência de apoio da família e da comunidade, somada a pressões culturais, morais, econômicas ou religiosas, faz com que algumas vítimas se sintam obrigadas a manter o relacionamento violento.

Embora não seja um teórico marxista, Pierre Bourdieu, em sua renomada obra *A Dominação Masculina*, publicada originalmente em 1998, discute a dominação masculina como um fator estrutural que perpetua a violência contra as mulheres. Ele analisa o papel das instituições sociais, como o sistema jurídico, na manutenção dessas desigualdades. A partir dessa perspectiva, Bourdieu critica o fato de que as políticas públicas frequentemente não conseguem romper com normas culturais e comportamentais profundamente enraizadas, perpetuando uma cultura de dominação sobre o gênero feminino. Para aprofundar essa temática, no próximo item discutiremos os locais de atendimento às mulheres vítimas de violência.

### **MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: a busca por atendimento humanizado**

A revitimização é um processo no qual a vítima sofre novamente por meio das instâncias formais, o que pode agravar seu sofrimento. Ou seja, ao buscar ajuda, a vítima pode enfrentar novos traumas devido à falta de escuta especializada por parte dos profissionais dos sistemas de justiça, segurança e saúde. Isso pode ocorrer de diversas formas, como questionamentos sobre sua conduta ou minimização da violência sofrida. Mulheres vítimas de violência podem receber atendimento inadequado, por exemplo, pela polícia, sendo desencorajadas a registrar ocorrências ou tratadas com descrença e culpabilização, muitas vezes baseadas em suas roupas ou atitudes.

Segundo Heleieth Saffioti, em seu livro *Gênero, Patriarcado, Violência*, lançado em 2004, a autora denuncia uma estrutura patriarcal que perpetua

a violência de gênero, e observa que, mesmo na literatura feminista científica, essas violências têm sido obscurecidas. Ela ressalta a naturalização das formas de relações sociais que instituem o feminino e o masculino em uma escala hierarquizada de valores, cristalizada no imaginário coletivo acerca das desigualdades existentes na sociedade.

Na contemporaneidade, no que se refere ao atendimento pelas políticas sociais, a falta de acolhimento humanizado e a capacitação inadequada dos profissionais são realidades que prejudicam as mulheres vítimas de violência. Afirma-se que o acolhimento deve ser realizado por equipes multidisciplinares, com o objetivo de cuidar, proteger e recuperar a saúde e a autoestima dessas vítimas.

Nos espaços sociojurídicos, a morosidade e a impunidade são fatores que levam muitas vítimas a desistirem dos processos judiciais, enquanto os agressores permanecem livres e podem cometer novas violências. Por isso, nesses locais, é fundamental oferecer atendimento e escuta especializada, garantindo que as vítimas recebam proteção adequada durante todo o processo, especialmente em momentos de julgamento.

A revitimização e a violência institucional nesses espaços ocorrem, frequentemente, devido ao descumprimento das leis, à falta de capacitação adequada sobre a temática e à ausência de sigilo ético-profissional. Essa realidade revela a carência de preparo em instituições destinadas ao acolhimento das mulheres e suas famílias, como as Defensorias Públicas, os Ministérios Públicos e as Varas Especializadas. Torna-se, portanto, imprescindível a realização de treinamentos específicos para policiais, juízes, profissionais que atuam em delegacias e trabalhadores da saúde, além da adoção de protocolos humanizados no atendimento às vítimas.

No próximo item, após abordarmos a violência institucional, discutiremos outra forma de violência, a material, que se manifesta na ausência de infraestrutura adequada para um atendimento humanizado às vítimas.

## FALTA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS PARA O ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A falta de infraestrutura e de recursos para o atendimento à violência contra mulheres é um problema grave que impacta diretamente a segurança e o bem-estar das vítimas. Esse déficit se manifesta de diversas formas, como o número insuficiente de delegacias e centros de atendimento. Muitas cidades não possuem Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, as chamadas DEAMs ou abrigos seguros, dificultando o acesso das vítimas à proteção.

A ausência de profissionais capacitados e de treinamento adequado para policiais, assistentes sociais e profissionais de saúde pode resultar em revitimização e em um atendimento inadequado. O baixo investimento em políticas públicas limita a criação e a manutenção de programas de apoio, como assistência jurídica, psicológica e socioeconômica. Além disso, muitas vítimas enfrentam barreiras burocráticas ou falta de acompanhamento no cumprimento das medidas protetivas.

A carência de campanhas de conscientização também é um obstáculo, pois a ausência de programas educativos compromete a disseminação de informações sobre direitos e formas de denúncia. Para enfrentar esse problema, é essencial aumentar o investimento em infraestrutura, capacitação profissional e políticas públicas de proteção às mulheres. Também é importante fortalecer as redes de apoio socioassistenciais e garantir que os serviços sejam acessíveis e eficientes para todas as usuárias.

Mesmo com marcos regulatórios como a Lei Maria da Penha, instituída pela Lei nº 11.340, de 2006, muitas cidades ainda não possuem estruturas adequadas para atender mulheres em situação de violência. A ausência de delegacias especializadas, centros de acolhimento e suporte jurídico gratuito agrava ainda mais o problema. Por isso, é necessário buscar, por

meio da mobilização social, a ampliação do orçamento destinado às políticas públicas, a criação de mais centros de atendimento e o fortalecimento das redes de acolhimento.

### SISTEMA PATRIARCAL E NORMALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A violência contra as mulheres está enraizada em padrões culturais que naturalizam o controle masculino e a submissão feminina, levando à aceitação da violência como um hábito. Em muitos contextos, essa formação machista e misógina dificulta a conscientização da sociedade. O sistema patriarcal e a normalização da violência de gênero são elementos estruturais que sustentam e perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres.

Essas questões estão presentes em normas sociais, tradições e discursos que reforçam a inferiorização da mulher e a permissividade em relação à violência. Esse cenário impacta não apenas a vida das vítimas, mas também a forma como a sociedade e o sistema de justiça lidam com casos de agressão, contribuindo para a revitimização e a impunidade.

A dominação masculina é um sistema de crenças que estabelece a superioridade dos homens sobre as mulheres, influenciando comportamentos individuais e institucionais. Ela se manifesta de diversas formas, tais como:

- Desigualdade no mercado de trabalho: mulheres ganham menos que os homens e enfrentam dificuldades de ascensão profissional
- Estereótipos de gênero: ideias de que mulheres devem ser submissas e responsáveis pelos cuidados da casa e da família
- Controle sobre o corpo feminino: imposição de padrões de beleza, repressão à liberdade sexual e criminalização do aborto

A violência de gênero é frequentemente minimizada ou justificada por meio de discursos que culpabilizam as vítimas e isentam os agressores.

Alguns exemplos dessa normalização incluem a descredibilização das vítimas, a naturalização da violência doméstica e outras formas de violência evidentes na cultura do estupro, expressa em comentários, piadas e comportamentos que reforçam a ideia de que o corpo da mulher está sempre disponível para o prazer masculino.

Essa violência também é reforçada por meio do sexismo e do racismo. Os corpos das mulheres negras foram historicamente explorados no Brasil desde o período colonial. Atualmente, essas práticas de exploração trabalhista persistem no capitalismo vigente, como bem aponta Elisabeth Souza-Lobo em seus estudos retomados na literatura contemporânea, a exemplo das análises de 1991.

Outro elemento agravante é a falta de rigor na punição dos agressores. Sentenças brandas geram descrença no sistema de justiça e reforçam a sensação de impunidade. Os impactos sociais do machismo e da normalização da violência de gênero criam barreiras institucionais e sociais para que as vítimas denunciem os agressores. Além disso, ocorre a reprodução da violência entre as gerações, pois crianças que crescem em lares violentos têm mais chances de repetir esses padrões na vida adulta.

A violência contra a mulher também provoca adoecimento físico e mental, podendo levar à depressão, a transtornos de ansiedade e até ao suicídio. Como estratégia de enfrentamento ao machismo, a educação pode oferecer subsídios para a construção da igualdade de gênero, incluindo debates em espaços públicos e privados e o fortalecimento de políticas que garantam medidas de proteção, ampliação da rede de apoio e punição rigorosa para os agressores.

É necessário desconstruir estereótipos e incorporar a transversalidade das políticas sociais para promover campanhas que responsabilizem os agressores, incentivem a denúncia e criem redes de apoio que garantam segurança às vítimas. A cultura machista é um dos principais obstáculos à construção de uma sociedade mais justa e segura.

Enfrentar esse problema social exige mudanças profundas nas estruturas sociais, jurídicas e culturais, com o objetivo de promover uma mentalidade mais inclusiva e menos discriminatória.

### DIFICULDADE NA REINTEGRAÇÃO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A reinserção social e econômica das mulheres vítimas de violência de gênero é um grande desafio, pois requer ações complexas e integradas de diversas políticas sociais para garantir a autonomia feminina. Além dos traumas físicos e emocionais, a falta de suporte financeiro, social e institucional faz com que muitas mulheres permaneçam em ciclos de violência e enfrentem dificuldades para reconstruir suas vidas.

Em contextos de violência, as vítimas encontram obstáculos para se reinserir na sociedade de forma segura e digna. Entre os principais desafios estão:

- Estigma e preconceito: a sociedade frequentemente culpa ou julga as vítimas, dificultando sua aceitação em novos círculos sociais. Muitas vezes, essas mulheres são isoladas de amigos e familiares pelo agressor, tornando-se socialmente vulneráveis.

- Dependência financeira: a falta de recursos dificulta a separação do agressor e a construção de uma nova trajetória.

- Barreiras ao mercado de trabalho: ausência de escolarização, falta de experiência profissional e lacunas no currículo dificultam a empregabilidade.

- Falta de políticas de inclusão: a ausência de programas que envolvam empresas e órgãos públicos na oferta de trabalho compatível com a escolaridade e as necessidades das vítimas compromete sua autonomia.

Conforme os determinantes sociais apontados na Lei Maria da Penha (2006), destacam-se os seguintes pontos:

Impactos da falta de reintegração

Quando a mulher não consegue se reinserir social e economicamente, os efeitos podem incluir:

- Risco de retorno ao relacionamento abusivo por falta de alternativas financeiras
- Exclusão social e vulnerabilidade a novas formas de violência, como exploração e tráfico
- Impacto negativo sobre os filhos, que podem crescer em ambientes inseguros e reproduzir padrões de violência

### Estratégias para facilitar a reintegração

Para garantir que as vítimas consigam reconstruir suas vidas, algumas medidas são essenciais:

- Criação de programas de empregabilidade voltados às vítimas de violência, com cursos de capacitação e parcerias com empresas
- Acesso facilitado a crédito e moradia, permitindo que tenham um lar independente
- Fortalecimento das redes de apoio, como grupos de suporte psicológico e comunitário
- Expansão de creches e programas de assistência social, para que mães solo possam trabalhar

A reintegração social e econômica das mulheres vítimas de violência é fundamental para romper o ciclo de abusos e garantir uma vida digna e segura. Políticas públicas eficazes, o apoio da sociedade e as iniciativas privadas podem desempenhar um papel essencial nesse processo.

Como possível saída para o enfrentamento da violência contra a mulher, destaca-se a política de educação como caminho para a emancipação feminina por meio do conhecimento.

**EDUCAÇÃO COMO PREVENÇÃO: os desafios no enfrentamento da violência contra as mulheres**

A prevenção da violência contra as mulheres depende de múltiplos fatores. No entanto, a educação desponta como um possível caminho para a desconstrução de padrões que perpetuam a desigualdade de gênero. Ainda assim, a educação voltada à equidade de gênero enfrenta forte resistência em diversos setores da sociedade.

As escolas têm papel fundamental na formação social e cultural de crianças e adolescentes. A ausência de discussões sobre igualdade de gênero, respeito e consentimento nos currículos escolares impede a construção de uma sociedade mais justa. Estudos indicam que a inclusão de políticas educacionais com perspectiva de gênero pode contribuir significativamente para a redução da violência contra as mulheres.

Campanhas de conscientização e informação são ferramentas essenciais na luta contra a violência de gênero. A sociedade, de modo geral, ainda permanece desinformada sobre como identificar e combater esse tipo de violência. O combate à violência contra a mulher não deve ser tratado apenas como uma pauta feminina, mas como uma responsabilidade coletiva. Nesse sentido, a educação de meninos e homens é essencial na prevenção do machismo e da violência de gênero.

Uma proposta pedagógica prevista na Lei Maria da Penha é o ensino desde a infância sobre masculinidade saudável, respeito e empatia, o que contribui para prevenir comportamentos abusivos e promover relações mais equilibradas. Iniciativas que incentivam a reflexão sobre os papéis de gênero e a desconstrução de estereótipos têm se mostrado eficazes na redução da violência doméstica, pois colaboram na transformação de padrões culturais prejudiciais. Investir em educação, portanto, é uma estratégia fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

A falha na capacitação de profissionais e a ausência de suporte adequado contribuem para a revitimização das vítimas, desestimulando denúncias e perpetuando a impunidade. Outros fatores que dificultam o enfrentamento incluem a falta de programas comunitários e de projetos

sociais voltados à prevenção da violência de gênero, especialmente em comunidades vulneráveis. Iniciativas como rodas de conversa, apoio psicológico e capacitação profissional para mulheres podem fortalecer sua autonomia e reduzir os casos de violência.

Outras estratégias de enfrentamento incluem:

- Incorporar a educação de gênero nos currículos escolares, abordando temas como igualdade, respeito e consentimento
- Criar campanhas permanentes de conscientização acessíveis a todas as camadas da população
- Capacitar profissionais da segurança, saúde e justiça para um atendimento humanizado e eficaz
- Promover a participação de homens nas discussões sobre violência de gênero, incentivando reflexões sobre masculinidade e respeito
- Investir em projetos comunitários de prevenção, garantindo suporte às mulheres em situação de vulnerabilidade
- Incentivar campanhas em empresas e na mídia para promover a conscientização

As diretrizes curriculares devem incluir informações sobre formas de prevenção e canais de denúncia, como:

- Ligue 180: serviço gratuito, disponível 24 horas, que oferece orientação, acolhimento e encaminhamento de denúncias de violência contra a mulher
- Disque 100: recebe denúncias de violações de direitos humanos, incluindo violência doméstica, infantil, contra idosos e pessoas com deficiência
- 190 (Polícia Militar): acionado em casos de emergência ou flagrante
- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs): oferecem suporte presencial para vítimas de violência de gênero
- Ministério Público e Defensorias Públicas: prestam apoio jurídico gratuito e podem solicitar medidas protetivas

Com os avanços tecnológicos, surgiram alternativas como os aplicativos Proteja Brasil e SOS Mulher, que facilitam denúncias por meio eletrônico e pedidos de socorro imediatos. Em alguns estados, também é possível registrar o Boletim de Ocorrência diretamente nas plataformas digitais das Polícias Cíveis.

A existência desses canais é fundamental para garantir proteção às vítimas e combater a impunidade. Por fim, a denúncia é um passo essencial para romper o ciclo da violência e garantir justiça às mulheres vítimas de agressões.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra as mulheres é um problema estrutural que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, exigindo um enfrentamento sério e multidimensional. Apesar dos avanços na legislação e das políticas públicas implementadas nas últimas décadas, os desafios ainda são imensos. A subnotificação, a revitimização das vítimas, a falta de infraestrutura para atendimento, a influência da cultura machista e a dificuldade de reinserção social e econômica das mulheres em situação de violência são obstáculos que precisam ser superados com urgência.

Para erradicar essa violência, é fundamental fortalecer as redes de proteção às vítimas, garantir um atendimento humanizado e acessível e investir na capacitação de profissionais da segurança, saúde e justiça. Além disso, a educação para a igualdade de gênero deve ser promovida desde a infância, para que as novas gerações cresçam com valores baseados no respeito e na equidade.

O combate à violência contra as mulheres não é responsabilidade exclusiva do Estado, mas de toda a sociedade. É necessário que governos, instituições, empresas e cidadãos se unam para mudar essa realidade, denunciando agressões, apoiando vítimas e promovendo um ambiente seguro e igualitário para todas. Somente por meio desse esforço coletivo

será possível construir um futuro em que as mulheres vivam livres da violência e possam exercer plenamente seus direitos.

Realizar esta pesquisa não foi uma tarefa fácil. Enfrentei desafios tanto emocionais quanto metodológicos ao lidar com um tema tão delicado e sensível. Abordar a violência, seja ela física, psicológica ou simbólica, exige cuidado, escuta atenta e um compromisso ético para não revitimizar aquelas que compartilharam suas histórias.

Além disso, esta pesquisa me atravessa de maneira pessoal. Já vivi situações de violência, e revisitar esse tema trouxe à tona lembranças difíceis. No entanto, foi justamente essa vivência que me motivou a aprofundar o estudo e buscar formas de contribuir para a compreensão e o enfrentamento desse problema. Assim, este trabalho não é apenas uma investigação acadêmica, mas também uma contribuição significativa para os objetivos do meu projeto de pesquisa. Espero que os resultados possam ampliar o debate, sensibilizar pessoas e, quem sabe, inspirar ações concretas para combater a violência em diferentes contextos.

### REFERÊNCIAS

Agência Brasil. "Em 2023, ao menos oito mulheres foram vítimas de violência por dia." Publicado em 8 de março de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-03/em-2023-ao-menos-oito-mulheres-foram-vitimas-de-vio...>

BRASIL. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

\_\_\_\_\_. Lei do Femicídio (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015). Altera o Código Penal para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "Atlas 2023: Violência contra Mulher." Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/276/atlas-2023-violencia-contra-mulher>

\_\_\_\_\_. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Canais de denúncia: Ligue 180 e disque 100.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BOURDIEU, Pierre, **A dominação masculina.** Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

LOBO, Elizabeth. Sousa **A classe operária tem dois sexos – trabalho, dominação e resistência.** São Paulo, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório sobre Violência de Gênero no Mundo.** ONU Mulheres, 2023. Disponível em: [www.unwomen.org](http://www.unwomen.org).

ONU Mulheres Brasil. "Uma mulher ou menina é morta a cada 10 minutos por seu parceiro íntimo ou outro membro da família." Publicado em 25 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/uma-mulher-ou-menina-e-morta-a-cada-10-minutos-por-seu-parceiro-intimo-ou-outro-membro-da-familia/>

POLÍCIA CIVIL. **Boletim de Ocorrência Online.** Disponível em: <https://www.policiacivil.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTIAGO, Thaís; ARAÚJO, Carolina. Violência contra a mulher: desafios e perspectivas no Brasil. **Revista de Direitos Humanos e Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, p. 45-62, 2022.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência: Homicídios de Mulheres no Brasil.** Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br).

## CAPÍTULO 6

# POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A VULNERABILIDADE INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS

Maicon Henry Gonçalves<sup>20</sup>  
Ingrid Karla Da Nóbrega Beserra<sup>21</sup>

### RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o tema da pobreza, da desigualdade social e de suas influências na vulnerabilidade infantil, com um olhar específico sobre a infância no município de Paraíso do Tocantins. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, são abordados conceitos, contextos históricos e aspectos contemporâneos relacionados ao tema. As complexas vulnerabilidades decorrentes da contradição entre trabalho e capital impactam profundamente a vida da população pobre e periférica, especialmente na infância, comprometendo diversos aspectos de uma vida digna. O estudo destaca as condições de negação dos direitos sociais mínimos necessários à sobrevivência, traçando um panorama da infância no município em questão e analisando as formas de enfrentamento dessa realidade. Também são apontadas estratégias de intervenção e a importância do trabalho da assistência social no acolhimento e na proteção das crianças em situação de vulnerabilidade.

**Palavras-Chave:** Pobreza; Desigualdade Social; Vulnerabilidade Infantil.

### ABSTRACT:

This study aims to reflect on the themes of poverty, social inequality, and their influences on child vulnerability, focusing specifically on childhood in the municipality of Paraíso do

---

<sup>20</sup> Bacharel em Serviço Social pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (Pronera/UFT). E-mail: aicon222g@gmail.com.

<sup>21</sup> Professora Adjunta na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Tocantins. Through a literature review, concepts, historical contexts, and contemporary aspects related to the theme are addressed. The complex vulnerabilities arising from the contradiction between labor and capital profoundly impact the lives of the poor and marginalized population, especially during childhood, compromising various aspects of a dignified life. The study highlights the conditions under which minimal social rights necessary for survival are denied, outlining an overview of childhood in the municipality under analysis and examining the ways to address this reality. Furthermore, intervention strategies are identified, alongside the importance of social assistance work in welcoming and protecting children in situations of vulnerability.

**KEYWORDS:** Poverty; Social Inequality; Child Vulnerability.

### INTRODUÇÃO

A pobreza e as desigualdades sociais vivenciadas pela população compõem um fenômeno estruturante das relações sociais no contexto do modo de produção capitalista, afetando diretamente a qualidade de vida e o acesso aos direitos sociais. As famílias que se encontram nessas condições frequentemente não dispõem de recursos suficientes para garantir sua própria subsistência, tampouco a de seus filhos, o que as insere em um quadro de vulnerabilidade. Nesse cenário, as crianças estão entre as mais afetadas, pois, nessa fase da vida, demandam maior cuidado e proteção, estando mais expostas a diversas situações que comprometem uma existência digna.

No Brasil, a vulnerabilidade social tem se intensificado devido à ausência de políticas públicas eficazes que promovam equidade e garantam o acesso aos direitos sociais básicos, como moradia, educação e alimentação. Esse fenômeno resulta na exclusão de milhões de pessoas, perpetuando um ciclo de pobreza Intergeracional. Em crianças e adolescentes, essa realidade é ainda mais grave, pois a privação de recursos e oportunidades afeta diretamente o seu desenvolvimento biopsicossocial, comprometendo seu futuro e aumentando sua exposição a riscos como exploração infantil e evasão escolar (Unicef, 2022, p. 18).

Diante disso, este artigo tem como objetivo refletir sobre a pobreza, a desigualdade social e seus impactos na vulnerabilidade infantil, com foco na realidade do município de Paraíso do Tocantins. A proposta surgiu a

partir da vivência com crianças em situação de vulnerabilidade familiar, social e econômica, observadas durante o estágio supervisionado obrigatório no Serviço de Acolhimento Luz do Sol, localizado no referido município. O serviço atua com crianças e adolescentes de zero a 18 anos em situação de risco, promovendo acolhimento e encaminhamento às medidas protetivas cabíveis, sempre prezando pelo bem-estar dos atendidos.

Durante o estágio, foi possível observar que os tipos e níveis de vulnerabilidade são diversos, mas compartilham fatores comuns, como a condição de pobreza, os riscos sociais no seio familiar, a exclusão e a marginalização social. As famílias atendidas enfrentam condições precárias de moradia, desemprego ou dependência de substâncias psicoativas. As crianças e adolescentes, por sua vez, convivem com a insegurança alimentar, ausência ou fragilidade no vínculo escolar, falta de acompanhamento familiar, além de presenciarem ou sofrerem violência doméstica, agressões e diferentes formas de abuso, como o assédio verbal.

Para subsidiar o debate e a reflexão sobre o objeto deste estudo, será utilizada uma abordagem qualitativa, descritiva e bibliográfica, com base na análise de dados secundários extraídos de materiais previamente publicados, bem como nas experiências vivenciadas durante o estágio. O objetivo é desenvolver um olhar crítico sobre a forma como a vulnerabilidade infantil se perpetua no município de Paraíso do Tocantins.

A vulnerabilidade social é um conceito que expressa a exposição de indivíduos e grupos a riscos econômicos, políticos e culturais que limitam suas oportunidades e o acesso a direitos fundamentais, como explicitado por Fonseca e colaboradores em estudo publicado em 2022, na página 5. Considerando esse contexto, crianças que nascem em famílias vulneráveis ou em territórios marcados por riscos sociais enfrentam, desde o nascimento, restrições no acesso a oportunidades de inclusão, o que afeta diretamente sua formação pessoal e social, seu processo saúde-doença e sua trajetória de vida. Assim, as condições vivenciadas ao longo da infância,

da adolescência e da vida adulta influenciam diretamente o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e ocupacional dos indivíduos.

Dessa forma, torna-se fundamental a conceituação e a compreensão dos termos discutidos, a fim de fortalecer as estratégias de enfrentamento da pobreza, da exclusão e das múltiplas vulnerabilidades que atingem, sobretudo, a classe trabalhadora. Ressalta-se, portanto, a importância de um enfrentamento político e social das desigualdades em todos os níveis da sociedade, especialmente para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

### **POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA**

Falar sobre pobreza vai muito além de reduzi-la à não satisfação das necessidades biológicas básicas para a sobrevivência. Faz-se necessário aprofundar essa temática, mensurando e conceituando seus parâmetros, além de compreender como ela está intrinsecamente ligada às relações sociais estabelecidas pelo modelo de produção capitalista. De modo geral, ser pobre significa não ter acesso a condições mínimas de habitação, vestuário, saúde, educação e outros bens e serviços essenciais à existência humana, como explicam Santos e Arcoverde em estudo publicado em 2011, na página 4.

A pobreza é compreendida como um fenômeno complexo e multidimensional, que vai além da escassez de recursos financeiros, abrangendo também o acesso limitado à educação, saúde, moradia digna e trabalho, conforme destaca o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Unicef, em seu relatório de 2022, na página 12. No contexto do capitalismo contemporâneo, a pobreza e a vulnerabilidade social são consequências diretas da dinâmica de acumulação e concentração de riqueza, que marginaliza grandes parcelas da população, privando-as de condições básicas para uma vida digna, segundo apontam Fonseca e colaboradores em pesquisa de 2022, na página 7.

Outro aspecto fundamental é a estreita relação entre pobreza e saúde. A ausência de acesso a serviços essenciais impacta diretamente a qualidade de vida das populações mais carentes. Pesquisas recentes apontam que a desnutrição e a mortalidade infantil ainda representam desafios significativos em regiões com altos índices de vulnerabilidade social, conforme complementam Fonseca e colaboradores na página 11 da mesma obra de 2022. Diante disso, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas que assegurem direitos sociais essenciais, como alimentação adequada e saneamento básico, com vistas à interrupção do ciclo intergeracional da pobreza.

Esses conceitos, no entanto, apresentam segmentações em suas complexidades. Maria Ozanira da Silva e Silva, em obra de 2009, define esse fenômeno sob dois aspectos: a pobreza absoluta, vinculada à ausência de condições mínimas para a reprodução biológica, e a pobreza relativa, relacionada à estrutura e evolução do rendimento médio de um determinado país. Segundo a autora, a concepção de pobreza relativa se fundamenta na ideia de desigualdade de renda e de privação relativa em relação ao modo de vida dominante em determinado contexto, conforme trecho de 2009 citado por Santos e Arcoverde em sua publicação de 2011, na página 5.

Esses delineamentos conceituais da pobreza integram as fragmentações da questão social, que, conforme explicitado por Yazbek e Yamamoto em estudo de 2019, na página 38, é inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, configurando-se como um campo de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, marcadas por particularidades nacionais. A gênese da questão social encontra-se no caráter coletivo da produção e na apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização.

É nessa contradição entre capital e trabalho que se estabelecem as desigualdades sociais, expressas de forma dinâmica e mutável em fenômenos como desemprego, fome, violência, analfabetismo, analfabetismo

político, falta de infraestrutura, moradia precária e vulnerabilidades de ordem familiar.

Mas o que se entende por vulnerabilidade? As situações de vulnerabilidade são constitutivas de uma sociedade fundada na desigualdade e orientada por uma lógica que reproduz a divisão desigual dos bens e serviços produzidos. Em países como o Brasil, onde há condições desfavoráveis para a geração de oportunidades, observa-se o agravamento dessa questão em determinados grupos sociais, a exemplo de negros, indígenas, pessoas com deficiência e moradores de periferias, os quais são frequentemente alvos de discriminação étnica, religiosa e cultural.

A vulnerabilidade pode se manifestar em dois planos: o estrutural e o subjetivo. No plano estrutural, está relacionada à mobilidade social descendente; no plano subjetivo, envolve sentimentos de incerteza, insegurança, não pertencimento e fragilidade dos sujeitos, conforme os conceitos de Da Silva, datados de 2007, retomados por Gabatz em sua publicação de 2015, na página 43.

Essas nuances das desigualdades culminam na exclusão social e na vulnerabilidade de grupos historicamente marginalizados, especialmente a classe trabalhadora, que produz a riqueza social, mas não usufrui plenamente dos bens produzidos. A pobreza e a exclusão não surgem de forma espontânea, tampouco constituem estados estáticos; elas resultam das relações sociais desiguais entre pessoas e grupos. A situação econômica desfavorável decorre da natureza dessas relações e das racionalidades que as orientam, sobretudo quando sustentadas por práticas de exploração econômica, social e cultural. Tais mecanismos estão tão profundamente enraizados na sociedade que se tornam padrões naturais de convivência entre os grupos, dificultando transformações sociais e a emancipação dos sujeitos excluídos, de acordo com as reflexões de Gabatz em sua obra de 2025, na página 44.

É fundamental destacar que, no contexto da vulnerabilidade social em países como o Brasil, impõem-se aos excluídos regras e expectativas para que participem, ou ao menos se sintam incluídos, nos processos sociais. Diante disso, evidencia-se um campo de ações onde os sujeitos se movimentam numa perspectiva plural. Torna-se necessário refletir constantemente, avaliar, redefinir e propor ações, considerando os padrões de sociabilidade atuais, com todas as suas peculiaridades, limites e desafios.

### VULNERABILIDADE SOCIAL NA INFÂNCIA E A PARTICULARIDADE DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS

A infância é um fenômeno histórico, cujas características, no Ocidente moderno, podem ser delineadas a partir da heteronomia, da dependência e da obediência ao adulto em troca de proteção, segundo os estudos de Naradowski em 1993, retomados por Nascimento, Brancher e Oliveira em publicação de 2023, na página 50. No século XVII, entre as classes dominantes, surgiu a primeira concepção real de infância, fundamentada na observação dos movimentos de dependência das crianças muito pequenas. O adulto passou, então, a preocupar-se com a criança como ser frágil e dependente, associando essa fase da vida à necessidade de proteção, conforme aponta Levin em obra de 1997, também citada por Nascimento, Brancher e Oliveira em 2023, na página 52.

É nesse contexto que se delimita e se reconhece essa etapa distinta da vida, ainda que construída socialmente. As relações familiares exercem papel fundamental nesse processo, pois definem as funções e os espaços de participação e desenvolvimento social da infância, moldados por princípios éticos, morais, religiosos e culturais. É nesse ambiente relacional que as crianças são expostas a diversas situações, algumas das quais se configuram como aspectos de vulnerabilidade. Vale lembrar que a concepção de família varia conforme sua composição e contexto histórico-social:

A passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrializada caracterizou-se por importantes alterações no grupamento familiar. Nas sociedades baseadas na agricultura, a estrutura das chamadas famílias extensas era compatível com a necessidade de mão-de-obra para a lavoura de subsistência. Nesse tipo de família contava-se com a convivência de até quatro gerações, desde o bisneto até o bisavô, além da presença de parentes laterais e outros agregados. Já a família típica da sociedade industrial é a família nuclear, composta de um casal e poucos filhos, quando existem. Tanto o contingente de casais separados quanto o de solteiros que vivem sozinhos, no entanto, também é considerado. A necessidade de ágeis deslocamentos de mão-de obra para a indústria e a exiguidade de espaços nas grandes cidades têm de deter minado esse encolhimento do grupo familiar. Essas mudanças na estrutura da família têm contribuído para um maior distanciamento entre as gerações (Levin, 1997; Tucker, 1991; Nascimento, Brancher e Oliveira, 2023 p.55).

Na contemporaneidade, observa-se uma segmentação das gerações em espaços distintos. Crianças, adolescentes, adultos jovens e idosos ocupam locais específicos, como creches, escolas, escritórios, oficinas, asilos e espaços de lazer. A exceção ocorre no ambiente familiar, onde há maior convivência intergeracional, ainda que muitas vezes marcada por distanciamento afetivo.

Essa fase da vida é mais afetada pela vulnerabilidade social, pois é nesse período que se estabelecem as bases para o desenvolvimento humano e social, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Unicef, em dados de 2022, na página 18. Crianças em situação de pobreza enfrentam dificuldades no acesso à educação, à saúde, à alimentação adequada e a outros direitos fundamentais, como reforçam Fonseca e colaboradores em publicação de 2022, na página 14.

A Constituição Federal, em seu artigo 227, prevê que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será realizada por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, abrangendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Para garantir a efetividade dessas ações, é essencial o conhecimento e o reconhecimento das demandas específicas de crianças e adolescentes em relação a fatores que promovam e protejam seu desenvolvimento, como saúde, educação e lazer, conforme asseveram

Fonseca, Sena, Santos, Dias e Costa em pesquisa publicada em 2013, na página 260.

No município de Paraíso do Tocantins, localizado na região central do estado do Tocantins, a vulnerabilidade social infantil representa um desafio significativo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, divulgados em 2022, aproximadamente trinta por cento da população local vive em condições de pobreza, com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo. Essa realidade impacta diretamente a infância, limitando o acesso a direitos essenciais e ampliando as desigualdades sociais. A economia local é baseada predominantemente no comércio e na agricultura, mas a geração de empregos formais ainda é insuficiente para atender à demanda da população economicamente ativa. Muitas famílias dependem de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família e de auxílios governamentais correlatos, para garantir a subsistência básica, conforme contextualiza Gonçalves em estudo de 2023, na página 8.

A vulnerabilidade infantil em Paraíso do Tocantins manifesta-se de diversas formas. De acordo com os registros do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal consolidados em 2023, mais de duas mil e quinhentas crianças vivem em domicílios sem acesso adequado a saneamento básico, o que favorece o surgimento de doenças infecciosas e agrava problemas nutricionais. Além disso, muitas crianças enfrentam barreiras para frequentar a escola, seja pela falta de transporte, pela necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar ou pela desmotivação diante de condições precárias de ensino, como sublinham Fonseca e colaboradores na análise de 2022, na página 19.

Outro dado preocupante é a incidência de trabalho infantil. Conforme levantamento emitido pelo Conselho Tutelar de Paraíso do Tocantins no ano de 2023, cerca de oito por cento das crianças entre dez e quatorze anos exercem atividades remuneradas de forma informal, tais como o trabalho em feiras livres e pequenos comércios, frequentemente em condições

inadequadas. Esse cenário compromete o desenvolvimento educacional e perpetua o ciclo intergeracional da pobreza, conforme salienta Gonçalves em sua pesquisa de 2023, na página 12.

O município possui alguns programas sociais voltados à proteção da infância e da adolescência em situação de vulnerabilidade. Um deles é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conhecido pela sigla SCFV, que oferece atividades socioeducativas, esportivas e culturais para crianças de seis a quinze anos. Contudo, o número de vagas é insuficiente para atender à demanda local, o que evidencia a necessidade de ampliação dos investimentos em políticas sociais, de acordo com o panorama apontado por Santos em publicação de 2015, na página 35.

O Conselho Tutelar e a rede municipal de assistência social atuam na proteção de crianças vítimas de negligência e violência doméstica. O abrigo infantil da cidade acolhe temporariamente crianças afastadas do convívio familiar por decisão judicial, com o objetivo de reintegrá-las em um ambiente seguro. Entretanto, a escassez de profissionais qualificados compromete a efetividade das ações de proteção, como indicam Fonseca e colaboradores em dados de 2022, na página 23.

Diante desse cenário, é fundamental implementar políticas públicas mais eficazes e estruturadas para mitigar os efeitos da vulnerabilidade social infantil em Paraíso. Medidas como a ampliação de vagas em creches e escolas de tempo integral, o investimento em infraestrutura básica, incluindo saneamento, moradias dignas e acesso à água potável, o fortalecimento de programas de transferência de renda e capacitação profissional, a expansão de atividades extracurriculares e o reforço na fiscalização do trabalho infantil são ações prioritárias.

Desse modo, torna-se imprescindível que o poder público, em articulação com a sociedade civil, fortaleça ações que garantam os direitos fundamentais das crianças no município, promovendo condições que assegurem um desenvolvimento digno e equitativo. A superação da

vulnerabilidade social infantil exige um compromisso contínuo com políticas inclusivas, investimentos estruturais e estratégias que considerem as especificidades locais. Somente por meio de um esforço coletivo envolvendo educação, assistência social, saúde e participação comunitária será possível romper o ciclo da pobreza e proporcionar às crianças oportunidades reais de crescimento e transformação social.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vulnerabilidade social infantil em Paraíso do Tocantins reflete um quadro de desigualdade socioeconômica que impacta diretamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes. A pobreza, a falta de acesso a direitos básicos e a precarização das políticas públicas locais são desafios que precisam ser enfrentados por meio de ações eficazes e contínuas.

Diante desse cenário, o fortalecimento das redes de proteção à infância e o investimento em infraestrutura social são fundamentais para garantir um futuro mais justo para as crianças do município. Apenas por meio da atuação conjunta entre governo, sociedade civil e organizações do terceiro setor será possível promover mudanças significativas e duradouras na realidade dessas crianças.

A pesquisa de Gonçalves publicada em 2023, em sua página 15, destaca que, além das medidas emergenciais, é essencial desenvolver políticas de longo prazo que assegurem equidade e inclusão social. Dessa forma, Paraíso do Tocantins poderá oferecer um ambiente mais seguro e propício ao crescimento saudável de suas crianças, rompendo o ciclo intergeracional da pobreza e proporcionando melhores perspectivas para as futuras gerações.

Por fim, o combate à pobreza e à exclusão social, formas de desigualdade que repercutem em todas as dimensões da vida humana, constitui um imperativo ético. Como parte relevante da questão social

contemporânea, essas desigualdades geram demandas políticas urgentes e refletem nos sistemas jurídicos, os quais devem reforçar os deveres legais voltados à inclusão social e à erradicação das causas estruturais da desigualdade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 227. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 mar. 2025.

CADASTRO ÚNICO. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Dados sobre vulnerabilidade social em Paraíso do Tocantins**. 2023.

CONSELHO TUTELAR DE PARAÍSO DO TOCANTINS. **Relatório anual de atendimento**. Paraíso do Tocantins, 2023.

DA SILVA, J. P. Vulnerabilidade e exclusão social: contribuições à análise da questão social contemporânea. In: GABATZ, R. I. (Org.). **Trabalho, desigualdade e políticas sociais**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. p. 43–44.

FONSECA, F. F.; SENA, R. K. R.; SANTOS, R. L. A.; DIAS, O. V.; COSTA, S. de M. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2013. p. 258–264.

FONSECA, F. F. et al. Infância, vulnerabilidade e saúde coletiva: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 22, n. 1, 2022.

GABATZ, R. I. (Org.). **Trabalho, desigualdade e políticas sociais**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.

GONÇALVES, M. H. **Relatório de estágio supervisionado: Serviço de Acolhimento Luz do Sol – Paraíso do Tocantins**. Paraíso do Tocantins, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 03 mar. 2025.

LEVIN, F. **A criança na família e na sociedade**. São Paulo: Cortez, 1997.

NARADOWSKI, M. A infância na modernidade ocidental: representações e discursos. In: NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Contexto & Educação**, Ijuí: Ed. Unijuí, n. 79, p. 47-63, jan./jun. 2008.

NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Contexto & Educação**, Ijuí: Ed. Unijuí, n. 79, p. 47-63, jan./jun. 2008.

PARAÍSO DO TOCANTINS. **Dados do Município**. Disponível em: <https://www.paraíso.to.gov.br/Administracao/Conselhos-Municipais/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

SANTOS, G. C.; ARCOVERDE, A. C. B. **Pobreza: conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil**. Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2011.

SANTOS, M. A. **A infância vulnerável: um estudo sobre o SCFV em municípios do Tocantins**. Palmas: UFT, 2015.

SILVA, M. R. **Pobreza absoluta e pobreza relativa: contribuições para o debate**. In: SANTOS, G. C.; ARCOVERDE, A. C. B. **Pobreza: conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil**. São Luís: UFMA, 2011. p. 157.

TUCKER, N. Gerações em conflito: as famílias e os novos papéis sociais. In: LEVIN, F. A criança na família e na sociedade. São Paulo: Cortez, 1997.

UNICEF. Pobreza multidimensional na infância e adolescência. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 03 mar. 2025.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. Serviço social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

## CAPÍTULO 7

# ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Suzikelia Chaide da Cruz<sup>22</sup>  
Ingrid Karla da Nóbrega Beserra<sup>23</sup>

### RESUMO:

A atuação do Serviço Social no processo de envelhecimento e na promoção da qualidade de vida da pessoa idosa, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, conhecida pela sigla PNAS, constitui um tema de grande relevância para a análise da prática profissional. Este estudo examina as políticas públicas voltadas ao envelhecimento e as possibilidades de intervenção para a melhoria da qualidade de vida dessa população. A metodologia compreende uma revisão bibliográfica e uma análise documental, destacando a importância do assistente social no acolhimento e na garantia dos direitos desse segmento.

**Palavras-chaves:** Pessoa Idosa. Serviço Social. Assistência Social

### ABSTRACT:

The performance of Social Work in the aging process and in the promotion of the elderly person's quality of life, within the scope of the National Social Assistance Policy, known by the acronym PNAS, constitutes a theme of great relevance for the analysis of professional practice. This study examines public policies aimed at aging and the possibilities of intervention for improving the quality of life of this population. The methodology comprises a literature review

---

<sup>22</sup> Bacharel em Serviço Social pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (Pronera/UFT) – e-mail: [suzykeliachaide@gmail.com](mailto:suzykeliachaide@gmail.com)

<sup>23</sup> Professora Adjunta na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

and a documentary analysis, highlighting the importance of the social worker in welcoming and guaranteeing the rights of this segment.

**Keywords:** Elderly Person. Social Service. Social Worker

## INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante refletir sobre o conceito de velhice, pois ele está diretamente relacionado à temática que será abordada. O idoso demanda uma atuação voltada a um envelhecimento saudável, garantindo, assim, uma qualidade de vida digna. No entanto, antes de qualquer medida, o indivíduo deve sentir-se amado, respeitado e valorizado.

O envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam a perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte, conforme a conceituação clássica formulada por José Paulo Netto no ano de 2002.

A citação evidencia que o envelhecimento é um processo natural, caracterizado por transformações físicas, funcionais e psicológicas ao longo do tempo. Com a redução progressiva da capacidade de adaptação, o indivíduo se torna mais vulnerável, o que favorece o surgimento de doenças. Diante disso, destaca-se a relevância de estratégias que promovam um envelhecimento saudável, buscando minimizar os impactos negativos desse processo.

Os riscos associados a um envelhecimento sem qualidade de vida não podem ser prevenidos fora do quadro da melhoria nos níveis de prestação do sistema de segurança social, de um lado, pelo aumento das pensões mais baixas e, por outro lado, através da promoção da qualidade e do alargamento da rede de prestação de cuidados e serviços sociais, com particular concentração do esforço público nas respostas às necessidades dos idosos mais carenciados, como assevera Capucha em sua obra publicada em 2013, na página 337.

Percebe-se aqui a importância da proteção social na garantia de um envelhecimento com qualidade de vida. António Capucha, em seus escritos

de 2013, argumenta que a prevenção dos riscos associados ao envelhecimento não pode ser dissociada da melhoria das condições oferecidas pelo Estado. Para isso, é necessário ampliar as políticas sociais que priorizem os idosos em situação de maior vulnerabilidade. Essa visão reforça a necessidade de políticas públicas eficazes para reduzir desigualdades e garantir dignidade na velhice.

Outro aspecto relevante a ser destacado diz respeito ao envelhecimento da população brasileira, que sofreu um rápido aumento a partir dos anos 1970, crescendo em ritmo mais acelerado do que os demais grupos etários. Observa-se uma evolução significativa desde então: o peso da população idosa sobre a população total passou de três por cento para oito por cento, e esse percentual deverá possivelmente dobrar nos próximos vinte anos, de acordo com os dados históricos trazidos por Bucci em análise de 2019.

Destaca-se também a importância do assistente social no contexto dos direitos da pessoa idosa, previstos na Constituição Federal, que estabelece a Política Nacional do Idoso com o objetivo de assegurar direitos sociais. O assistente social possui papel imprescindível na efetivação desse acesso, sendo o profissional capacitado para atuar criticamente diante das diversas situações que emergem no cotidiano da população. É fundamental que os direitos dos idosos estejam garantidos, considerando-se as especificidades do processo de envelhecimento e as barreiras enfrentadas diariamente.

Ressalta-se que o tema abordado foi desenvolvido com base em uma minuciosa pesquisa bibliográfica, com o objetivo de promover uma visão construtiva e enfatizar a importância da atuação profissional. Dada sua relevância, essa é uma temática que deve ser constantemente debatida, especialmente no que se refere ao papel e à atuação do profissional em questão.

Quanto à justificativa, é importante destacar que a velhice envolve inúmeros fatores relacionados à vivência social dos indivíduos. O abandono

familiar é um deles, considerando que a família é vista como um alicerce ou princípio motivador, refletindo diretamente na relação do idoso com as demais pessoas, inclusive aquelas com quem convive diariamente.

Ao analisarmos todos esses fatores, discutimos diretamente a qualidade de vida do idoso e o processo de envelhecimento, aspectos inseridos na própria atuação do assistente social, discussão que fundamenta e norteia todo o trabalho aqui apresentado. Nesse sentido, Silva, em estudo publicado em 2012, na página 206, menciona que:

As necessidades da população idosa, cujo contingente populacional cresce em ritmo bastante acelerado no Brasil dos nossos dias, passam a ser compreendidas como uma das expressões da questão social contemporânea. Isto requer do Estado e governos o redimensionamento da agenda pública e dos investimentos, de forma a superar ações pontuais e localizadas, por políticas públicas de alcance social, com demarcação orçamentária concreta, e diretrizes institucionais nos diversos níveis administrativos que compõem a república federativa.

O debate em questão parte da importância de promover uma reflexão sobre o envelhecimento e, conseqüentemente, sobre a ampliação das demandas sociais relacionadas à velhice. Refletimos, assim, que a atuação do assistente social frente à questão da pessoa idosa destaca a importância da autonomia como fator indispensável na sociedade em que vivemos.

O estudo evidencia que a metodologia é o que delimita o caminho para a execução de todo o trabalho, conferindo autenticidade, confiabilidade e valor acadêmico ao processo de escrita. Neste trabalho, o conceito de envelhecimento é compreendido como um conjunto de fatores físicos, biológicos e sociais, o que evidencia que o Serviço Social exerce uma atuação determinante nesse cenário.

Por fim, reforça-se que este trabalho foi elaborado com base na experiência vivenciada durante o estágio supervisionado no Centro de

Referência de Assistência Social, unidade amplamente conhecida pela sigla CRAS, no município de Pequizeiro, estado do Tocantins. Essa vivência permitiu a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da formação em Serviço Social, possibilitando uma compreensão mais aprofundada da realidade social e das demandas dos usuários.

O estágio, nesse sentido, revelou-se uma oportunidade valiosa de aprendizagem, fortalecendo a construção da identidade profissional, o desenvolvimento de habilidades técnicas e o compromisso ético com a promoção dos direitos sociais e o enfrentamento das desigualdades.

### A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

A Política Nacional de Assistência Social, amplamente conhecida pela sigla PNAS, configura-se como uma política pública de seguridade social não contributiva, voltada à garantia de proteção social para todos que dela necessitam, independentemente de contribuição prévia. Estruturada a partir dos princípios da universalidade, da equidade e da centralidade na família, a PNAS promove a organização, a padronização, a ampliação e a qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional. Ao mesmo tempo, respeita as especificidades regionais e territoriais, o que representa um desafio e uma diretriz fundamental para a atuação do assistente social, que deve pautar sua prática em princípios éticos e no compromisso com laços de justiça social e a equidade no atendimento à população em situação de vulnerabilidade.

A importância do fortalecimento dos vínculos entre os idosos, conforme a perspectiva do estudo apresentado, está relacionada às atividades desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS, sendo este um ponto de grande relevância a ser discutido no presente trabalho. Afinal, é a partir dessas experiências que se torna possível perceber como o idoso é capaz de enfrentar os desafios cotidianos por meio de suas vivências.

O assistente social, nesse sentido, busca olhar para o idoso de forma integral, priorizando sua qualidade de vida e o acesso a direitos sociais. Com isso, torna-se evidente que o fortalecimento de vínculos é capaz de contribuir significativamente para que o idoso se sinta mais preparado para encarar a vida com otimismo. Sobre essa amarração social, Serge Paugam, em sua obra publicada em 2018, na página 4, conceitua que:

a expressão 'vínculo social' é atualmente empregada para designar todas as formas de viver em conjunto; a vontade de religar os indivíduos dispersos; a ambição de uma coesão mais profunda da sociedade no seu conjunto. Os sociólogos sabem que a vida em sociedade coloca todo ser humano, desde o nascimento em uma relação de interdependência com os outros e que a solidariedade constitui a todos estados de socialização a base do que se poderia denominar homo sociológicos, o homem ligado aos outros e a sociedade, não somente para assegurar sua proteção face aos males da vida, mas também para satisfazer suas necessidades vitais de reconhecimento, fonte de sua identidade e de sua existência enquanto homem (Paugam, 2018, p.04).

Um aspecto relevante a ser evidenciado refere-se ao fato de que a pessoa idosa necessita ser assistida de maneira significativa e criteriosa, por meio da identificação de suas dificuldades sociais e pessoais. É fundamental promover uma ampla reflexão sobre o fortalecimento de vínculos familiares como elemento essencial no enfrentamento dos diversos desafios vivenciados pelos sujeitos inseridos na proteção social básica. No que tange a esse descompasso estrutural, Silva, em reflexão de 2016, na página 223, pontua que:

No Brasil, a existência de um instrumento legal que confirma esses direitos já é um grande avanço para uma sociedade que se desenvolveu sem atentar para a importância de um princípio básico de civilidade, que é valorizar a sabedoria dos mais velhos e proteger as suas necessidades. No entanto, entre o marco legal e as medidas de sua efetivação existe uma grande distância a ser percorrida e ações a serem concretizadas (Silva, 2016, p. 223).

No cotidiano, deparamo-nos frequentemente com famílias fragilizadas, marcadas pela ausência de vínculos afetivos, o que representa um fator negativo no enfrentamento das demandas acompanhadas pelo CRAS.

Diante disso, torna-se necessário analisar o papel do assistente social, destacando a importância de uma abordagem multiprofissional que compreenda os sujeitos a partir do contexto em que estão inseridos, promovendo um atendimento eficaz e crítico.

A interdisciplinaridade, na prática profissional do assistente social no CRAS, é de grande relevância, pois o diálogo entre os profissionais da equipe possibilita uma visão ampliada sobre os usuários e suas diversas demandas. Destaca-se, nesse processo, a atuação do assistente social como profissional norteador, considerando que o CRAS se constitui como a principal porta de entrada para a rede de serviços socioassistenciais.

A atuação do assistente social favorece o desenvolvimento de discussões construtivas, visto que as problemáticas enfrentadas pela população são múltiplas e atravessam diferentes recortes sociais, não se limitando à classe, religião, raça ou qualquer outro fator isolado. Assim, impõe-se um debate crítico e abrangente, que acolha a diversidade de ideias e experiências presentes na realidade dos usuários. Soares, em ensaio datado de 2014, na página 5, corrobora essa visão ao analisar que:

a política pública dirigida ao segmento do idoso se relaciona com a conjuntura brasileira, com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, bem como com a ação reivindicatória dos movimentos sociais. Na conjuntura constituinte, destacamos o fortalecimento da sociedade civil, na luta pela democratização contra o Estado Ditatorial, diversos movimentos sociais (mulher, idoso, negro, direitos humanos, sindical entre outros) manifestaram críticas e suas reivindicações (Soares, 2014, p. 5.)

O assistente social desenvolve inúmeros programas, projetos e ações no âmbito da proteção social básica, com destaque para sua atuação junto à população idosa. Nesse campo, realiza visitas e busca apoiar os idosos nas diversas situações de vulnerabilidade que enfrentam, atuando também no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais.

Diante das desigualdades sociais ainda presentes em nosso país, que registra um acelerado crescimento da população idosa, é necessário unir esforços com outros profissionais comprometidos com a causa do

envelhecimento, desenvolvendo programas e projetos que assegurem melhores condições de vida e dignidade na velhice. É preciso romper com a ideia de que o envelhecimento saudável depende apenas de mudanças de hábitos individuais, desconsiderando o papel essencial das políticas públicas para idosos, ainda pouco implementadas no Brasil, conforme adverte Szymanski em publicação de 2012, na página 10.

Ressalta-se que a assistência social está inserida de forma territorializada em áreas com maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade. Esses territórios, em geral, concentram núcleos familiares com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, além de apresentarem significativa presença de indivíduos e grupos beneficiários de programas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada, o conhecido BPC, e o programa Bolsa Família, entre outras ações integradas de proteção.

### A DANÇA COMO FERRAMENTA DE INTERAÇÃO SOCIAL NO CRAS

Como visto, os desafios enfrentados pelo assistente social são inúmeros e, a partir de uma análise minuciosa, é possível perceber que sua atuação junto ao processo de envelhecimento e à qualidade de vida da pessoa idosa é de suma importância para garantir uma compreensão ampla das reais condições de vida enfrentadas por esse segmento. Leão, em reflexão formulada no ano de 2015, na página 78, assevera que:

É nesta fase da vida que o indivíduo sofre significativas perdas, que vão desde o afastamento de familiares, perpassando a ótica da doença até a exclusão do mercado de trabalho. O idoso desenvolve o sentimento de inutilidade, ocasionando sua marginalização social, principalmente com o advento da aposentadoria (Leão, 2015, p. 78).

Desse modo, o assistente social possui a aptidão necessária para compreender que a qualidade de vida do idoso está atrelada a uma série de fatores que influenciam diretamente seu estado emocional e físico. A esse respeito, os artigos 229 e 230 da Constituição Federal de 1988 estabelecem que:

At. 229 – Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Art. 230 – A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (Brasil, 1998).

A dança ou o acesso ao lazer é uma das atividades desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS, e se configura como uma metodologia significativa na promoção da qualidade de vida da pessoa idosa. Essa prática contribui para que o público envolvido se sinta acolhido no ambiente em que está inserido, favorecendo a adaptação à convivência social e aos inúmeros desafios que enfrenta cotidianamente.

Neste trabalho, a dança mostra-se capaz de motivar os idosos a encararem esses desafios de forma a construir sua autonomia, por meio de uma atividade que estimula a interação e a participação junto aos demais sujeitos ao seu redor. Sobre essa potência artística, Abrão e Pedrão, em estudo publicado em 2005, expõem que:

“A dança, de um modo geral, é extremamente importante como meio de diálogo, de reflexão e de possibilidades de revisão de conceitos, pois o respeito a si próprio e ao outro está presente em sua prática, que traz aprendizados que podem levar a transformações, reafirmações, concepções e princípios, na busca de uma construção mais significativa de nosso código de valores” (Abrão; Pedrão, 2005).

Os autores destacam que a dança proporciona uma prática ativa e participativa, na qual os idosos conseguem liberar energias de forma significativa. Essa atividade apresenta-se como uma ferramenta eficaz para resgatar aqueles que têm dificuldades de expressão ou que se encontram mais isolados. Todavia, a captação dessas necessidades exige deciframento crítico, como explicam Mota e Amaral em ensaio de 1998, na página 25:

“As demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira ‘teleologia’ dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam” (Mota; Amaral, 1998, p. 25).

Destaca-se, nesse contexto, a importância da atuação do assistente social por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conhecido pela sigla SCFV, que pode promover uma descoberta individual, social e espontânea do sujeito em relação ao mundo que o cerca.

O tema abordado neste trabalho mostra-se relevante para a sociedade por contribuir com a valorização da pessoa idosa como sujeito ativo, participativo e incluído nas discussões sobre o acesso a direitos sociais. De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social, o CFESS, em diretrizes publicadas em 2002, na página 12:

Os desafios presentes no campo da atuação exigem do profissional o domínio de informações para identificação dos instrumentos a serem acionados e requerem habilidades técnico-operacionais que permitam um profícuo diálogo com os diferentes segmentos sociais. O conhecimento da realidade possibilita o seu deciframento para iluminar a condução do trabalho a ser realizado. A pesquisa, portanto, revela-se um vital instrumento e torna-se fundamental incorporá-la aos procedimentos rotineiros.

A dança e o lazer, como direitos sociais, contribuem para a formação de cidadãos e os ajudam a lidar com o próprio corpo — um dos grandes desafios da velhice. É válido ressaltar a importância do assistente social nesse processo, por sua contribuição no fortalecimento dos vínculos sociais e familiares. Essa atuação, contudo, lida com contradições estruturais cotidianas, conforme analisa Marilda Iamamoto em sua obra de 2007, na página 416:

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos sujeitos singulares, às quais são socialmente forçados a submeter-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (Iamamoto, 2007, p. 416).

A partir dos elementos discutidos, observa-se que os idosos percebem na dança uma ferramenta importante para o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários. Trata-se de uma atividade que permite o redescobrimto de seus movimentos e da capacidade de evolução pessoal de cada indivíduo.

### A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Antes de adentrar no papel do CRAS, espaço sócio-ocupacional no qual foi realizado o estágio da aluna orientada, é fundamental compreender o conceito de Proteção Social Básica, expressa pela sigla PSB, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, a PNAS.

Essa proteção constitui um conjunto de ações que visam prevenir situações de vulnerabilidade e risco social decorrentes da pobreza, da privação e do enfraquecimento de vínculos familiares e comunitários. Está voltada ao fortalecimento das famílias e à promoção da inclusão social, com prioridade para territórios marcados por desigualdades. Nessa perspectiva, a PSB busca garantir o acesso a direitos por meio de serviços, programas e benefícios que promovam a convivência, a autonomia e a melhoria das condições de vida.

É nesse contexto que se insere o CRAS, como unidade pública responsável por operacionalizar essas ações nos territórios, atuando diretamente com o SCFV na prevenção de agravos sociais e na promoção do bem-estar dos indivíduos e famílias, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade, como é o caso das pessoas idosas.

Desse modo, o CRAS constitui um importante campo de atuação para o assistente social, especialmente no que se refere ao envelhecimento e à qualidade de vida da pessoa idosa. Torna-se, portanto, essencial destacar o papel desse profissional no atendimento a esse grupo vulnerável, garantindo seus direitos e promovendo a equidade e a justiça social. Sobre a territorialização dessa política, os documentos orientadores do Ministério do Desenvolvimento Social publicados em 2009, na página 13, apontam que:

“É por meio do CRAS que a proteção social da assistência social se territorializa e se aproxima da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais interurbanas e a importância da presença das políticas sociais para reduzir essas desigualdades. Previne situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identifica e estimula as potencialidades locais, modificando a qualidade de vida das famílias que vivem nas localidades” (Brasil, 2009, p. 13).

Ainda sobre a PSB, é importante ressaltar que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009) define objetivos específicos para o serviço de atendimento à pessoa idosa:

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir (Brasil, 2014, p. 18).

Nesse sentido, reforça-se a importância do assistente social como profissional fundamental na equipe técnica da política aqui discutida. Segundo Yamamoto, em análise de 2009, na página 58, o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalho coletivo que forma uma grande equipe de trabalho, de modo que sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins.

É fundamental oferecer aos idosos e às pessoas em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelo CRAS, oportunidades que resgatem sua autoestima e fortaleçam a confiança no âmbito da sociedade. Com isso, busca-se promover um envelhecimento mais ativo, por meio de ações que favoreçam a prevenção de agravos e o bem-estar desses indivíduos.

Desse modo, vale salientar que o assistente social atua na prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social, na promoção do acesso a

direitos e no fortalecimento dos vínculos familiares, sendo estas ações de grande importância.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, ao abordar a atuação do assistente social no processo de envelhecimento e, especificamente, na qualidade de vida da pessoa idosa, é necessário enfatizar o quanto esse profissional constrói relações de transformação, seja no âmbito da proteção social básica, como aqui discutido, seja em outras políticas intersetoriais a ela relacionadas.

Percebe-se que a experiência possibilitou o despertar para a compreensão da velhice como temática inerente à atuação profissional. Ao lidarmos diretamente com situações como as apresentadas ao longo deste artigo, aprimora-se o debate sobre esse campo de atuação, seus limites e potencialidades.

Torna-se evidente, portanto, a relevância da atuação do assistente social nesse contexto, considerando a necessidade de um olhar profissional e crítico diante das múltiplas demandas trazidas pelos usuários. Esse processo, além de qualificar o atendimento, contribui significativamente para o reconhecimento do Serviço Social na sociedade.

Além disso, a convivência e o trabalho com a população idosa proporcionam ao assistente social a oportunidade de compreender trajetórias de vida marcadas por desafios e de reconhecer a sabedoria acumulada ao longo dos anos. Esse intercâmbio de experiências favorece a construção de práticas mais sensíveis e efetivas, reforçando o compromisso ético e político com a defesa dos direitos e da dignidade da pessoa idosa.

### REFERÊNCIAS

ABRÃO, A.C.P.; PEDRÃO, L.J. A contribuição da dança no CRAS. *Rev Latino-am Enfermagem* 2005 mar. /abr.; 13(2):243-8.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2. ed. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, Atlas 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso* 1º ed. Reimpresso, Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. *Constituição Federal. Vade Mecum*. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais (Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009)*. Brasília, MDS: Reimpressão 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Resolução CNAS nº 145/2004 de 15 de outubro de 2004. Publicado no DOU de 28 de outubro de 2004. Brasília, novembro de 2014.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

CANOAS, C. P. O idoso em processo demencial: o impacto na família. In: *Antropologia, Saúde e Envelhecimento* (M. C & C. Coimbra Jr). 2012.

CFESS. *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*. Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. *Código de Ética Profissional do/da Assistente Social*. Lei 8662 de 1993.

CHARLES, Lucas Moura. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em serviço social e*

política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 2012. p.78-90.

CAPUCHA, Luís. **Envelhecimento e políticas sociais: novos desafios aos sistemas de proteção.** Proteção contra o risco de velhice: que risco. Cies/Iscte, Lisboa, 2013.

IAMAMOTO, Marilda. **Os espaços sócios ocupacionais do assistente social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento.** 4. ed. São Paulo: Sumos, 2018.

LEÃO, Alice Alves Menezes Ponce de. **Serviço social e velhice: As perspectivas do trabalho do Assistente social na promoção a saúde do idoso.** Manaus: EDUA, 2015.

MOTA E AMARAL, V. P. **Por um Serviço Social Alternativo.** Serviço Social & Sociedade, Rio de Janeiro, n.5, ano II, p. 34-37, mar/1981. Um projeto para o Serviço Social. Florianópolis, v.9, n.2, p. 141-147, 2006.

NETTO, C. V. C. **A qualidade de vida do idoso na atualidade.** Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2012.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2002.

PAUGAM, E. **Noções básicas de serviço social de caso.** 2. ed. Rio de Janeiro. São Paulo: Cortez, 2008. **Revista serviço social & sociedade.** São Paulo. Cortez, nº55, ano XVIII, nov.1997, p. 114-130.

POLLO, S. H. L.; ASSIS, M. **Instituições de longa permanência para idosos - ILPIS: desafios e alternativas no município do Rio de Janeiro.** In: **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.1-18, 2008.

POTIARA, A. Contribuição para a concepção do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, 2007.

RODRIGUES & TERRA, N. C & N.L. Gerontologia Social para Leigos. – Porto Alegre: Edípicas, 2006.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. A Ação dos Assistentes Sociais nos CRAS/RJ, Território e a Política de Assistência Social entre 2004 e 2008. *Revista Em Pauta* Volume 6 - Número 24 – Rio de Janeiro: UERJ, 2009

SILVA, M. do R. de F. E. Políticas públicas na área do envelhecimento: possibilidades e limites da atuação do Serviço Social. *Revistas de Políticas Públicas*, São Luís, volume especial, p. 205-210, out. 2012.

SILVA; M. Zenira da Silva e. O Serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. – 3 Ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Nanci. O Trabalhador Idosos aposentado: capacidade de organização e de participação social. IN: Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social –ENPESS. Lutas Sociais e Produção de conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital. Natal/RN: ABEPSS, 2014.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mutuo: Desafios de um mundo em mudança. *Revista serviço social & sociedade*, nº71. São Paulo. Cortez, setembro, 2002. P 09.

## CAPÍTULO 8

# POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE E LUTA PELA TERRA: VILA NOVA VITÓRIA, ASSENTAMENTO AÇAÍ, AÇAILÂNDIA/MA

Carlos de Jesus Costa<sup>24</sup>  
Zaira Sabry Azar<sup>25</sup>

### RESUMO:

Este trabalho aborda a efetividade da política pública de saúde no contexto da luta pela terra na Agrovila Nova Vitória, situada no Assentamento Açaí, no município de Açailândia, estado do Maranhão. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas. O texto recupera a construção da Política Nacional de Saúde, conhecida pela sigla PNS, com destaque para o Sistema Único de Saúde, o SUS, e para a Atenção Básica. Aponta elementos centrais sobre a luta pela terra na comunidade e analisa os serviços oferecidos pela Unidade Básica de Saúde, a UBS local. Por fim, pondera que, embora existam avanços no acesso à saúde pública, a efetividade dessa política ainda enfrenta limites significativos.

**Palavras-chave:** saúde pública; luta pela terra; agrovila Nova Vitória.

### ABSTRACT:

This work addresses the effectiveness of public health policy within the context of the struggle for land in the Agrovila Nova Vitória, located in the Açaí Settlement, in the municipality of Açailândia, state of Maranhão. The methodology is based on a literature review, documentary analysis, and interviews. The text traces the construction of the National Health Policy, known by the acronym PNS, highlighting the Unified Health System, referred to as SUS, and Primary Care. It points out central elements regarding the struggle for land in the community and analyzes the services offered by the local Basic Health Unit, the UBS. Finally, it considers that although there are advances in access to public health, the effectiveness of this policy still faces significant limitations.

**Keywords:** public health, struggle for land, agrovila Nova Vitória.

---

<sup>24</sup> Graduado em Serviço Social, na Turma Especial Serviço Social da Terra, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email. carlosdejesuscostajesuscosta@gmail.com

<sup>25</sup> Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Email. zaira.sabry@ufma.br

## INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda as políticas públicas de saúde com ênfase no meio rural e tem como objetivo refletir sobre sua efetivação na agrovila Nova Vitória, situada no assentamento Açaí, em Açailândia, estado do Maranhão. Esse assentamento é resultado da luta pela terra realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, no estado e, em especial, na região tocantina. Marcada pela prática destrutiva do meio ambiente e pelos conflitos agrários desencadeados pelo capital, representado pelo agronegócio, a saúde pública no Brasil resulta de um longo processo nacional de luta por políticas públicas. Nesse contexto, destaca-se o Movimento pela Reforma Sanitária, que buscava transformações na área da saúde articuladas à melhoria das condições sociais e econômicas da população. Seus princípios estão consagrados na Constituição Federal de 1988, que define a saúde como direito de todos e dever do Estado.

A Política Nacional de Promoção da Saúde, identificada pela sigla PNPS, sintetiza as diretrizes e normas do Sistema Único de Saúde, o SUS. É importante observar sua efetivação em um território rural, visto que o campo é historicamente marcado pela negligência estatal em relação às políticas públicas em geral. Para tanto, destaca-se o assentamento Açaí, classificado como território periferia da periferia, em razão da condição periférica do estado na economia nacional.

Os serviços públicos de saúde nesse assentamento são prestados pela Unidade Básica de Saúde, a UBS, estruturada em um posto local. Ela integra a rede de Atenção Primária à Saúde, também chamada de APS, voltada a medidas de prevenção, consultas de rotina, acompanhamentos básicos e atendimento a doenças crônicas. Ressalta-se que a Atenção Primária é o primeiro nível de contato dos usuários com o SUS, sendo sua principal porta de entrada e tendo como princípios a universalidade, a acessibilidade, a integralidade, a humanização e a equidade para todos. Para as famílias assentadas no Açaí, além de porta de entrada ao sistema de saúde, a UBS é frequentemente a única alternativa de atendimento.

Metodologicamente, este trabalho utilizou pesquisa bibliográfica, com estudo da temática em livros, revistas e teses; pesquisa documental, com base em legislação disponível em fontes virtuais; e pesquisa empírica, por meio de entrevistas com dois profissionais do posto de saúde e seis moradores da comunidade, com idades entre 16 e 48 anos.

O texto está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira aborda o processo de construção da política pública de saúde no Brasil, com ênfase na criação do SUS e na Atenção Primária à Saúde. A segunda apresenta elementos da luta pela terra no Maranhão, especialmente na região tocantina, caracterizada pela concentração fundiária, violência e conflitos no campo — protagonizados, de um lado, pela agricultura capitalista representada pelo agronegócio, e, de outro, pela agricultura familiar camponesa.

Na terceira seção, realiza-se uma reflexão sobre a agrovila Nova Vitória, enfocando as condições e os desafios para o acesso à saúde pela comunidade, com referência aos serviços prestados pela UBS local. Por fim, conclui-se que, apesar dos avanços legislativos e da efetivação da política de saúde pública na comunidade, persistem inúmeras limitações e desafios para a concretização do direito legislado, para o qual a luta continua sendo a principal estratégia.

### A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE: RECUPERANDO A HISTÓRIA

A saúde como direito público constituído no Brasil tem como referência o movimento da reforma sanitária, que construiu uma concepção de saúde baseada na democratização do seu acesso. Nessa perspectiva, a reforma sanitária foi uma reforma social centrada na democratização da saúde, do Estado e da sociedade, o que implicou processos de participação e organização próprios do exercício da cidadania, conforme apontado por Paim em 2010 e recuperado por Escorel em publicação de 2012, na página 342. Ou seja, a saúde pública, gratuita e

universal, como se caracteriza hoje, é uma conquista resultante de grandes lutas e da mobilização da população brasileira.

Como indicado, a luta por saúde pública tem sido realizada associada a direitos para a sociedade, englobando também aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos. Nesse sentido, Jairnilson Paim, em lição de 2010 citada por Sarah Escorel em 2012, na página 342, sustenta que a democratização da saúde precisa ser pensada articulada à:

produção e distribuição justa de riqueza e do saber, seja na adoção de uma 'totalidade de mudanças', em torno de um conjunto de políticas públicas e práticas de saúde, seja mediante uma reforma intelectual e moral (Paim, 2010, *apud* Escorel, 2012, p. 342).

O marco da conquista da sociedade brasileira em relação à saúde é a Constituição Federal de 1988, legislação máxima que rege as diretrizes do país e assegura a proteção da saúde para toda a população. Na Carta Magna, a saúde integra o tripé da seguridade social, juntamente com a previdência e a assistência social. Para concretizar a política de saúde, foi criado o Sistema Único de Saúde.

A implantação do SUS começa no início da década de 1990, após a promulgação da Lei Orgânica da Saúde (lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, complementada pela lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990). Posteriormente, reformulam-se os papéis dos entes governamentais na prestação de serviços e na gestão do sistema de saúde, adotam-se novos critérios de transferência de recursos financeiros destinados à saúde, criam-se e ampliam-se as instâncias colegiadas de negociação, integração e decisão, envolvendo a participação dos gestores, prestadores, profissionais de saúde e usuários (Noronha; Lima; Machado, 2012, p. 365).

O Sistema Único de Saúde constitui a mais importante conquista da saúde pública no país, tendo como perspectiva, na sua descentralização, garantir o acesso democrático ao serviço público de saúde da família. No entanto, existem diversas fragilidades na prestação desse serviço, especialmente quando os governos municipais, estaduais ou federal negligenciam e desrespeitam esse direito, o que fica evidente pelo desprestígio e pelas irregularidades na realização de conferências de saúde e na aplicação dos recursos do setor. Como consequência, muitas

demandas, sobretudo das populações mais pobres, não são atendidas. Isso decorre do autoritarismo que frequentemente caracteriza a gestão pública. A esse respeito, Noronha, Lima e Machado, em estudo de 2012, na página 368, ponderam que:

A participação da comunidade é a garantia de que a população, por intermédio de suas entidades representativas, possa participar do processo de formulação de diretrizes e prioridades para a política de saúde, da fiscalização do cumprimento dos dispositivos legais e normativos do SUS e do controle e avaliação de ações e serviços de saúde executados nas diferentes esferas de governo. A materialização desse princípio se expressa no âmbito do SUS pela constituição dos Conselhos de Saúde e pela realização das Conferências de Saúde, que representam um canal permanente de diálogo e interação entre os gestores, os profissionais de saúde e a população (Noronha; Lima; Machado, 2012, p. 368).

Por outro lado, as comunidades têm adquirido significativo conhecimento sobre a construção das políticas públicas de saúde, especialmente do SUS. Como resultado, as ações de assistência à saúde vêm atuando junto ao trabalhador rural nas comunidades por meio dos Agentes Comunitários de Saúde Rural, identificados pela sigla ACSR. Esse acesso se estende a diversos serviços públicos, incluindo a atenção à saúde do agricultor rural.

O SUS baseia-se em princípios e diretrizes como universalidade no acesso, igualdade, integralidade na assistência, participação da comunidade, descentralização, regionalização e hierarquização. No que tange a este último princípio, as pessoas têm direito ao acesso a um conjunto de ações e serviços localizados em seu município e próximos à sua residência ou ao seu trabalho, condizentes com as necessidades de saúde, conforme explicitado por Noronha, Lima e Machado em 2012, na página 371, o que inclui a Atenção Primária à Saúde, reconhecida como a porta de entrada do sistema.

As diretrizes do SUS consideram as ações nos territórios e as condições socioeconômicas dos municípios onde estão inseridos, observando o modo de vida da população. Nessa perspectiva, os princípios da universalidade, igualdade e integralidade configuram

estratégias fundamentais para a construção e funcionamento do sistema, embora ainda apresentem muitos desafios para sua plena implementação.

A Política Nacional de Atenção Básica, a conhecida PNAB, aprovada pela Portaria 2.436 de 21 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde, revisa as diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica no âmbito do SUS. De acordo com o artigo segundo desse dispositivo legal:

Atenção Básica é o conjunto das ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

A Atenção Básica se efetiva de forma mais satisfatória quando alcança o maior nível possível de descentralização e capilaridade, estando presente na vida das pessoas e atendendo-as conforme suas necessidades de saúde. Para isso, é importante que seus usuários, gestores e profissionais a reconheçam como porta de entrada e centro da Rede de Atenção à Saúde, a RAS.

Para o cumprimento de seus objetivos e princípios, conforme previsto na Constituição Federal, o papel dos territórios é fundamental. A Atenção Básica precisa ser oferecida em todos os territórios como o nível mínimo de atenção, possibilitando que as pessoas, a partir dela, acessem os demais níveis de cuidado. O princípio da integralidade se materializa em ações que abrangem a prevenção de doenças, a promoção da saúde, a vigilância, o tratamento e a reabilitação, numa perspectiva multidisciplinar para um cuidado completo e abrangente.

Para isso, a PNAB adota a Estratégia Saúde da Família (ESF),

Estruturada para atender à diversidade e singularidade das necessidades de saúde da população brasileira, a ESF se fundamenta no trabalho de equipes multiprofissionais e considera as especificidades territoriais, culturais e sociais, desenvolvendo ações de saúde a partir do conhecimento da realidade local e das

necessidades de sua população (Brasil, [202-?]).

Os auxiliares e agentes comunitários de saúde atuam diretamente nas comunidades rurais, realizando visitas domiciliares e acompanhando a situação de saúde dos usuários residentes em áreas como assentamentos.

A Atenção Primária à Saúde, enquanto política pública, integra as redes de apoio e representa uma atenção à saúde baseada em princípios que consideram as determinações e condicionantes do processo saúde-doença, observando as condições de nascimento e de vida das pessoas. Ou seja, a Atenção Primária avalia as condições socioeconômicas, o acesso a saneamento básico e água potável, a segurança alimentar, os serviços básicos e os hábitos de vida dos usuários, fatores que influenciam diretamente a promoção da saúde ou as desigualdades sociais.

Nas áreas de reforma agrária, a Atenção Primária à Saúde é representada pelas Unidades Básicas de Saúde, responsáveis pelo atendimento médico básico, preventivo e curativo da população, contando com equipe de profissionais de saúde que inclui médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e dentistas. Além disso, as UBS oferecem atendimentos básicos como consultas médicas, exames de rotina e imunizações. Nelas, as pessoas podem receber acompanhamento para doenças crônicas e pré-natal, assim como participar de atividades educativas e de promoção da saúde.

As Unidades Básicas de Saúde cumprem papel fundamental para as famílias que vivem no campo, em territórios distantes dos centros urbanos, como populações quilombolas, indígenas, ribeirinhas e assentadas. Dessa forma, fica evidente a importância da Atenção Primária, materializada na UBS da agrovila Nova Vitória, pois nela as famílias do interior do Maranhão, que enfrentam dificuldades de acesso a serviços hospitalares, têm atendimento mais célere.

Considerando que o objeto desta pesquisa é o serviço de saúde pública em área de reforma agrária, faz-se imprescindível contextualizar a luta pela terra no estado, etapa desenvolvida no item seguinte.

### O ASSENTAMENTO AÇAÍ E A LUTA PELA TERRA NO MARANHÃO

O assentamento Nova Vitória está localizado no município de Açailândia, no estado do Maranhão, a cerca de 27 quilômetros da sede municipal. É formado por aproximadamente 100 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Sua condição de assentamento resulta do processo de luta pela terra e reforma agrária no estado, organizada pelo MST e reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA.

A luta dessas famílias insere-se no contexto dos grandes conflitos agrários no estado, especialmente na região tocantina, marcada pela expansão do capitalismo na Amazônia, iniciada com a construção da rodovia Belém-Brasília em 1958 e intensificada pela dinâmica econômica nacional diante da crise do capital na década de 1970.

Açailândia foi criada como município em 1980, mas, enquanto território de disputa, faz parte do processo de modernização da região amazônica, com a implantação de grandes projetos de infraestrutura na década de 1970. Como área estratégica para o acesso às riquezas da região, Açailândia tornou-se alvo do capital, que expropriou famílias camponesas para a instalação de grandes empreendimentos econômicos, iniciados pelo desmatamento e pela criação de madeireiras voltadas à exportação, conforme descreve Alfredo Wagner Berno de Almeida em obra de 2012.

O avanço do agronegócio na região articula-se à dinâmica econômica do estado. Conforme analisa Azar em publicação de 2013, na página 64, o território maranhense:

encontra-se inserido na nova Divisão Internacional do Trabalho, como um espaço privilegiado da transnacionalização do capital, seja através do polo industrial, consolidado por grandes grupos e corporações nacionais e internacionais, seja por sua produção primária, principalmente com o cultivo de soja, eucalipto, cana-de-açúcar e bambu, seja pela pecuária de corte (Azar, 2013, p. 64).

Com matriz tecnológica predatória do meio ambiente, o agronegócio provoca conflitos sistêmicos e intensos, com graves desdobramentos para as populações camponesas, como expulsão das terras, uso da violência, prisões, perseguições e assassinatos. Às populações resta a luta. Quilombolas, indígenas e trabalhadores Sem Terra, cada um a seu modo, organizam-se para reivindicar seus direitos à vida e à terra.

No que se refere ao assentamento, segundo Costa, Silva e Santiago (2008, p. 2):

no início do ano 1996 com um grande número de família [sic] nos bairros das cidades, Açailândia e Imperatriz e em seus municípios vizinhos [sic]. Porém sem emprego e sem terra para trabalhar o [sic] movimento dos trabalhadores rurais sem terra [sic] tendo conhecimento de uma área, ou seja, uma fazenda improdutivo chamada Califórnia portanto passaram a reúne-se [sic] nos bairros e se organizaram para tomar posse da fazenda que era improdutivo, mas essa decisão foi sem sucesso pois [sic] o dono da propriedade recorreu e os posseiros foram retirados.

Para as famílias, o mais importante era conquistar a terra e garantir um lar, uma moradia. Queriam, ou melhor, precisavam de terra para trabalhar. Apesar de a ocupação ter sido frustrada pelo fazendeiro e pela polícia, as famílias, mesmo despejadas,

não se intimidaram e a poucos quilômetros se acamparam numa área cedida pelos assentados da Vila Conceição, e continuaram organizados e em negociação com o INCRA, conquistaram essa área de 19.000 quilômetros para 510 famílias (Costa; Silva; Santiago, 2008, p. 2).

Essa conquista foi resultado da organização das famílias em luta, que resistiram e reivindicaram, junto ao INCRA, terras para trabalhar e

formar novos assentamentos para outras famílias.

O ano de 1997 marcou o início de uma grande jornada para o grupo de assentados da reforma agrária, pois foi nesse período que se instituiu o Projeto de Assentamento Açaí. Trata-se de um projeto que tem como objetivo oferecer às famílias Sem Terra condições de reprodução material e social da vida, permitindo que se reconheçam como comunidades camponesas e possam manter relações de respeito com a natureza por meio da produção de alimentos diversificados e saudáveis.

É importante destacar que a matriz produtiva dessas famílias, a agricultura familiar camponesa, contrapõe-se, em essência, à lógica imposta pelo capital no campo, cuja organização visa à produção meramente comercial, voltada inclusive ao mercado externo, desconsiderando as demandas nacionais e, sobretudo, locais.

O Projeto de Assentamento Açaí foi organizado em sete agrovilas: Califórnia, Nova Conquista, Quilômetro 30, Conquista da Lagoa, Sudelândia 50 Bis, Macaúba e Nova Vitória. As famílias da agrovila Nova Vitória escolheram esse nome em homenagem a Nossa Senhora da Vitória, por compreenderem as grandes dificuldades enfrentadas e a importância da conquista da terra como uma vitória para se manterem e viverem na localidade. Dos hectares que compunham o assentamento, seis mil foram destinados às sessenta e quatro famílias pioneiras.

Durante o processo de luta pela terra, as famílias acampadas se dividiram em vários grupos no local e, por iniciativa própria, estabeleceram os espaços com distâncias estratégicas para a formação de outras comunidades vizinhas.

Atualmente, o Projeto de Assentamento completa 28 anos como resultado da luta organizada pelo MST e apresenta várias conquistas, como fomento, crédito habitação e acesso a projetos de infraestrutura, incluindo poço artesiano, energia elétrica, posto de saúde e escola. A educação é uma das primeiras e mais importantes bandeiras da agrovila

Nova Vitória, constituindo um princípio de luta: a educação é um direito de todos e dever do Estado, especialmente no que se refere à educação do campo. Nessa perspectiva, Roseli Caldart, em ensaio de 2012, na página 260, pontua que:

a luta pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação é específica, necessária e justa, deve se dar no âmbito do espaço público, e o Estado deve ser pressionado para formular políticas que a garantam massivamente, levando à universalização real e não apenas princípio abstrato (Caldart, 2012, p. 260).

No início do acampamento, a necessidade de uma escola para as crianças levou as próprias famílias acampadas a construírem uma estrutura improvisada com barracas de palha e bancos de madeira, em condições precárias, mas com o objetivo de garantir o acesso à educação.

Segundo a senhora Rosa Silva Lima ela [sic], que é a primeira e atual diretora, a fundação desta escola foi em junho de 1996, com uma estrutura precária um [sic] barracão aberto nas laterais e coberto de palha onde os educandos sentavam-se em bancos improvisados com tabuas [sic] (Costa, Silva e Santiago, 2008, p. 3).

Para a comunidade, o principal foco era organizar as demandas por meio do levantamento de dados para a formação de turmas, a fim de reivindicar o acesso digno à educação e criar oportunidades para todas as pessoas que quisessem estudar, desde crianças até adultos. Nesse período, o foco

eram as crianças, adolescentes, jovens e adultos que aqui se acampavam que formavam duas turmas, uma de crianças de 7 a 14 anos (1º a 4º série, multisseriado - matutino), a qual [sic] a educadora era Maria Salete Ribeiro Moreno que [sic] se dispôs a trabalhar voluntariamente com o objetivo de garantir a organização do espaço escolar na comunidade (Costa; Silva; Santiago, 2008, p. 3).

Entretanto, os desafios iam além da precariedade das estruturas físicas e da falta de materiais didáticos: envolviam também o reconhecimento do direito à educação em um acampamento e a contratação de professores. Fundamentado na concepção de educação que o movimento social já vinha construindo, o processo de

ensino-aprendizagem seguia os princípios da educação popular.

Em resposta às reivindicações das famílias, foi construída a Escola Municipal Padre Josimo Tavares, fruto de uma parceria entre a prefeitura de Açailândia e o órgão federal de reforma agrária, sendo o prédio escolar inaugurado no ano de 2000 com investimentos majoritários do INCRA complementados pelo município.

Os assentados nomearam o espaço de ensino em homenagem a Padre Josimo Tavares, religioso comprometido com a luta camponesa na região do Bico do Papagaio durante a ditadura militar, defensor do direito à educação, à saúde e à terra para a classe trabalhadora. Padre Josimo é considerado mártir da luta pela terra, tendo dedicado sua vida a denunciar grileiros e a opressão dos latifúndios contra os lavradores até seu assassinato em maio de 1986.

Nasceu em abril de 1953 e morreu em 10 de maio de 1986. Sua morte se deu por consequência de que ao longo de sua vida [sic] ele denunciou grileiros de terra, a opressão dos latifúndios contra os lavradores e defendia os direitos do povo (Costa; Silva; Santiago, 2008, p. 4).

Hoje, a escola conta com uma estrutura muito mais adequada, dispondo de uma equipe composta por diretor, professores, auxiliares, secretário, agentes de portaria, cozinheiras e agentes de serviços gerais. Também recebe alimentos fornecidos pela prefeitura, atendendo à demanda da alimentação escolar conforme estabelecido por diversos programas sociais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE.

A escola oferece o Ensino Fundamental do primeiro ao nono ano, organizado em turmas multisseriadas nos turnos matutino e vespertino. Ao concluírem essa etapa, os estudantes da comunidade não encontram oferta de Ensino Médio localmente, sendo necessário o deslocamento para outros territórios, como a agrovila Sudelândia 50 Bis, a doze quilômetros de distância. Nesse processo, a prefeitura garante o transporte escolar,

cumprindo sua obrigação de assegurar o direito de permanência dos jovens na escola.

Outra possibilidade para a juventude dar continuidade aos estudos é a Casa Familiar Rural, que oferece o Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Agropecuária na sede municipal. A instituição prioriza vagas para filhos e filhas de famílias camponesas, sendo bastante procurada pela juventude da Nova Vitória, com muitos egressos já inseridos no mercado de trabalho e no ensino superior.

Nessas circunstâncias, as políticas de saúde pública também se desenvolvem articuladas à luta pela educação, considerando que o sistema de saúde, ao ser efetivado pelo Estado, deve responder às necessidades da comunidade. A articulação entre saúde e luta pela terra ultrapassa a noção restrita de saúde física e abrange diversas dimensões sociais, culturais, espirituais e ambientais do bem viver. Para os trabalhadores, a terra não é apenas meio de produção, mas também espaço de identidade, memória, cuidado e pertencimento. A perda ou ameaça à terra impacta diretamente o equilíbrio da vida, gerando sofrimento, insegurança alimentar, desestruturação social e emocional.

Nesse sentido, o direito à saúde é tema de formação promovida pela escola, voltada à compreensão dos direitos sociais das famílias assentadas. O acesso à saúde será abordado a seguir.

### **NOVA VITÓRIA E ACESSO À SAÚDE: ALGUMAS REFLEXÕES**

Como já tratado anteriormente, a agrovila Nova Vitória compõe o Projeto de Assentamento Açaí, fruto da luta pela terra no Maranhão. Conquistada a propriedade, as famílias passaram a batalhar por políticas públicas mais amplas, como moradia, educação, saúde, energia elétrica, água potável, estradas e condições de produção.

Hoje, como resultado dessa organização, a agrovila conta com 125 casas de alvenaria, uma escola e uma Unidade Básica de Saúde. Apesar

disso, a infraestrutura ainda é limitada e apresenta precariedades. A comunidade também dispõe de três igrejas e quatro estabelecimentos comerciais, sendo que dois deles funcionam como restaurante. As dificuldades estruturais persistem.

No campo cultural, a comunidade preserva tradições como as festas juninas e outras datas comemorativas, a exemplo do Dia das Mães, da Mulher, dos Pais e das Crianças, além do aniversário do assentamento e do Festejo de Nossa Senhora da Vitória, padroeira local. Há também práticas esportivas, como o futebol, com ampla participação da juventude, e atividades religiosas promovidas pelas fés católica e evangélica.

A reprodução material das famílias é garantida por meio da colheita de alimentos como arroz, feijão, macaxeira, inhame, batata, fava, milho, abóbora, hortaliças e frutas variadas. Também são criados animais de médio e pequeno porte, como gado, porcos, patos e galinhas. Nem todos trabalham diretamente nas roças domésticas, o que tem provocado a migração sazonal de trabalhadores para outros estados durante períodos de plantio e colheita mercantis.

É fundamental destacar que todas essas conquistas resultam de um processo contínuo de luta, marcado por contradições e dificuldades, tanto na dinâmica interna das famílias quanto nas limitações conjunturais e estruturais das políticas da reforma agrária.

A conjuntura atual impõe inúmeros desafios à organização política da agrovila. A participação das famílias, de modo geral, tem diminuído consideravelmente, especialmente entre os jovens. Esse contexto compromete a continuidade da luta por políticas públicas e direitos no campo, cenário que é agravado pela ascensão de setores ultraconservadores na política nacional, impactando diretamente a identidade coletiva da comunidade.

Como consequência, observa-se a desarticulação das associações locais e fragilidade na organização comunitária, o que dificulta o acesso a

políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA. Para manter a renda, algumas famílias venderam seus lotes ou os arrendaram a empresas para o plantio de eucalipto.

No que se refere ao acesso à saúde, a principal via é o SUS. A Unidade Básica de Saúde da agrovila, inaugurada no ano de 2000, é construída em alvenaria e conta com seis cômodos de atendimento, divididos em enfermaria, sala de vacinação e consultórios. O funcionamento ocorre de segunda a sexta-feira, em horário comercial. A equipe local estável é composta por uma técnica de enfermagem, um agente de saúde, um dentista, uma zeladora e um agente de vigilância, recebendo semanalmente a visita de um médico clínico, enfermeira, pediatra e ginecologista.

São oferecidos serviços como consultas clínicas e ginecológicas semanais, além de atendimentos diários básicos de curativos, aferição de pressão, vacinação e distribuição de medicamentos prescritos. Casos mais graves são encaminhados ao Hospital Municipal de Açailândia, já que o posto de saúde não possui estrutura de alta complexidade. Em emergências, a agrovila dispõe de apenas uma ambulância para atender todas as comunidades do entorno, o que expõe os pacientes a riscos devido à demora no deslocamento.

Todas as pessoas entrevistadas relataram bom atendimento geral, mas destacaram a falta recorrente de profissionais especialistas e medicamentos em diversas ocasiões. Em situações de urgência na ausência de plantão, as alternativas comunitárias restringem-se ao acionamento da ambulância regional, à contratação de transporte particular ou ao uso de remédios caseiros preparados com ervas medicinais cultivadas nos quintais.

Há ausência sentida de profissionais como psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, assistentes sociais e farmacêuticos, cujos serviços são demandados pelas famílias. Sobre campanhas de saúde,

foram lembradas ações de imunização e conscientizações temáticas sazonais.

Segundo os dois profissionais que atuam na UBS, os atendimentos realizados incluem: consultas com clínico geral, atendimento odontológico, coleta de PCCU, pesagem, aferição de pressão arterial, vacinação, entrega e administração de medicamentos, planejamento familiar, teste de glicemia e atendimento de enfermagem. Os serviços mais procurados são consultas, vacinas, medicamentos, pesagem, medição de altura e vacinação de crianças, adolescentes e mulheres, realizada semestralmente. Alguns serviços importantes, como suturas, não são realizados no posto e precisam ser encaminhados ao Hospital Municipal.

Existe uma grande procura por consultas com especialistas, mas o posto não atende ainda com essa especialidade por falta de profissionais, como psicólogo, assistente social e nutricionista. E tem algumas situações que o posto não atende, que são os partos e sutura; esses casos são encaminhados direto para o Hospital Municipal de Açailândia (HMA) (Depoente técnico 2, entrevista realizada em 07 de março de 2025).

Como assinalado na fala, o profissional em questão corrobora as informações fornecidas pelos usuários do posto quanto à falta de profissionais e aos atendimentos não realizados, que precisam ser encaminhados à sede municipal. O depoimento abaixo também confirma as observações dos usuários sobre a quantidade de material recebido pelo posto e sobre as condições de atendimento:

A comunidade é atendida diretamente pelo posto de saúde, para consulta, palestra e campanhas. Infelizmente não recebemos material suficiente para o atendimento da comunidade, mas nós fazemos o possível para atendermos a comunidade da melhor maneira possível (Depoente técnico 1, entrevista realizada em 07 de março de 2025).

Como evidenciado, o *déficit* na oferta de materiais exige dos profissionais diversos esforços para atender à comunidade usuária da Unidade Básica de Saúde, muitas vezes assumindo responsabilidades que cabem ao Estado. Ainda sobre as condições de trabalho, considera-se que

As maiores dificuldades são a infraestrutura do posto, que não temos computadores, Internet, entre outros. Remédios e exames especializados ou consultas com especialistas. Hoje em dia está muito melhor do que no passado, mas ainda temos muito para melhorar (Depoente técnico 1, entrevista realizada em 07 de março de 2025).

O posto realiza, em média, 20 atendimentos diários, sendo os serviços mais procurados: consultas, pesagem, vacinação, medição de altura, administração de medicamentos e aferição da pressão arterial. O perfil dos usuários é composto por gestantes, mulheres, crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Infelizmente, os homens são os que menos procuram o serviço de saúde. As consultas médicas ocorrem semanalmente, ou seja, uma vez por semana. Nessa rotina, o médico costuma atender entre 15 e 20 pessoas, a enfermeira entre 5 e 10 pacientes e o dentista, no máximo, 10 pessoas.

De acordo com as informações levantadas, a Unidade Básica de Saúde (UBS) realiza “campanhas de prevenção, principalmente as vacinas e o Novembro Azul” (Depoente técnico 1), além de “palestras com os pacientes diabéticos, hipertensos e gestantes” (Depoente técnico 2). Quem mais participa dessas atividades são justamente as pessoas diretamente afetadas pelas temáticas tratadas: grávidas, hipertensos e diabéticos.

Sobre as reclamações da comunidade atendida, um dos profissionais entrevistados considera que elas são inevitáveis: “por mais que você faça pela comunidade, sempre tem alguém que vai reclamar de qualquer coisa. É normal” (Depoente técnico 1). Entre as principais queixas estão a ausência do médico em dias de consultas marcadas e a falta de medicamentos prescritos pelo clínico geral ou enfermeiro. As dificuldades enfrentadas no posto concentram-se, sobretudo, na escassez de materiais. Apesar disso, compreende-se que, em relação a anos anteriores, a comunidade tem tido maior acesso à saúde, com mais facilidades dentro do próprio território.

### CONSIDERAÇÕES

Este artigo trata das políticas de saúde pública, tendo como referência a Atenção Básica na agrovila Nova Vitória, situada no assentamento Açaí, no município de Açailândia. A agrovila resulta da luta pela terra realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Maranhão, estado historicamente marcado por conflitos agrários caracterizados pela violência imposta pelo capital, tanto na prática coronelista e latifundiária representada pelos fazendeiros quanto no *modus operandi* das grandes corporações e empresas do agronegócio na atualidade.

O acesso à saúde pelas populações camponesas é garantido pela Política Nacional de Promoção à Saúde, que materializa os princípios do SUS, em especial por meio da Atenção Básica à Saúde. No assentamento, como porta de entrada para o sistema, a Unidade Básica de Saúde oferece serviços vitais às famílias, que possuem uma compreensão própria sobre sua relevância e dinâmica local. A pesquisa evidencia que, apesar dos avanços normativos e da implementação de programas direcionados à população em áreas rurais, como os assentamentos da reforma agrária, ainda existem desafios significativos que dificultam o pleno acesso à saúde para os moradores dessa região.

Entre os principais desafios identificados destacam-se a carência de infraestrutura adequada, a insuficiência de profissionais de saúde, a distância dos centros médicos e a dificuldade de transporte. Essas barreiras impactam diretamente a efetividade do SUS, especialmente no que se refere à promoção da equidade e da universalidade do atendimento, princípios fundamentais da política pública de saúde no Brasil.

Algumas estratégias adotadas, como o fortalecimento da Atenção Básica por meio das unidades de saúde e a atuação das Equipes de Saúde da Família, constituem importantes referências para a ampliação dos serviços acessados, assim como para a qualidade dos atendimentos realizados para a população camponesa. Destaca-se também a inclusão, pelas políticas de saúde, de programas de atendimento preferencial que

potencializam alternativas viáveis para ampliar o acesso aos serviços de cuidado para grupos específicos, a exemplo de idosos, gestantes e pessoas autistas, entre outros sujeitos de direitos.

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de maior investimento e planejamento na formulação e execução das políticas de saúde voltadas para populações em assentamentos rurais. A adoção de medidas que considerem as especificidades locais, aliada a um acompanhamento contínuo e participativo, pode contribuir para a superação dos desafios identificados e para a promoção de um atendimento mais eficaz e digno aos moradores do território.

Por fim, espera-se que este estudo possa fomentar novas pesquisas e ações governamentais que visem à ampliação do acesso à saúde nos assentamentos, garantindo o direito fundamental à saúde para toda a população, independentemente de sua localização geográfica.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Desni Lopes. OS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA MARANHENSE - CONFLITOS E CONTRASTES: o caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) – Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), 2012.

AZAR, Zaira Sabry. *Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente do Maranhão: o assentamento Califórnia como uma expressão*. Tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA), 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estratégia Saúde da Família*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/esf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. *Portaria n.º 2.436, de 21 de setembro de 2017*.

Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2027. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html). Acesso em: 10 fev. 2025.

CALDART, Roseli. Educação do Campo. *In: CALDART, Roseli et al. (org.). Dicionário da educação do campo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Andréia de Oliveira; LEONEL, Ronaldo dos Santos; ROSÁRIO, Klebson Daniel Sodré do. A EDUCAÇÃO E O CAMPESINATO: o MST como ferramenta de empoderamento para homens e mulheres do campo. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 79, 2024. DOI: 10.12957/teias.2024.86513. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/86513>. Acesso em: 10 fev. 2025.

COSTA, Noeme; SILVA, Rosangela Barbosa; SANTIAGO, Maria Antonia. *Monografia da comunidade*. Trabalho apresentado para a Escola Municipal Padre Josimo – Secretaria Municipal de Educação de Açailândia - MA, 2008.

SCOREL, Sarah. História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à Reforma Sanitária. *In: GIOVANELLA, Lígia et al. (org). Política e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

NORONHA, José Carvalho, LIMA Luna Dias de, e MACHADO, Cristiani Vieira. O Sistema único de Saúde. *In: GIOVANELLA, Lígia et al. (org). Política e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

O QUE é uma Unidade Básica de Saúde (UBS)? *Sou Enfermagem*, 9 mar. 2023. Estudos. Disponível em: <https://www.souenfermagem.com.br/estudos/o-que-e-uma-unidade-basica-de-saude-ubs>. Acesso em: 20 fev. 2025.

## CAPÍTULO 9

# TRANSPORTE ESCOLAR NO MEIO RURAL: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE JUARINA-TO

Cleoma Inácio Lima Santos<sup>26</sup>  
Josenice Ferreira dos Santos Araújo<sup>27</sup>

### RESUMO:

O transporte escolar rural é um serviço essencial para os moradores das áreas rurais do município de Juarina, localizado no estado do Tocantins. Para tanto, a presente pesquisa constitui um estudo de caso que tem a pretensão de apresentar a realidade de alunos desse território no acesso e na permanência junto à política de educação, por meio de dados qualitativos e quantitativos. Esta pesquisa visa revelar que os serviços ofertados pela rede de transporte do município enfrentam diversos desafios, incluindo veículos antigos e desconfortáveis, falta de cinto de segurança, problemas de manutenção e condições precárias das estradas, fatores que podem trazer riscos aos alunos no trajeto para as redes educacionais. Metodologicamente, este estudo utilizou material teórico e bibliográfico com dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conhecido pela sigla IBGE. Após a análise deste fenômeno social, a pesquisa aponta alguns desafios e propõe sugestões de melhoria neste serviço social, incluindo a aquisição de veículos novos, investimentos em infraestrutura e capacitação dos motoristas, bem como a expansão da frota para inclusão de novos estudantes.

**Palavras-chave** Transporte Escolar, Zona Rural, Políticas Públicas

### ABSTRACT:

Rural school transportation is an essential service for residents of the rural areas of Juarina, in the state of Tocantins. Therefore, this research constitutes a case study aimed at presenting the reality faced by students in this territory regarding access and retention within the education policy, using both qualitative and quantitative data. This study seeks to reveal that the services offered by the municipal transportation network face several challenges, including old and uncomfortable vehicles, a lack of seat belts, maintenance problems, and precarious road conditions, which can pose risks to students during their commute to educational systems. Methodologically, this study utilized theoretical and literature review materials, alongside official data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics, referred to by the acronym IBGE. Following the analysis of this social phenomenon, the research outlines certain challenges and proposes recommendations for improvement in this social service, including the acquisition of new vehicles, investments in infrastructure, driver training, and the expansion of the fleet to include new students.

**Keywords:** School Transport, Rural Area, Public Policies, Settlements, Rural School.

---

<sup>26</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: cleomainaciolima@gmail.com

<sup>27</sup> Assistente Social e Mestre em Sociologia pela UFPB. Doutora em Política Social pela UnB, Professora Adjunta4 na Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: joseniceferreira@mail.uft.edu.br

### INTRODUÇÃO

O transporte escolar desempenha um papel crucial para os moradores de Juarina, no estado do Tocantins. Nessa região, é comum que esse serviço represente o único meio de deslocamento para os estudantes que residem na zona rural do projeto de assentamento Juarina. Diante desse cenário, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de analisar a situação do transporte escolar no município. Para tanto, o desenho metodológico envolveu visitas de campo à comunidade, aplicação de questionários a alunos, pais, educadores e motoristas dos veículos escolares, além da verificação direta da real situação do principal meio de transporte oferecido pela prefeitura municipal de Juarina aos alunos da rede pública de ensino.

Na zona rural, no que tange à implementação da política de educação, destaca-se que o transporte escolar rural é um serviço essencial para as populações camponesas, pois viabiliza o deslocamento físico e o acesso real às instituições educacionais. No entanto, em muitas regiões, incluindo o território desta pesquisa, a situação é alarmante. Os estudantes enfrentam barreiras severas para acessar e permanecer nessa política pública, uma vez que a frota de veículos se encontra em condições precárias, o que coloca em risco a integridade física de muitos alunos.

Neste artigo, pretende-se investigar a situação dos veículos escolares que atendem ao projeto de assentamento Juarina pela rede municipal, analisar as condições de segurança no deslocamento entre a residência e a escola, e refletir sobre os principais desafios estruturais identificados, tais como a falta de infraestrutura nas estradas e a deterioração dos veículos durante o trajeto.

Metodologicamente, as questões de partida que orientaram a investigação foram: os veículos escolares estão adequados ao deslocamento dos estudantes e oferecem segurança suficiente para o trajeto entre residência e escola? As estradas rurais apresentam condições

de trafegabilidade que garantam a proteção dos alunos? Os motoristas recebem treinamentos adequados para lidar com situações de emergência envolvendo os estudantes? Por fim, os veículos passam por inspeções semestrais obrigatórias?

A experiência de campo ao tentar obter informações institucionais e dados concretos junto à Secretaria Municipal da Educação de Juarina, no Tocantins, revelou-se frustrante e, ao mesmo tempo, indicativa das barreiras de acesso à informação. A gestora responsável pela pasta, ao ser solicitada a fornecer os dados necessários para a pesquisa, alegou indisponibilidade de tempo para responder, justificando sua recusa em demandas internas de trabalho.

Essa postura institucional é preocupante por diversas razões. A Secretaria Municipal da Educação tem o dever legal e constitucional de fornecer informações públicas e atender às demandas da comunidade. A opacidade institucional e a recusa em prestar informações confrontam os princípios da administração pública. A resposta da gestão demonstrou ausência de profissionalismo e desrespeito às prerrogativas da pesquisa acadêmica, carecendo de justificativa técnica aceitável.

Em suma, essa experiência evidenciou a invisibilização dos sujeitos e o desrespeito ao cidadão no meio rural. É fundamental que as instituições públicas pautem sua atuação pela transparência e pela responsividade às necessidades da comunidade. Constata-se a necessidade de que os servidores públicos passem por processos de capacitação contínua para aprimorar o atendimento coletivo e a oferta de informações claras e acessíveis. Ademais, faz-se urgente a instituição de mecanismos democráticos de avaliação, sugestões e críticas, viabilizando a participação popular na fiscalização e na melhoria dos serviços prestados.

Os investimentos no setor de transporte escolar rural são determinantes para garantir o acesso à educação, operando como vetores de inclusão social e de desenvolvimento socioespacial da comunidade.

De acordo com os dados do Portal do Governo Federal, a implementação da política pública de transporte escolar rural constitui um desafio histórico para a federação brasileira, especialmente em áreas remotas. No contexto regulatório do Tocantins, a Resolução número 006, de 26 de agosto de 2009, disciplina o transporte escolar nos municípios e na zona rural. Contudo, há uma lacuna de dados estatísticos específicos disponíveis sobre a precariedade dos veículos de transporte escolar rural no âmbito estadual.

Em nível nacional, a Pesquisa Nacional Custo Aluno, realizada no ano de 2016, destaca a centralidade do transporte rural para a garantia do acesso à educação. O estudo aponta que uma parcela significativa dos veículos utilizados no transporte escolar é precária e ameaça a vida dos estudantes, diagnóstico que converge com as conclusões do artigo intitulado O Processo Evolutivo do Transporte Escolar Rural Brasileiro no Modo Rodoviário, publicado na Revista Eletrônica de Engenharia Civil no mesmo ano.

A referida pesquisa avaliou a evolução do transporte escolar rural no Brasil após a implantação do Programa Caminho da Escola e dos estudos desenvolvidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em parceria com universidades públicas. Realizada em âmbito nacional, a amostragem contou com a participação de 450 municípios e permitiu caracterizar o transporte escolar rural no país. De acordo com Carvalho, Leite e Nascimento, em publicação de 2016 sem paginação:

O transporte escolar rural brasileiro passou por um processo evolutivo significativo, especialmente após a implantação do Programa Caminho da Escola, que visou melhorar a infraestrutura e os serviços prestados pelo transporte escolar rural no país.

Embora o estudo nacional não se dirija especificamente às particularidades do estado do Tocantins, a realidade descrita se manifesta de forma idêntica no cotidiano dos alunos de Juarina. Trata-se de uma expressão clássica de como a ausência de investimentos e de planejamento

na política de transporte inviabiliza direitos sociais e coloca em risco a vida dos estudantes. Demonstra-se que medidas estruturais devem ser adotadas para garantir a segurança e o acesso à educação, especialmente para aqueles que habitam as áreas rurais e dependem exclusivamente desse serviço para acessar as unidades escolares.

Sabe-se que a maioria desses alunos provém de famílias camponesas em situação de vulnerabilidade social, com condições socioeconômicas restritas e residências geograficamente distantes dos centros urbanos, o que torna o transporte escolar o único mediador possível para o acesso ao direito à educação.

Os resultados da pesquisa de campo indicaram, entre outros aspectos, que a maioria dos alunos transportados pertence ao sexo feminino, situando-se na faixa etária entre 4 e 18 anos, e que os condutores dos veículos são predominantemente homens. Constatou-se também que os estudantes enfrentam tempos prolongados de deslocamento, sendo que algumas crianças e adolescentes necessitam iniciar o percurso até duas horas antes do início das atividades escolares.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, bem como o ordenamento jurídico infraconstitucional, assegura o direito universal à educação, o qual deve ser acompanhado de programas suplementares que incluam alimentação, assistência à saúde, material didático e transporte escolar. Contudo, impõe-se a necessidade de executar programas que compreendam as particularidades dessas populações tradicionais. O Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e o Programa Caminho da Escola para viabilizar a oferta de veículos aos alunos da zona rural. Todavia, a mera existência formal dos programas não substitui a necessidade urgente de ofertar um transporte seguro e de qualidade como condição para a inclusão social desses estudantes.

Quanto aos programas federais de apoio ao transporte e ao fortalecimento da frota escolar, o tema será aprofundado na seção subsequente.

## REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: acessibilidade e exclusão social no transporte escolar rural

A teoria da acessibilidade, desenvolvida por Hansen (1959), destaca a importância do acesso a serviços e infraestrutura para garantir igualdade de oportunidades. No contexto do transporte escolar, a acessibilidade é fundamental para assegurar que os estudantes tenham efetivo acesso à educação. Já a teoria da exclusão social, proposta por Silver (1994), enfatiza a necessidade de considerar as dimensões sociais; no caso do transporte escolar, a exclusão social ocorre quando os estudantes não dispõem de transporte seguro e confiável.

Essas duas teorias oferecem um arcabouço teórico para compreender os desafios e obstáculos relacionados ao transporte escolar no meio rural e para analisar os resultados da pesquisa apresentada neste artigo. No item a seguir, discutiremos essas duas categorias.

### a realidade do transporte escolar rural em Juarina, Tocantins

Para refletir sobre esse fenômeno social, a pesquisa realizada no município de Juarina, Tocantins, revelou que o transporte escolar é um desafio significativo para os estudantes e suas famílias, especialmente na zona rural. Destacam-se os seguintes pontos: a maioria dos estudantes precisa percorrer mais de 5 km para chegar à escola; os veículos utilizados são antigos e não oferecem condições seguras e adequadas para o percurso residência-escola e escola-residência.

Para os moradores de Juarina, sobretudo os residentes na zona rural do assentamento PA/Juarina, há grande dependência do transporte escolar para acessar as instituições educacionais. Contudo, a realidade do transporte nessa região é marcada por desafios e inúmeros obstáculos cotidianos, que serão descritos a seguir.

Acrescentam-se ainda, a partir da pesquisa-ação realizada em 2023/2024 no curso de Serviço Social Pronera, as seguintes situações: falta de infraestrutura adequada, veículos antigos e mal conservados, escassez de recursos financeiros (combustível e pagamento dos motoristas), que são apenas alguns dos problemas que afetam a qualidade do transporte na comunidade. Além disso, a distância entre residências e escolas representa um desafio significativo, especialmente para os estudantes que precisam percorrer longas trajetórias para chegar às unidades escolares.

Diante desse cenário, surge a seguinte pergunta: como melhorar o transporte escolar em Juarina para garantir que os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua localização? Essa é a questão central deste artigo, que busca analisar o transporte escolar em Juarina e identificar propostas para o aprimoramento contínuo dos serviços e atendimentos prestados à comunidade local.

### Contexto social do assentamento PA/Juarina - TO

O assentamento PA/Juarina, localizado a 13 km de Juarina, Tocantins, é uma comunidade rural que enfrenta diversas dificuldades relacionadas ao transporte escolar. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), o município de Juarina possui aproximadamente 2.305 habitantes, com densidade demográfica de 4,64 hab/km<sup>2</sup>. O assentamento é marcado pela precariedade das condições de vida dos moradores, que dependem da agricultura familiar para subsistência. Sua localização afastada da área urbana contribui para os desafios enfrentados pela comunidade, que conta com cerca de 600 pessoas.

A falta de acesso adequado às estradas e a escassez de transporte público tornam a locomoção no assentamento uma tarefa desafiadora, especialmente para os estudantes que precisam se deslocar até a cidade para frequentar a escola. Essa situação gera insegurança constante para os alunos da zona rural de Juarina. A ausência de transporte adequado

dificulta o acesso à educação, impedindo que muitas crianças e jovens frequentem as aulas regularmente.

Às vezes, o ônibus escolar passa uma semana sem buscar os estudantes por falta de manutenção, apresentando condições precárias como pneus carecas, freios com problemas, falhas mecânicas, bancos e janelas quebrados, o que aumenta os riscos de acidentes e danos físicos aos usuários. Mais informações podem ser encontradas na entrevista realizada pela TV Anhanguera, no G1 Tocantins (“Crianças e adolescentes se arriscam em córrego para pegar ônibus escolar”, link nas referências).

Essa insegurança é agravada pela falta de investimentos e pela precarização dos serviços oferecidos pelo município. A deficiência na infraestrutura das estradas rurais dificulta o tráfego dos veículos, sobretudo em períodos de chuva intensa, quando o ônibus pode atolar na lama em estradas não asfaltadas, fazendo com que os alunos cheguem à escola atrasados, muitas vezes só no segundo ou até no terceiro horário.

Em outras situações, as crianças precisam atravessar lama e córregos com as roupas na mão para não se molhar. Em alguns casos, os estudantes caminham mais de 3 km para pegar o ônibus, que não consegue acessar certos locais, evidenciando os inúmeros desafios para usufruir de um direito básico como a educação.

Na contradição dialética entre aparência e essência, muitos culpam a lama pelos problemas durante o período chuvoso, mas percebe-se que o verdadeiro problema é o mau gerenciamento da política de transporte e a ausência de outras políticas complexas que não funcionam adequadamente no meio rural, agravando-se nos assentamentos nos períodos chuvosos.

Por vezes, no assentamento PA/Juarina, justificativas como “o ônibus não conseguiu chegar ao local por ser um declive acentuado”, “o ônibus estava sem freio” ou “com defeito no câmbio, sem marcha à ré” são usadas para explicar a falta de transporte, prejudicando ainda mais o acesso dos estudantes ao serviço.

Fica evidente que a ausência de um planejamento eficiente da política de transporte escolar por parte do município prejudica a disponibilidade e a adequação dos veículos para atender à demanda dos alunos das áreas rurais. Para mais informações, veja a entrevista realizada pela TV Anhanguera no G1 Tocantins (“Estudantes ficam sem aula após ônibus atolado em estrada precária no Tocantins”, 2018).

Diante dessa realidade, é fundamental que o poder público promova ações concretas para melhorar a situação do transporte escolar no assentamento PA/Juarina e em outras localidades rurais próximas à cidade. Investimentos na infraestrutura das estradas, aquisição de veículos adaptados e o estabelecimento de rotas mais eficientes são medidas essenciais para garantir a segurança e o acesso à educação para os moradores dessa área.

Para embasar essas demandas, é necessário recorrer a autores que discutem os problemas enfrentados pelos assentamentos rurais e a precarização dos serviços municipais. Estudos sobre políticas públicas para o meio rural, especialmente no que tange ao acesso à educação e transporte escolar, podem fornecer subsídios para uma compreensão aprofundada da situação do assentamento PA/Juarina e contribuir para a busca de soluções mais eficazes.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSPORTE**

Torna-se imperativo conceituar as políticas públicas, haja vista configurarem a mediação material central no processo de garantia de direitos sociais. Na perspectiva de Silva, em formulação do ano de 2017, as políticas públicas constituem o conjunto de ações, programas e diretrizes decisórias consubstanciadas pelo Estado para responder às demandas historicamente postas pela sociedade, visando atingir metas de proteção social. Quando tais políticas encontram-se positivadas no ordenamento jurídico, sua execução passa a ser uma obrigação cogente do administrador público; por conseguinte, a não implementação ou a oferta

degradada dessas ações caracteriza uma violação dos preceitos constitucionais por parte do gestor estatal.

No gerenciamento dessas ações, manifesta-se uma tensão dialética nas relações entre Estado, governo e sociedade civil, uma vez que cada estância possui atribuições distintas na cena pública. O Estado detém o dever permanente de zelar pelo bem-estar social, conforme preceitua o artigo 193 da Constituição Federal da República pós-1988, ao dispor que a ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Sob esse prisma, as políticas públicas devem ser formuladas e executadas para materializar o bem-estar e salvaguardar os direitos fundamentais da classe trabalhadora.

A gestão pública, portanto, engloba as ações administrativas orientadas a mitigar as desigualdades socioespaciais por meio da execução orçamentária das políticas setoriais. Existe uma articulação complexa entre a estrutura estatal permanente, as direções políticas governamentais e as demandas societárias, os quais devem operar de forma orgânica para converter as provisões legais em serviços públicos universais e de qualidade.

Ao analisar as categorias de Estado, governo e políticas públicas, depreende-se que sua correlação é intrínseca e mutuamente condicionada: o Estado figura como o garantidor da ordem e dos direitos sociais, o governo atua como o gestor conjuntural das demandas, e as políticas públicas operam como os instrumentos operacionais criados para reduzir as assimetrias e expressões da questão social. Essa dinâmica encontra-se invariavelmente subordinada às características do modo de produção e ao contexto sócio-histórico de cada período.

Conforme as formulações de Giorgio Del Vecchio no ano de 1958, o conceito de sociedade abrange a totalidade das relações pelas quais os indivíduos coexistem e atuam de forma solidária, constituindo uma síntese coletiva superior, superando tanto as visões puramente organicistas quanto as interpretações mecanicistas que reduzem a sociedade a uma mera

somatória de indivíduos isolados. Partindo da premissa de que o ser humano é eminentemente social, o Estado desenvolve funções universais e necessárias para a manutenção da vida coletiva, conforme as análises de Del Vecchio de 1958, recuperadas na obra de Paulo Bonavides publicada no ano de 2000.

Evidencia-se que a função precípua do Estado repousa na organização e na mediação dos conflitos da sociedade civil. Nessa linha interpretativa, o Estado ergue-se como o complexo jurídico-institucional cuja finalidade declarada seria a proteção do interesse coletivo, detendo para tanto a capacidade de centralização decisória e o monopólio do uso legítimo da força coercitiva. Paralelamente, a produção teórica de Hilary Silver do ano de 1994 ressalta a centralidade da solidariedade e as fraturas provocadas pela exclusão social na conformação dos Estados contemporâneos. No cenário brasileiro, a estrutura estatal organiza-se sob a forma de federação descentralizada, dividida em três esferas autônomas, compreendendo os níveis federal, estadual e municipal, visando o equilíbrio das funções político-administrativas, conforme o texto constitucional de 1988.

Por sua vez, o governo caracteriza-se como a direção política superior da administração executiva e transitória, cuja atribuição central reside na condução das políticas públicas e na regulação das forças macroeconômicas e sociais. De acordo com as análises de Dagomar Rodrigues, em publicação do ano de 2010, na página 53:

Políticas Públicas são ações do governo, portanto são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre o que fazer (ações) aonde chegar (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e como fazer (estratégias de ação). (RODRIGUES, 2010, p.53)

O governo deve executar as políticas públicas e exercer o papel de governança, que, segundo Rodrigues (2010), é a capacidade financeira e administrativa para implementar essas políticas. As ações do governo são fundamentadas no poder político, na negociação de interesses, nas estratégias partidárias e nas ideologias de diversos segmentos da sociedade. Assim, há um debate dinâmico envolvendo grupos sociais,

sindicatos e grupos empresariais. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), Castelo ressalta que:

Os sociais-liberais brasileiros propõem medidas de cunho administrativo para aumentar a efetividade das políticas sociais: 1) focalização dos gastos sociais nos "mais pobres dos pobres", isto é, nos miseráveis; 2) avaliação do impacto das políticas sociais; e 3) integração dos programas sociais com todos os níveis governamentais – federal, estadual e municipal – e do setor privado (CASTELO, 2013, p.351-352).

Observa-se que a pressão dos movimentos sociais direciona a atuação do governo na execução das políticas públicas. Políticas públicas podem ser definidas como processos em que diversos grupos, com interesses divergentes, tomam decisões coletivas que orientam a sociedade, impactando a economia e a vida social. Assim, as políticas públicas são menos determinadas pela racionalidade dos agentes institucionais e mais pela capacidade da sociedade civil de influenciar as ações governamentais.

A definição de uma política pública passa por etapas: a primeira é a identificação das demandas e definição da agenda; a segunda, a formulação; a terceira, a implementação; e, por fim, a avaliação. O Plano Nacional de Educação tem papel histórico na educação brasileira, desde 1823, com a elaboração da primeira Constituição. O documento apresenta as atribuições do Estado conforme a Constituição e define as competências e ações da União, dos Estados e dos municípios.

### POLÍTICAS PÚBLICAS NO TRANSPORTE ESCOLAR

Atualmente, existem duas políticas públicas prioritárias para o transporte escolar: o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE). Ambas estão sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Ministério da Educação (MEC) criou e implementou o Programa Caminho da Escola em 2007, com o objetivo de garantir o acesso diário e a permanência dos estudantes residentes em áreas rurais e ribeirinhas nas escolas públicas de educação básica.

O programa oferece ônibus, embarcações e bicicletas fabricados especialmente para trafegar em regiões com dificuldades de acesso às unidades de ensino, sempre com foco na segurança e na qualidade do transporte escolar. Também busca possibilitar a participação dos estudantes em atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou de lazer previstas no plano de ensino e realizadas fora do ambiente escolar (BRASIL, Ministério da Educação, 2007).

São beneficiados por esse programa estudantes da rede pública de educação básica, prioritariamente os residentes em áreas rurais ou ribeirinhas. Gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal são responsáveis pela aquisição dos veículos, que pode ser realizada por meio de recursos do FNDE, recursos próprios ou linhas de crédito junto a instituições financeiras.

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2004), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) visa garantir o acesso à educação básica pública por meio do transporte escolar. O PNATE consiste

na transferência automática de recursos para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freios, suspensão, câmbio, motor, elétrica, e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte dos alunos da educação básica pública. (Brasil, 2004, p.10).

Os recursos são destinados aos alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais que utilizam transporte escolar. Os valores são transferidos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sendo depositados em duas parcelas anuais, preferencialmente nos meses de março e agosto. O cálculo do montante financeiro destinado anualmente aos entes federados é baseado no censo escolar do ano anterior, multiplicado pelo valor per capita definido e disponibilizado para consulta na página do FNDE.

## CONDIÇÕES ATUAIS DO TRANSPORTE ESCOLAR

Quando analisamos as duas políticas apresentadas, 100% dos problemas relatados no transporte escolar em Juarina, Tocantins, estão relacionados à falta de eficácia na execução das políticas públicas (Pereira, Cordeiro, Nascimento, 2024), o que pode acarretar problemas como condições precárias dos veículos, falta de manutenção dos ônibus, estradas em más condições e ausência de um sistema mais organizado. Se os entes públicos responsáveis pela execução dessas políticas estivessem atentos, não haveria relatos de problemas nas condições do transporte escolar rural (Carvalho, Leite, Nascimento, 2016).

Os alunos são transportados principalmente em ônibus, kombis e vans escolares; porém, foram identificados problemas relacionados à frota. Alguns veículos são antigos, desconfortáveis e não possuem cinto de segurança para todos os passageiros.

A maioria dos alunos mora a mais de 700 metros do ponto de ônibus; outros precisam se deslocar até 1 km e esperar 30 minutos, enquanto alguns percorrem até 2 km e aguardam 40 minutos. O máximo registrado é 4 km até o ponto, o que faz com que muitos saiam de casa até uma hora antes para conseguir pegar o ônibus, além de terem que caminhar até o ponto.

Em relação à avaliação dos serviços prestados, constata-se que diversos aspectos precisam ser melhorados. De acordo com Gentil (2016), os itens que geraram maior insatisfação foram o conforto dos assentos, as condições ambientais dentro dos veículos, a limpeza e o estado de conservação, além da frequência com que os ônibus quebram. Entre as sugestões de melhoria, a aquisição de veículos novos foi a mais citada na pesquisa (Gentil, 2016, p. 123).

Por fim, o tempo médio de deslocamento até a escola é de até 30 minutos para alguns alunos, enquanto outros levam até uma hora. As condições das estradas são precárias, havendo situações em que os ônibus não conseguem passar para buscar os alunos devido às vias de acesso

ruins, estradas alagadas, pontes quebradas ou lamaçal. Em alguns casos, os ônibus ficam semanas sem circular por problemas mecânicos, e os estudantes chegam à escola e precisam esperar mais de meia hora para que os portões sejam abertos. Observa-se, portanto, que o transporte escolar público, especialmente na zona rural, necessita de investimentos em veículos, melhoria das estradas e capacitação dos motoristas para garantir a prestação de um serviço de qualidade.

### CONSIDERAÇÕES

De acordo com a pesquisa, mesmo diante da ausência do gestor municipal da política de educação, foram apresentados elementos relevantes para a reflexão sobre o transporte escolar rural em Juarina, Tocantins. É essencial destacar a importância do transporte escolar rural no município, pois, além de viabilizar o acesso à educação, contribui para a inclusão social e o desenvolvimento da comunidade.

Dessa forma, é fundamental que sejam realizados investimentos no setor, visando a melhoria contínua do serviço e do atendimento prestados aos alunos da região. Com base nessas condições, foram elaboradas propostas de ações para aprimorar o serviço oferecido, ressaltando a necessidade de fornecer informações relevantes para futuras tomadas de decisão e melhorias na área.

Constatou-se também que, apesar do transporte escolar ser a única forma de atender às necessidades de deslocamento dos alunos residentes em áreas rurais, diversos aspectos precisam ser aprimorados, como o conforto dos assentos e as condições gerais dos veículos, incluindo limpeza e estado de conservação.

Este artigo, que aborda os impactos do transporte escolar no meio rural e a realidade do município de Juarina, Tocantins, busca contribuir para a melhoria da qualidade do transporte oferecido aos estudantes, garantindo sua integridade e acesso igualitário à educação. Além disso, visa

fomentar a discussão e conscientização sobre a importância de um transporte escolar eficiente e seguro para o meio rural.

A avaliação da segurança e da efetividade do transporte escolar em assentamentos rurais é crucial para garantir o acesso à educação de qualidade para todas as crianças. A pesquisa proposta neste projeto pretende fornecer informações importantes sobre a percepção dos pais e responsáveis, bem como sobre as condições do serviço de transporte escolar. Espera-se que os resultados contribuam para melhorias no serviço, promovendo acesso igualitário à educação para todas as crianças das áreas rurais.

Diante da análise realizada, conclui-se que os objetivos do estudo foram parcialmente alcançados. A pesquisa qualitativa permitiu identificar os principais desafios relacionados ao transporte escolar no meio rural, mas não foi possível coletar dados quantitativos suficientes para uma análise mais abrangente da realidade do município de Juarina. Os resultados mostram que os serviços de transporte escolar enfrentam desafios significativos, incluindo veículos antigos e desconfortáveis, ausência de cintos de segurança, problemas de manutenção e condições precárias das estradas. A falta de investimentos em infraestrutura e a precarização dos serviços municipais contribuem para agravar essa situação.

Embora existam políticas públicas como o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, conhecido pela sigla PNATE, sua execução tem sido ineficaz, resultando em problemas como condições precárias dos veículos, falta de manutenção, estradas em más condições e ausência de um sistema organizado. Portanto, é fundamental que o poder público promova ações concretas para melhorar o transporte escolar no meio rural de Juarina, Tocantins, e em outras localidades rurais que enfrentam desafios semelhantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Artigos 6º e 193.

BRASIL. Lei Nº 10.880 de 09 de Junho de 2004. Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, Brasília- DF, 2004.

CARVALHO, W. L.; LEITE, P. de S.; NASCIMENTO, H. P. O Processo Evolutivo do Transporte Escolar Rural Brasileiro no Modo Rodoviário. REEC - Revista Eletrônica de Engenharia Civil, Goiânia, v. 13, n. 1, nov. 2016. DOI: 10.5216/reec.v13i1.42400. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/reec/article/view/42400>. Acesso em: 12 fev. 2025

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. MOTA, Ana Elizabete (org.). São Paulo: Cortez, 2013.

GENTIL, Rafaelli Freire Costa. *Avaliação do impacto do transporte escolar para alunos de uma Instituição Federal de ensino*. Natal (RN). 266 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25288>. Acesso em: 02/11/2024.

GOULART, Livia Mara Lima; Morais, Alaine Andrade de Vieira; JR, Nilton. Tempo de permanência no transporte escolar sobre o desempenho estudantil. *Interritórios | Revista de Educação*. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL | V.5 N.9 [2019]

HANSEN, W. G.. How accessibility shapes land use. *Journal of the American Institute of Planners*, 25(2), 73-76. 1959

Pereira, Andrielle Dias dos Santos; CORDEIRO, Yvens Ely Martins; NASCIMENTO, Afonso Welliton de Sousa. Política Pública de Transporte Escolar: reflexões sobre avanços, desafios e perspectivas no âmbito federal. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 18. Maio de 2024.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. *Políticas Públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. [Et Al]. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. In: *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/72132/41081>> Acesso em: 02/11/2024.

SILVER, H.. Social exclusion and social solidarity: Three paradigms. *International Labour Review*, 133(5-6), 531-578. 1994

VECCHIO, Giorgio Del. *Lezioni di filosofia del diritto*. Imprenta: Milano, A. Giuffre, 1958.

**Fontes adicionais:**

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/juarina/pesquisa/23/24248?tipo=rankin>  
[g](#)

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/criancas-e-adolescentes-se-arriscam-em-corrego-para-pegar-onibus-escolar.ghtml>.

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/estudantes-ficam-sem-aula-apos-onibus-atolar-em-estrada-precario-no-tocantins.ghtml>

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/estudantes-ficam-sem-aula-apos-onibus-atolar-em-estrada-precario-no-tocantins.ghtml>

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate> acesso 02/11/2024

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola> acesso 02/11/2024

## CAPÍTULO 10

# ANÁLISE DA POLÍTICA DE SAÚDE NO ASSENTAMENTO P.A EM JUARINA- TOCANTINS: REFLEXÕES SOBRE O ACESSO ÀS AÇÕES DE SAÚDE.

Lucas Inácio de Lima Santos<sup>28</sup>  
Josenice Ferreira dos Santos Araújo<sup>29</sup>

### RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar as ações das políticas públicas de saúde implementadas no projeto de assentamento Juarina, localizado no estado do Tocantins. A pesquisa visa identificar as ações e serviços que são ofertados e implementados no citado território e as implicações observadas na qualidade de vida da população usuária. Metodologicamente, coletamos dados por meio de análise documental e mapeamos as principais iniciativas de saúde já existentes na comunidade, como também relatamos os desafios que ainda precisam ser superados para a efetivação de outras ações em saúde. Com base nos resultados, o estudo relatou o conjunto de ações que poderiam ser implementadas para fortalecer a saúde local de forma preventiva e curativa, na busca por promover a participação da comunidade na garantia do acesso mais efetivo e eficaz aos serviços de saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE, ASSENTAMENTO.

### ABSTRACT:

This article aims to analyze the public health policy actions implemented in the Juarina settlement project, in the state of Tocantins. The research seeks to identify the actions and services offered and implemented in the aforementioned territory, as well as the observed implications for the users' quality of life. Methodologically, data were collected through document analysis, mapping the main health initiatives already existing in the community, while also reporting the challenges that still need to be overcome to effectively implement other health actions. Based on the results, the study reported a set of actions that could be implemented to strengthen local healthcare in both preventive and curative ways, seeking to promote community participation to ensure more effective and efficient access to health services.

**KEYWORDS:** PUBLIC HEALTH POLICIES, SETTLEMENT.

---

<sup>28</sup> Bacharel em Serviço Social pelo Pronera/UFT. E-mail: lucasinaciolima776@gmail.com.

<sup>29</sup> Assistente Social e Mestra em Sociologia pela UFPB. Doutora em Política Social pela UnB, Professora Adjunta 4 na Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: joseniceferreira@mail.uft.edu.br

## INTRODUÇÃO

A atenção à saúde no Brasil, por meio de sua política, possui caráter universalista, estabelecido no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, e busca garantir o acesso a serviços e ações, especialmente em áreas rurais e assentamentos, conforme dados do Governo Federal do ano de 2020.

Partindo dessa premissa, o projeto de assentamento Juarina, no Tocantins, criado com o objetivo de promover a reforma agrária, apresenta características socioeconômicas e culturais que influenciam a implementação dessa política para a população assentada no território, segundo aponta Santana no ano de 2021. Assim, este estudo busca analisar a materialização das políticas públicas de saúde em suas ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Como caminho metodológico escolhido e para compreender a eficácia das políticas públicas em saúde no assentamento Juarina, foi necessário considerar diversos fatores e determinações sociais que afetam cotidianamente a realidade local. A análise abrangeu aspectos como infraestrutura de saúde, capacitação dos profissionais que atuam na região, acessibilidade aos serviços de saúde e participação da comunidade na construção e implementação dessa política no território.

Um dos pontos iniciais abordados foi a infraestrutura de saúde. Observa-se que, em muitos assentamentos rurais, é comum encontrar unidades básicas de saúde escassas e distantes dos centros urbanos, o que dificulta o acesso a serviços e especialidades necessárias para a população assentada, conforme exposto por Oliveira em 2019. Diante disso, acredita-se ser essencial analisar o assentamento Juarina, no Tocantins, por meio de seus equipamentos sociais, verificando se dispõe de consultas e exames adequados à atenção primária e se atende às necessidades da população local, além de averiguar a presença de profissionais de saúde, médicos,

enfermeiros, agentes comunitários e outros especialistas que visem garantir um atendimento universalista e de qualidade.

Buscou-se também, como indicador, observar a capacitação e formação dos profissionais de saúde que atuam no assentamento, para verificar se possuem qualificação adequada e atualização constante, garantindo a prestação de serviços adequados, sobretudo em contextos cujas demandas diferem das observadas em áreas urbanas, de acordo com Almeida e Oliveira em publicação de 2019.

A população rural e camponesa enfrenta uma rotina intensa, com jornadas de trabalho de até 10 horas diárias, especialmente na agricultura familiar, que envolve membros desde a infância até idosos. Isso contribui para a ocorrência de diversas enfermidades, como hipertensão, diabetes, viroses, gravidez na adolescência e doenças degenerativas ósseas.

Além disso, observou-se a existência de programas e ações limitados para o suporte básico em materiais médicos, o que impacta a qualidade do atendimento. Sob a perspectiva das condições rurais, a acessibilidade aos serviços de saúde deve ser analisada considerando o transporte e a mobilidade da população, pois muitos moradores enfrentam dificuldades para se deslocar até as unidades de saúde, o que pode acarretar adiamento de tratamentos e diagnósticos, conforme as análises de Lima e colaboradores no ano de 2020. Além disso, nem sempre estão disponíveis especialistas como médicos e enfermeiros, nem a medicação adequada, havendo apenas remédios paliativos para determinadas doenças.

Do ponto de vista teórico, com o conceito ampliado de saúde, a interseccionalidade e a transversalidade política deveriam promover transporte público ou serviços de saúde itinerantes, com atendimento especializado, medicação, vacinação disponível e estratégias preventivas eficazes ao perfil das famílias assentadas da agricultura familiar, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida, como idosos, gestantes e portadores de doenças autoimunes.

Destaca-se, ainda, a participação e organização política da comunidade como instrumento de enfrentamento e mobilização por direitos sociais em saúde, por meio da elaboração, execução e busca de iniciativas necessárias para a promoção da saúde e da vida, com base nas formulações de Silva e Santos no ano de 2018.

Na pesquisa, percebeu-se que uma ferramenta relevante para a materialização da política de saúde foi a promoção de espaços de diálogo e escuta ativa com os moradores do assentamento, contribuindo para a identificação quantitativa das famílias usuárias, das principais necessidades em saúde, dos serviços ofertados e dos desafios enfrentados. Isso subsidiou o debate de ações coletivas alinhadas com a realidade local, ainda que haja focalização em determinadas doenças.

No âmbito rural, observa-se uma integração entre a saúde pública convencional e a saúde popular. A comunidade rural busca valorizar o conhecimento popular e as práticas tradicionais de cuidado para enriquecer as estratégias de saúde pública e vice-versa. Os resultados obtidos a partir dessa abordagem dialética indicam a percepção valiosa sobre a eficácia das políticas públicas em saúde no assentamento Juarina, por meio de uma educação que considera conjuntamente conhecimentos populares e científicos nos tratamentos.

A partir da análise dos dados coletados, foi possível propor recomendações para otimizar o atendimento à saúde, promover melhor acesso para a população local e contribuir para a construção de um sistema de saúde equitativo, plural e universalista. Para compreender o caminho metodológico seguido, apresentaremos a sistematização das abordagens qualitativas utilizadas no item a seguir.

### CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada nos critérios de Minayo do ano de 2012. Além disso, foram analisados documentos oficiais, como planos municipais de saúde e

relatórios de atividades. Esses documentos complementaram as informações obtidas nas entrevistas, fornecendo um panorama estrutural e organizacional dos serviços de saúde, bem como dados sobre cobertura vacinal, acessibilidade e gestão dos recursos disponíveis. Essa triangulação de dados fortaleceu a validade da pesquisa, permitindo uma compreensão mais rica e contextualizada da realidade enfrentada pelos usuários do assentamento.

Os resultados indicaram que, apesar dos avanços na oferta de serviços de saúde, ainda existem lacunas significativas a serem preenchidas. Questões como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais de saúde e a dificuldade de acesso a medicamentos permanecem como desafios persistentes. Com base nas análises realizadas, a pesquisa sugeriu a necessidade de estratégias que promovam a participação ativa da comunidade na construção de soluções para os problemas identificados. A inclusão de representantes dos moradores nas discussões sobre políticas de saúde, assim como a capacitação dos profissionais para atender às especificidades da população local, foram algumas das recomendações apresentadas.

Em suma, este estudo evidenciou não apenas as ações e serviços cotidianos, mas também as fragilidades do sistema de saúde na região. Por meio de reuniões e mobilizações durante a pesquisa-ação, destaca-se o potencial da participação comunitária como instrumento vital para a melhoria das condições de saúde e bem-estar dos moradores do assentamento. As conclusões aqui apresentadas servirão de base para futuras intervenções e pesquisas científicas, contribuindo para um diálogo mais efetivo entre a comunidade e os serviços de saúde, além de colaborar com as pesquisas no campo do Serviço Social e da Política de Saúde.

### CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICA EM SAÚDE

A saúde pública no Brasil tem suas raízes na criação do sistema de saúde pública no início do século XX, quando surgiram as primeiras iniciativas para controlar epidemias e melhorar as condições sanitárias da

população, segundo dados históricos do Governo Federal de 2020. Com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil consolidou a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, estabelecendo as bases para o Sistema Único de Saúde, conforme explica Oliveira em 2019.

A partir de então, o Sistema Único de Saúde tornou-se um marco na política pública de saúde, oferecendo acesso universal e gratuito aos serviços de saúde, de acordo com Santana em estudo de 2021. Essa política pública tem como objetivo garantir o acesso equitativo e universal aos serviços de saúde e o bem-estar da população brasileira, conforme destacam Lima e colaboradores no ano de 2020.

A saúde pública é fundamental para promover a equidade social e atender às necessidades de saúde de todos os cidadãos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade, como destaca o relatório da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde do ano de 2011. Como afirmou o ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha, a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, enfatizando a responsabilidade do governo em garantir cuidados de saúde para toda a população.

Nos últimos anos, a saúde pública brasileira enfrentou grandes desafios, como a pandemia de covid-19, que evidenciou a importância de um sistema de saúde robusto e bem estruturado, conforme destaca Silva e colaboradores em publicação de 2020. O trabalho de profissionais de saúde, gestores e pesquisadores tornou-se fundamental nesse contexto. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, tem ressaltado a importância da integração entre os diversos níveis de atenção à saúde e a necessidade de políticas públicas que priorizem a saúde coletiva e a prevenção.

A atuação de organizações não governamentais e movimentos sociais é fundamental na defesa de melhorias nas políticas de saúde pública, segundo apontam Silva e Santos em 2018. O Movimento Nacional pela Saúde tem sido um exemplo crucial de como esses atores sociais podem mobilizar a sociedade civil e pressionar por mudanças que garantam o direito à saúde, conforme destaca Oliveira em 2019.

Essa mobilização é essencial para um debate mais amplo e inclusivo sobre as políticas de saúde pública, permitindo que a sociedade civil participe ativamente da formulação e implementação dessas políticas, de acordo com Lima e colaboradores em 2020. Além disso, a atuação desses atores sociais também pode influenciar a agenda política e garantir que las necessidades de saúde da população sejam priorizadas, conforme indica Santana em 2021.

Portanto, a saúde pública no Brasil é uma construção coletiva que envolve o Estado, profissionais de saúde, cidadãos e organizações da sociedade civil. Sua importância transcende o simples fornecimento de serviços, sendo essencial para a promoção da justiça social e a melhoria da qualidade de vida da população. O fortalecimento das políticas públicas de saúde é vital para enfrentar os desafios atuais e futuros, garantindo que todos tenham acesso a uma saúde de qualidade.

### **CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE NO ASSENTAMENTOS RURAIS NO TOCANTINS.**

As políticas públicas de saúde voltadas para assentamentos rurais no Tocantins são fundamentais para garantir o acesso a serviços de qualidade para populações que, frequentemente, enfrentam dificuldades devido à localização geográfica, à falta de infraestrutura e à vulnerabilidade social. A saúde é um direito constitucional no Brasil, e as políticas devem ser inclusivas, considerando as particularidades de cada região e grupo populacional.

Uma das principais diretrizes das políticas públicas de saúde no país é a integralidade do cuidado, que busca atender às necessidades de saúde de forma ampla e contínua. No contexto dos assentamentos rurais, essa abordagem é crucial, pois as comunidades enfrentam desafios específicos, como alta incidência de doenças relacionadas ao trabalho rural, falta de saneamento básico e acesso limitado a serviços de saúde.

De acordo com Santos e colaboradores no ano de 2021, no estudo intitulado *A saúde nos assentamentos rurais: desafios e perspectivas*, as políticas públicas devem considerar as realidades locais para serem efetivas. O estudo destaca a importância da participação da comunidade na elaboração e implementação dessas políticas, garantindo que as intervenções sejam adequadas e aceitas pela população.

Além disso, a Estratégia de Saúde da Família tem se mostrado eficaz para levar atenção básica à população rural. Conforme Almeida e Oliveira no ano de 2019, em trabalho sobre a importância da Estratégia de Saúde da Família nos contextos rurais, essa estratégia promove uma abordagem que integra prevenção, promoção e tratamento, permitindo acompanhamento contínuo da saúde da comunidade e facilitando o acesso a serviços especializados quando necessário.

A importância dessas políticas reflete-se também na melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Lima e colaboradores em 2020 destacam que a implementação de ações de saúde nos assentamentos contribui para a redução das desigualdades sociais e melhora indicadores, como a redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida.

Paralelamente, as políticas públicas de saúde para assentamentos rurais no Tocantins beneficiam diretamente a saúde da população, promovendo a inclusão social e o fortalecimento da cidadania. Como afirmam Silva e Santos no ano de 2018, em estudo sobre políticas de saúde e inclusão social nas comunidades rurais, a saúde é um pilar essencial para o desenvolvimento social e econômico, e investir na saúde dessas comunidades é investir no futuro do país.

Esses estudos evidenciam a necessidade de políticas públicas de saúde sensíveis às realidades dos assentamentos rurais, promovendo equidade e acesso a serviços essenciais para a população.

### **BREVES RESULTADOS**

O projeto de assentamento Juarina, uma comunidade rural com cerca de 300 famílias, enfrenta desafios significativos no acesso à saúde. De acordo com o modelo de determinantes sociais da saúde proposto pela Organização Mundial da Saúde no ano de 2011, a localização geográfica e as condições socioeconômicas desempenham papel crucial na determinação dos níveis de saúde da população.

Nesse sentido, a distância em relação aos centros urbanos e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde são barreiras importantes para a população do assentamento. Contudo, algumas iniciativas têm sido implementadas para superar esses desafios. O Programa Saúde da Família, por exemplo, tem se mostrado eficaz ao possibilitar acompanhamento contínuo das famílias e ações de prevenção e promoção da saúde, segundo dados governamentais de 2019.

Além disso, campanhas de vacinação periódicas desempenham papel fundamental na redução de doenças preveníveis por vacina, especialmente entre crianças. Ainda assim, muitos moradores enfrentam dificuldades para acessar atendimentos especializados. Segundo o conceito de acesso à saúde formulado por Penchansky e Thomas no ano de 1981, o acesso não se limita à disponibilidade de serviços, mas também envolve aceitabilidade, acessibilidade e adequação. Por isso, é fundamental a articulação entre as diferentes esferas de governo e a comunidade para superar os obstáculos existentes.

A implementação de programas de transporte rural pode facilitar o deslocamento dos moradores até centros de saúde e hospitais, tornando o acesso a atendimentos especializados mais viável. Parcerias com organizações não governamentais e iniciativas locais também podem contribuir para soluções inovadoras que atendam às necessidades específicas da população.

A capacitação dos profissionais de saúde que atuam na área é essencial para garantir a qualidade dos serviços oferecidos, como aponta Oliveira em 2019. Investir em formação continuada e em práticas integrativas,

que unam saberes populares e médicos, pode ampliar o leque de serviços disponíveis no próprio assentamento, evitando deslocamentos para atendimentos básicos.

Além disso, a formação de agentes comunitários de saúde é crucial para um atendimento mais humano e próximo da realidade dos moradores, segundo as análises de Silva e Santos do ano de 2018. Esses agentes, que conhecem as particularidades da região e da comunidade, desempenham papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças.

Por meio de debates e reuniões comunitárias, sugere-se que os governantes promovam workshops, palestras e atividades educativas em escolas e associações de moradores, aumentando a conscientização sobre prevenção de doenças e autocuidado, seguindo as diretrizes de Green e Kreuter do ano de 2005. Assim, a comunidade se torna mais engajada em buscar soluções para seus próprios desafios de saúde.

É importante ressaltar que a participação ativa da comunidade nas decisões relacionadas às políticas de saúde é necessária para maior eficácia nos atendimentos. A criação de conselhos comunitários de saúde pode garantir que as vozes dos moradores sejam ouvidas e suas demandas consideradas na formulação e implementação de ações nos Planos Plurianuais, conforme orientações oficiais de 2019.

Abordagens participativas, como reuniões e rodas de conversa, fortalecem o vínculo entre população e serviços de saúde, promovendo senso de pertencimento e responsabilidade coletiva. Em suma, embora o assentamento Juarina enfrente desafios complexos no acesso à saúde, a combinação de políticas públicas efetivas, educação em saúde, capacitação profissional e participação comunitária pode contribuir para a construção de um sistema de saúde mais justo e acessível para todos os moradores.

## CONSIDERAÇÕES

As políticas públicas de saúde no projeto de assentamento Juarina apresentam avanços significativos, especialmente com a implementação do Programa Saúde da Família e das campanhas de vacinação. No entanto, ainda há inúmeros desafios a serem enfrentados, como o acesso a serviços especializados para crianças, mulheres, jovens e idosos, além da necessidade de melhorias na infraestrutura de transporte e nos recursos humanos.

Para que as políticas de saúde sejam efetivas, destaca-se como ferramenta eficaz o diálogo constante entre a comunidade, os profissionais de saúde e os gestores públicos, na busca por soluções que atendam às necessidades locais. Além disso, é fundamental adotar estratégias de promoção da saúde integradas a ações intersetoriais e interseccionais, envolvendo educação, assistência social, saneamento básico e considerando condições de gênero, raça, faixa etária, entre outros aspectos relevantes.

A intersetorialidade e a multidisciplinaridade garantem uma abordagem holística e sustentável, que não apenas trate e previna doenças, mas também promova conhecimento e qualidade de vida. A capacitação contínua dos profissionais de saúde é outro ponto relevante, pois investir na formação e atualização dos trabalhadores pode melhorar a qualidade do atendimento e a eficácia das intervenções realizadas no assentamento.

A participação da comunidade nos processos de formação e monitoramento das políticas de saúde pode gerar senso de pertencimento e responsabilidade, fortalecendo a coesão social e mobilizando para o cuidado coletivo. Por fim, é imprescindível que os gestores públicos busquem fontes de financiamento e parcerias que possibilitem a ampliação e qualificação dos serviços oferecidos, pois, sem recursos públicos, não é possível materializar nenhuma política, especialmente a de saúde, tão necessária para a sociabilidade humana.

Ao buscar recursos federais, estaduais ou por meio de cooperação com organizações não governamentais e setor privado, todos são

fundamentais para a introdução de inovações e a adoção de experiências exitosas de outros contextos rurais. Em suma, o fortalecimento das políticas públicas de saúde no assentamento Juarina requer um esforço conjunto e contínuo, no qual a escuta ativa das necessidades da comunidade e o compromisso com a melhoria das condições de vida sejam pilares centrais.

Durante a realização desta pesquisa, enfrentamos algumas dificuldades na coleta e análise dos dados. Uma das principais foi a falta de acesso a informações atualizadas e confiáveis sobre a saúde no assentamento Juarina. Além disso, a coleta por meio de entrevistas e questionários pode ter introduzido vieses e limitações na análise. Outra dificuldade foi a escassez de recursos financeiros e humanos para realizar uma análise mais aprofundada e detalhada.

De modo geral, a pesquisa cumpriu seus objetivos específicos, pois permitiu analisar as políticas públicas em saúde, identificar as principais dificuldades enfrentadas pela comunidade e propor soluções e recomendações para a melhoria dessas políticas.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M.; OLIVEIRA, J. A. A importância da Estratégia de Saúde da Família nos contextos rurais. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, v. 35, n. 2, p. 145-156, 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

CECCIM, R. B.; Feuerwerker, L. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis - Rev. Saúde Coletiva*, v.14, n.1, p.41-65, 2004a.

LIMA, et al. O SUS e a Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectiva resultados, avanços e desafios em tempos de crise. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, v. 43, n. 3, p. 1-13, 2020.

MENDES, E. V. O Sistema Único de Saúde (SUS) e a saúde pública no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, 42(1), 1-13. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Editora Hucitec; 2012.

Organização Mundial da Saúde. *Relatório Mundial da Saúde 2019*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. 2019

OLIVEIRA, J. A. A Saúde no Campo: Desafios e Perspectivas. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, v. 35, n; 2, p. 145-156, 2019.

PAIM, J. S., & ALMEIDA FILHO, N.. A saúde pública no Brasil: uma visão histórica. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, 41(1), 1-11. 2017,

SANTANA, L. M. *Políticas Públicas e Saúde: Uma Análise da Experiência em Assentamentos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Tocantins, 2021. \*revista 15.3\_15.pmd

SILVA, R. M.; SANTOS, L. M. Políticas de Saúde e Inclusão Social: Um olhar sobre as comunidades rurais. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, v. 42, n. 2, p. 257-266, 2018.

## CAPÍTULO 11

# PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA VOLTADA A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL: O TRABALHO SOCIAL COM A POPULAÇÃO VENEZUELANA EM AÇAILÂNDIA-MARANHÃO

“É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los  
Dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos,  
Mais justos, mais solidários.  
Marilda V. Yamamoto”

Marcelo de Jesus Sousa<sup>30</sup>  
Maria Helena Cariaga<sup>31</sup>

### RESUMO:

O trabalho apresenta uma pesquisa sobre a proteção social básica voltada a imigrantes e refugiados no Brasil, destacando o trabalho realizado pelas instituições de assistência social com a população venezuelana no município de Açailândia, no estado do Maranhão, os aspectos históricos das migrações e a busca por refúgio em outros países, além de conceituar tais fenômenos. Relata a origem da população venezuelana da etnia Warao hoje residente no município, como chegaram até a cidade, um pouco de suas características de organização social e como foram inseridos nas políticas públicas de proteção social básica no município. Usou-se de uma metodologia específica na qual realizou-se pesquisa qualitativa bibliográfica em artigos já publicados acerca do tema, análise de projetos de instituições de assistência que trabalham atuando com esse grupo e uma pesquisa de campo realizada em órgãos públicos: Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Centro de Referência de Assistência Social, Secretaria Municipal de Assistência Social e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, na intenção de esclarecer indagações acerca do objeto estudado. Também é feito um pequeno recorte sobre essa nova expressão da questão social que surgiu na cidade de Açailândia e as dificuldades da atuação dos profissionais de Serviço Social em uma época de calamidade pública mundial referente à contaminação em massa da covid-19, exatamente no momento da chegada dos primeiros refugiados.

**Palavras-Chave:** Proteção social básica. Imigrantes. Refugiados. Indígenas venezuelanos.

### ABSTRACT:

The paper presents a study on basic social protection for immigrants and refugees in Brazil, highlighting the work carried out by social assistance institutions with the Venezuelan population in the municipality of Açailândia, in the state of Maranhão, the historical aspects of migrations and the search for refuge in other countries, besides conceptualizing such phenomena. It reports the origin of the Venezuelan population of the Warao ethnicity currently residing in the municipality, how they arrived in the city, some of their social organization characteristics, and how they were integrated into the public policies of basic social protection in the municipality. A specific methodology was used, consisting of

---

<sup>30</sup>Bacharel em Serviço Social, em 2024 pelo Curso de graduação em Serviço Social/PRONERA/ INCRA/Universidade Federal do Tocantins. E-mail: marcelosy.ms@gmail.com

<sup>31</sup>Docente no curso de graduação em Serviço Social Pronera/UFT/INCRA e do Programa de pós graduação em Serviço Social (PPGSSocial / UFT).

qualitative bibliographical research in articles already published on the subject, analysis of projects from assistance institutions working with this group, and field research carried out in public institutions: the Public Defender's Office of the State of Maranhão, the Reference Center for Social Assistance, the Municipal Secretariat of Social Assistance, and the Carmen Bascarán Center for the Defense of Life and Human Rights, aiming to clarify questions regarding the object of study. A brief analysis is also made regarding this new expression of the social question that emerged in the city of Açailândia and the challenges faced by Social Work professionals during a period of global public calamity related to the mass contamination of covid-19, precisely at the time of arrival of the first refugees.

**Keywords:** Basic social protection; Immigrants; Refugees; Venezuelan Indigenous peoples.

## INTRODUÇÃO

A elaboração deste artigo tem por finalidade desenvolver e apresentar uma pesquisa voltada ao objeto de estudo da proteção social básica dirigida a imigrantes e refugiados no Brasil, com foco no trabalho social com a população venezuelana em Açailândia, no Maranhão.

Para o desenvolvimento do trabalho e a avaliação dos resultados alcançados, foram estabelecidos alguns parâmetros direcionadores para a pesquisa, que incluem a definição do objeto de estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos. O objetivo geral é identificar a proteção social básica destinada a imigrantes e refugiados no Brasil, com foco no trabalho das instituições de assistência social junto à população venezuelana em Açailândia, no Maranhão. Os objetivos específicos são: relatar os principais fatores que causam a imigração e a busca por refúgio no Brasil, contextualizar as ações de proteção social básica direcionadas a esses imigrantes e enfatizar o trabalho das instituições de assistência social no que diz respeito à proteção social básica dessa população.

O movimento de pessoas entre territórios e estados é historicamente conhecido e de grande importância para a formação social, cultural e econômica mundial. As migrações marcaram e moldaram a história da humanidade, motivadas por diversos fatores que podem ser classificados como leves, a exemplo das migrações em busca de emprego, segurança ou estabilidade no país de destino, ou de natureza grave, como guerras, fome, revoltas, epidemias e tragédias naturais no país de origem, incluindo ainda a migração forçada, como ocorreu no período escravocrata com o tráfico de escravos.

A imigração caracteriza-se pelo deslocamento de pessoas entre territórios ou regiões de determinados países, emissores e receptores. No entanto, os indivíduos deslocados recebem diferentes denominações, de acordo com o contexto que motivou sua movimentação. Assim, refugiados

são pessoas que estão fora de seu país de origem por temor de perseguição, conflitos, violência ou outras circunstâncias que perturbem gravemente a ordem pública, tendo direito à proteção internacional obrigatória. Já o imigrante é caracterizado como alguém que realiza um processo voluntário em busca de melhores condições de vida, aplicando-se às pessoas que pretendem fixar residência permanente no país acolhedor, o que não impede que esses imigrantes também enfrentem dificuldades ou situações de vulnerabilidade.

Segundo Estimable e Botega, em publicação do ano de 2023, na página 47, confundir os termos e conceitos de refugiados e imigrantes pode enfraquecer o suporte a essas populações, especialmente em um momento em que os refugiados necessitam ainda mais dessa proteção.

Atualmente, os principais fatores que impulsionam a busca por refúgio no Brasil derivam de condições adversas que resultam em miséria, fome, doenças e altos índices de mortalidade, às quais as pessoas estão submetidas em situações de risco. A população vê-se obrigada a abandonar seu país de origem, seu pertencimento e cultura contra sua vontade, como única forma de sobrevivência, tornando-se refugiada em outros países.

Assim, o caráter de refugiado relaciona-se à evidência de suas necessidades negligenciadas, diferentemente do imigrante que se desloca em busca de melhores condições de vida, o refugiado desloca-se em busca de alguma condição de vida, dessa forma todo refugiado pode ser considerado um imigrante, mas nem todo imigrante pode ser considerado um refugiado (PARK, 2015; apud SOUSA, 2019 p. 02).

No Brasil, a partir de 2010, a complexidade da migração passou a integrar a agenda política. Com a chegada de imigrantes e refugiados haitianos, senegaleses, cubanos, venezuelanos, entre outras nacionalidades, surgiu a necessidade de elaborar e implementar políticas públicas específicas para os recém-chegados (Fernanda, 2022, p. 11).

As crises humanitárias, econômicas e políticas enfrentadas por diversos países latino-americanos transformaram o Brasil em um dos principais destinos para o refúgio e a migração no continente sul-americano.

Entre os anos de 2010 e 2020, o país registrou a entrada de cerca de 986 mil imigrantes, sendo os venezuelanos o destaque como principal nacionalidade, reflexo do desgaste político e econômico que a Venezuela vem sofrendo desde 2015, de acordo com os dados divulgado pelo observatório da Migrações Internacionais (OBMigra), (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2020 apud FERNANDES, 2022, p.11).

O Brasil é signatário dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos e integra a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, bem como seu Protocolo de 1967. Desde 1958, ao fazer parte do Comitê do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o país tem estabelecido normas que facilitam a concessão de vistos a imigrantes e refugiados afetados por violência, discriminação e preconceito em diversas partes do mundo.

O refúgio no país é regulamentado pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que estabelece os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados no Brasil:

Hoje no Brasil, grande parte do auxílio aos imigrantes e refugiados vem de instituições não governamentais como a Caritas, muito conhecida dentro da atuação nesta temática e de uma "rede solidária" de proteção para migrantes e refugiados em alguns estados brasileiros que reúne instituições articulada com o Instituto de Direitos Humanos (IMDH). As assistências dadas por estas instituições não governamentais, apesar de fundamental num contexto de ausência de direitos, não substituem a ação do Estado que se faz necessária no acesso aos direitos sociais através de políticas públicas (SANTOS; MIRANDA; BATISTA, 2018, p.16).

A importância desse tema para os profissionais de Serviço Social deve-se ao fato de que, a cada dia, intensifica-se o ingresso de estrangeiros em nosso país solicitando refúgio e proteção social. As dificuldades de inserção no país de destino, como ocorre também no Brasil, expõem essas pessoas à ausência de direitos e à grande precariedade, levando-as a buscar, nos serviços de assistência, saúde, educação, entre outros, o apoio necessário para reconstruírem suas vidas, inserindo-se aí o trabalho do assistente social.

Toda escolha de um objeto de pesquisa surge de uma dúvida, curiosidade, questionamento ou relato de uma experiência vivida por determinada pessoa ou grupo. Nesse sentido, optou-se por estudar este tema devido às experiências vivenciadas durante a realização do Estágio Supervisionado Obrigatório II e III do curso de Serviço Social, no Centro de Referência de Assistência Social Central, conhecido como CRAS Central, no município de Açailândia, no Maranhão. Esse período proporcionou contato direto com famílias de imigrantes venezuelanos, durante o desenvolvimento de ações planejadas e executadas pelas instituições de assistência social, englobando a Secretaria Municipal de Assistência Social e o CRAS, especificamente voltadas a essa população.

No entanto, durante esse período de contato com o grupo, surgiram diversas dúvidas sobre sua realidade, como o acesso à moradia, a inserção em programas e projetos de assistência, o acompanhamento e monitoramento dessas famílias, as ações de proteção social básica voltadas a elas e suas formas de acesso, como e quando chegaram à cidade, sua organização social e estrutura familiar, se seguem uma linha matriarcal ou patriarcal, se os chefes familiares são os mais idosos, entre outras questões. Essas dúvidas não puderam ser respondidas totalmente, pois, além da carga horária do estágio não ser extensa, as atividades desenvolvidas não se limitaram ao acompanhamento específico dessas famílias.

Essas questões só poderiam ser plenamente respondidas por meio de uma pesquisa abrangente em toda a rede de instituições que compõem a assistência social voltada para essa população. Foi nesse contexto que se pensou esta pesquisa, com o objetivo de aprofundar e ampliar as respostas a esses questionamentos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que contou também com observação participante.

Foram utilizadas as seguintes metodologias: pesquisa descritiva bibliográfica, com leitura de artigos e textos já produzidos sobre o tema, bem como de projetos nacionais disponíveis em portais oficiais como o do Ministério da Cidadania; pesquisa documental em projetos elaborados e

desenvolvidos dentro das instituições, como a Secretaria Municipal de Assistência Social, conhecida pela sigla SEMAS, e o CRAS Central de Açailândia, direcionados especificamente a essa demanda de usuários. Foram analisados instrumentais como fichas primárias de atendimento com nome, residência, número de documentos e número de familiares, além de fichas de visitas, registro de entrega de benefícios eventuais e documentos utilizados para cadastramento no Cadastro Único, na plataforma do Sistema Único da Assistência Social.

Para obtenção de informações diretas e mais específicas sobre como e quando essa população começou a chegar ao município, quais medidas foram adotadas diante dessa nova demanda, formas de acolhimento, encaminhamentos, identificação e inserção dos imigrantes na estrutura social de Açailândia, foi realizada uma pesquisa de campo nas seguintes instituições: Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Secretaria Municipal de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán. Foram realizados diálogos abertos com representantes dessas instituições sobre a atuação em relação à população refugiada, após apresentação da finalidade da pesquisa e comprovação do vínculo com a universidade.

Este estudo está fundamentado no Código de Ética do Assistente Social, que garante, no item "i", a liberdade para a realização de estudos e pesquisas, assegurados os direitos de participação dos indivíduos ou grupos envolvidos nos trabalhos, conforme o Código de Ética do Assistente Social, revisado no ano de 1997, na página 21.

As informações aqui apresentadas estão de acordo com os acontecimentos relacionados à chegada da população imigrante ou refugiada ao município, as medidas adotadas pelas instituições diante dessa nova expressão da questão social e o cenário atual dessa população na cidade. O estudo também busca destacar as características identitárias do povo Warao, como viviam em seu país de origem, sua organização social e cultural e como vem ocorrendo sua inserção no novo contexto social.

Cabe ainda ressaltar o breve recorte sobre como foi receber essa população e atuar diante das vulnerabilidades enfrentadas por esses novos usuários, recém-chegados, em um período de calamidade pública mundial provocado pela pandemia da covid-19.

### AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA VOLTADAS A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL

A Política Nacional de Assistência Social assume no Brasil um papel de proteção social, articulada às demais políticas que compõem a seguridade social brasileira. Todavia, somente cinco anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social foi legitimada como política de seguridade social, com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social, a LOAS, em 1993.

Como citado por Paiva, Moura e Lima em estudo de 2023, na página 2, a Constituição Federal de 1988 instituiu no Brasil um marco legal no processo histórico de construção de um sistema de proteção social, alicerçando os direitos humanos e sociais como responsabilidade pública dos três entes federativos.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993, Art.1º apud Paiva; Moura e Lima, 2023, p.09).

O aumento crescente de imigrantes e refugiados que se deslocam de seus países de origem e têm o Brasil como país de destino implica novas demandas para o sistema de proteção social atualmente vigente. Nesse sentido, torna-se necessário pensar em propostas que possam atender a essas demandas emergentes, especialmente no que se refere à Proteção Social Básica, considerando que essa população, em sua maioria, adentra o país em situação de vulnerabilidade, ou seja, sem recursos ou estrutura para sobreviver.

Em resposta a essas demandas relativas à Proteção Social Básica, as instituições de assistência social, por meio de serviços, programas, benefícios e projetos, bem como de ações que garantam o protagonismo da população refugiada e imigrante no acesso a direitos, à cidadania, às políticas sociais e à autonomia financeira, propõem sua inclusão nos serviços de assistência social e o encaminhamento para a rede socioassistencial e intersetorial, estabelecendo parcerias com instituições públicas e privadas para a qualificação profissional e o acesso ao mercado de trabalho.

É nesse sentido, que se aponta o trabalho da Proteção Social Básica, como principal porta de entrada das demandas sociais, onde proporciona a viabilização do atendimento de necessidades, da população refugiada e imigrante emergente no Brasil, visando conduzir esses sujeitos a um reconhecimento identitário, cultural, territorial, mas que possa produzir crescimento, em sua vivência, não sendo uma abordagem que dará fim a essas demandas desta população, mas que pode proporcionar a cada indivíduo subsídios que possam cooperar para a superação da situação de emergência, a partir do deslocamento forçado da migração para o Brasil (Paiva; Moura; Lima, 2023 p. 03).

Cientes da situação de vulnerabilidade em que se encontram muitos estrangeiros que migram para o Brasil, os operadores do Sistema Único de Assistência Social vêm ocupando os mais diversos campos de sua atuação para garantir os direitos dos imigrantes. O fenômeno da migração se manifesta de várias formas no território nacional, apresentando especificidades. O primeiro passo para assegurar o direito socioassistencial de pessoas em situação de refúgio e imigração é reconhecê-las como sujeitos de direitos, com proteções asseguradas tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto no plano internacional, conforme as orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário do ano de 2016.

Dessa forma, as tarefas referentes à recepção e integração da população estrangeira em território nacional extrapolam as responsabilidades da rede de Assistência Social, uma vez que envolvem questões relacionadas aos direitos humanos, jurídicos, trabalhistas, segurança pública, educação, saúde e seguridade social, entre outras.

A Política Nacional de Assistência Social prevê o ordenamento dos serviços em rede de acordo com os seguintes tipos de proteção social: Básica e Especial, esta última dividida em média e alta complexidade. O atendimento aos imigrantes deve estar garantido em todos os níveis de proteção, conforme as demandas apresentadas, com base nas diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário de 2016.

A proteção social básica reúne um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco pessoal.

Destina-se a população que tem acesso precário ou nulo aos serviços públicos, fragilização de vínculos afetivos e comunitários ou discriminação (etária, étnica, de gênero ou por deficiência), entre outras. A unidade de referência nos territórios para a oferta da atenção no âmbito da proteção social básica é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Além dos serviços socioassistenciais destaca-se na proteção social básica os benefícios assistenciais e os programas de transferência de renda, entre os quais o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o programa Bolsa Família (BF) (MDSA, 2016 p. 11).

Em relação aos serviços, o Programa Bolsa Família prevê a garantia de renda a famílias migrantes em condições de equiparação às famílias nacionais. Para assegurar a efetivação do programa para o público migrante e refugiado, o MDS publicou o Ofício Circular Conjunto nº 2/2014 SENARC/MDS e SNAS/MDS, de 11 de fevereiro de 2014, com esclarecimentos sobre o cadastramento de estrangeiros no Cadastro Único para Políticas Sociais e o acesso ao Programa Bolsa Família:

O MDA ressalta que não existe óbice ao cadastramento e concessão de benefícios para estrangeiros, que são públicos das políticas sociais da mesma forma que os nacionais, desde que atendidos os aspectos de vulnerabilidade social. A única exceção à regra é o benefício de prestação continuada, exclusivo para brasileiros, segundo disposição do decreto nº 6.2014/2007, que não é extensível a estrangeiros (MDSA, 2026 p. 12).

Também é oferecido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para o atendimento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, organizados em grupos conforme a faixa etária ou de forma intergeracional, independentemente da nacionalidade. Trata-se de

uma forma de intervenção social planejada, que estimula e orienta os usuários na construção de suas histórias e vivências individuais e coletivas, no âmbito familiar e territorial.

### O TRABALHO SOCIAL COM A POPULAÇÃO VENEZUELANA EM AÇAILÂNDIA-MARANHÃO

Os indígenas, homens, mulheres e crianças venezuelanos que atualmente residem no Brasil foram forçados a realizar uma longa viagem em busca de proteção e de uma vida digna. Ressalta-se que os povos indígenas possuem costumes, línguas, tradições e crenças próprias, além de manterem uma estreita relação com o meio ambiente. É fundamental que essa população viva amparada por leis e tenha seus princípios preservados, garantindo a manutenção de sua autonomia, conforme Cunha no ano de 2012, citado por Silva e Silva em publicação de 2024, na página 1.

A população venezuelana que chegou ao município de Açailândia, no Maranhão, pertence à etnia Warao, um agrupamento indígena nativo da Venezuela, constituído na região do delta do Rio Orinoco. Sua cultura inclui o hábito de se deslocar para coletar alimentos em busca do sustento familiar, retornando posteriormente à sua aldeia. Trata-se da segunda maior etnia da Venezuela, com aproximadamente 50 mil pessoas, de acordo com os dados da Agência da ONU para Refugiados.

Warao significa “povo da água”, é um povo composto por famílias matrilineares, e os agrupamentos são liderados pelos homens, mas são as mulheres as que contribuem para as decisões e possuem um papel central no cotidiano do grupo. Esses povos sofreram mudanças culturais, a partir de 1960, devido intervenções em seu território, passaram a estabelecer ciclos migratórios, dentre essas intervenções, as ações das missões religiosas, a partir de 1920 (CIRINO, 2020, p. 136 apud SILVA e SILVA, 2024, p 02).

Para essa discussão, é necessário apresentar algumas características econômicas, sociais e territoriais do município de Açailândia, que se tornou receptor de uma pequena parcela de venezuelanos refugiados no Brasil. Fundado a partir do desmembramento de Imperatriz, em 6 de junho de 1981, Açailândia é um município brasileiro do estado do Maranhão, localizado na região da pré-Amazônia. Assim como outras cidades amazônicas, possui

uma infinidade de riachos, que estão intimamente ligados à história e ao surgimento das cidades da região. Os açazais presentes no território serviram de inspiração para a criação do nome Açailândia, embora alguns acreditem que o nome derive de “aço”, o que não procede, pois as indústrias siderúrgicas só se instalaram no município posteriormente, em 1986.

Considerado o 8º município mais populoso do estado, Açailândia conta com 106.550 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2022. Está localizado na latitude 04° 56' 49" S e longitude 47° 30' 18" O, a uma altitude de 240 metros. O PIB per capita em 2021 foi de R\$ 33.649,84, o que coloca o município na 12ª posição entre os 217 municípios do estado. A cidade é um importante polo agroindustrial, com a exportação de ferro gusa, proveniente de cinco indústrias siderúrgicas instaladas sendo sua principal fonte de renda. Também abriga diversos estabelecimentos comerciais de diferentes ramos e possui o maior rebanho bovino do estado.

A chegada da população indígena Warao, refugiada da Venezuela, ao município teve início em 2020, de forma secundária no cenário nacional, uma vez que seu primeiro destino no Brasil foram os estados de Roraima e Pará. Nesses estados, conseguiram obter documentação de refugiados com apoio da Polícia Federal.

Chegaram a Açailândia sem condições financeiras para se manter, encontrando-se em situação de rua e sobrevivendo de mendicância em frente a bancos, semáforos e supermercados, principalmente no centro comercial da cidade. Refugiados de todas as faixas etárias de bebês recém-nascidos a idosos estavam expostos a diversos riscos, como intempéries climáticas, discriminação, violência, falta de acesso à saúde, moradia e alimentação. É importante lembrar que, naquele momento, o mundo atravessava um período de calamidade pública devido à pandemia de covid-19, que exigia medidas de distanciamento social e permanência em casa.

Esse contexto representou uma grande transformação no modo de atuação dos profissionais do Serviço Social, por duas razões principais. Primeiramente, o surgimento de uma nova demanda na cidade, até então incomum aos profissionais, exigia atenção específica, sem planos ou projetos previamente preparados. Tratava-se de uma população atravessada por múltiplas vulnerabilidades, com obstáculos na comunicação e no processo de inserção no contexto municipal, o que demandava cuidado para evitar perda cultural, discriminação e apagamento identitário.

A segunda questão foi a necessidade do distanciamento social, o que levou grande parte do trabalho do assistente social a ser realizado remotamente. Isso trouxe desafios consideráveis, já que a prática profissional historicamente se constrói por meio de ação direta e presencial com as famílias, grupos e indivíduos, analisando a realidade social em sua totalidade e buscando o enfrentamento das vulnerabilidades.

Para Matos, em estudo de 2020, na página 6, faz-se fundamental a articulação com colegas de outras instituições, pois a chamada rede estava com a rotina e procedimentos alterados pelo contexto sanitário, tornando importante compreender o funcionamento institucional integrado e o diálogo coletivo sobre como encarar as dimensões da sociabilidade.

Isso evidencia o quanto a questão social, como discutido por Yazbek e Yamamoto em obra do ano de 2019, na página 38, é inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, marcadas pelas particularidades nacionais. A gênese da questão social encontra-se no caráter coletivo da produção e na apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização.

A contradição entre capital e trabalho gera desigualdades sociais, conhecidas como expressões da questão social, que estão em constante movimento e transformação. Elas se manifestam no desemprego, na fome, na violência, no analfabetismo, na favelização, no analfabetismo político, na

falta de infraestrutura e moradia, entre outros aspectos. Diante disso, ressalta-se a importância da formação contínua dos profissionais para atuarem frente a novas demandas que surgem de forma inesperada.

A vulnerabilidade pode apresentar maior ou menor risco, de acordo com as capacidades de proteção e defesa que a pessoa, o grupo e a sociedade possuam. A política pública deve ofertar e potencializar essas capacidades, ao incidir nas vulnerabilidades vividas pelos indivíduos, por meio da construção de estratégias de apoio e proteção, com a participação da população, visando prevenir essas situações ou o seu agravamento e a incidência do risco. Atenção deve ser dada ao fato de que os significados de vulnerabilidades, riscos e violação de direitos podem ser diferentes para as populações indígenas, assim como as compreensões sobre família, educação, saúde e outras esferas da vida social, uma vez que os grupos indígenas possuem seus próprios modos de ver e de se organizar (ACNUR, p.17, 2021).

Para essa discussão, é necessário apresentar algumas características econômicas, sociais e territoriais do município de Açailândia, que se tornou receptor de uma pequena parcela de venezuelanos refugiados no Brasil.

Fundado a partir do desmembramento de Imperatriz, em 6 de junho de 1981, Açailândia é um município brasileiro do estado do Maranhão, localizado na região da pré-Amazônia. Assim como outras cidades amazônicas, possui uma infinidade de riachos, que estão intimamente ligados à história e ao surgimento das cidades da região. Os açazais presentes no território serviram de inspiração para a criação do nome Açailândia, embora alguns acreditem que o nome derive de “aço” o que não procede, pois as indústrias siderúrgicas só se instalaram no município posteriormente, em 1986.

Considerado o 8º município mais populoso do estado, Açailândia conta com 106.550 habitantes, segundo estimativa do IBGE de 2022. Está localizado na latitude 04° 56' 49" S e longitude 47° 30' 18" O, a uma altitude de 240 metros. O PIB per capita em 2021 foi de R\$ 33.649,84, o que coloca o município na 12ª posição entre os 217 municípios do estado. A cidade é um importante polo agroindustrial, com a exportação de ferro gusa proveniente de cinco indústrias siderúrgicas instaladas sendo sua principal fonte de renda.

Também abriga diversos estabelecimentos comerciais de diferentes ramos e possui o maior rebanho bovino do estado.

A chegada da população indígena Warao, refugiada da Venezuela, ao município teve início em 2020, de forma secundária no cenário nacional, uma vez que seu primeiro destino no Brasil foram os estados de Roraima e Pará. Nesses estados, conseguiram obter documentação de refugiados com apoio da Polícia Federal.

Chegaram a Açailândia sem condições financeiras para se manter, encontrando-se em situação de rua e sobrevivendo de mendicância em frente a bancos, semáforos e supermercados, principalmente no centro comercial da cidade. Refugiados de todas as faixas etárias de bebês recém-nascidos a idosos estavam expostos a diversos riscos, como intempéries climáticas, discriminação, violência, falta de acesso à saúde, moradia e alimentação. É importante lembrar que, naquele momento, o mundo atravessava um período de calamidade pública devido à pandemia de COVID-19, que exigia medidas de distanciamento social e permanência em casa.

Esse contexto representou uma grande transformação no modo de atuação dos profissionais do Serviço Social, por duas razões principais. Primeiramente, o surgimento de uma nova demanda na cidade, até então incomum aos profissionais, exigia atenção específica, sem planos ou projetos previamente preparados. Tratava-se de uma população atravessada por múltiplas vulnerabilidades, com obstáculos na comunicação e no processo de inserção no contexto municipal, o que demandava cuidado para evitar perda cultural, discriminação e apagamento identitário.

A segunda questão foi a necessidade do distanciamento social, o que levou grande parte do trabalho do assistente social a ser realizado remotamente. Isso trouxe desafios consideráveis, já que a prática profissional historicamente se constrói por meio de ação direta e presencial

com as famílias, grupos e indivíduos, analisando a realidade social em sua totalidade e buscando o enfrentamento das vulnerabilidades.

Para Matos (2020, p. 06), “faz-se fundamental que nos articulemos com colegas de outras instituições, pois a chamada ‘rede’ está com a rotina e procedimentos alterados. É importante saber como estão funcionando as outras instituições. A articulação via redes sociais também poderá contribuir para o diálogo coletivo sobre como encarar, nas diferentes dimensões da nossa sociabilidade, as questões que envolvem a pandemia, como o medo, por exemplo.”

Isso evidencia o quanto a “questão social”, como discutido por Yazbek e Yamamoto (2019, p. 38), é inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, marcadas pelas particularidades nacionais. A gênese da questão social encontra-se no caráter coletivo da produção e na apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização.

A contradição entre capital e trabalho gera desigualdades sociais, conhecidas como expressões da questão social, que estão em constante movimento e transformação. Elas se manifestam no desemprego, na fome, na violência, no analfabetismo, na favelização, no analfabetismo político, na falta de infraestrutura e moradia, entre outros aspectos. Diante disso, ressalta-se a importância da formação contínua dos profissionais para atuarem frente a novas demandas que surgem de forma inesperada.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para avaliar se as indagações sobre o objeto de pesquisa foram respondidas, retomamos os objetivos gerais e específicos que nortearam este estudo. Conforme apresentado ao longo do texto, os objetivos foram alcançados, e as dúvidas acerca do tema foram esclarecidas a partir da exposição de informações, argumentos e pesquisa de campo realizada com

profissionais que atuam na proteção social básica em órgãos de assistência que atendem a população venezuelana no município de Açailândia.

Observa-se ainda a carência de material bibliográfico publicado sobre o tema estudado. São evidentes as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da assistência social básica voltada a essa população, sobretudo no que diz respeito à comunicação e à linguagem, que configuram o maior obstáculo. Soma-se a isso o desconhecimento acerca da cultura desses povos, sejam refugiados ou imigrantes, sua organização social e modo de vida em seus países de origem. A partir desse conhecimento, será possível desenvolver ações e projetos que valorizem a vida desses usuários, respeitando suas especificidades e preservando sua identidade e cultura.

O processo de deslocamento, quando realizado de forma espontânea ou motivado pela busca de melhores condições de vida em um país receptor, caracteriza a imigração, que pode ser temporária ou permanente. Contudo, quando o fenômeno decorre de condições adversas, como catástrofes climáticas, conflitos, perseguição religiosa ou qualquer situação que represente risco à vida dos indivíduos, que são obrigados a se deslocar de maneira abrupta e contra sua vontade, esses passam a ser considerados refugiados no país de acolhida. Independentemente da classificação adotada, tais populações enfrentam situações de vulnerabilidade social em graus diversos.

Nesse contexto, destaca-se a importância da assistência social no acolhimento, inclusão, acompanhamento e atuação junto a essa população. A política de assistência social, teoricamente, desempenha no Brasil um papel de proteção social articulada às demais políticas que compõem a seguridade social brasileira.

Ao longo deste trabalho, foram destacadas ações voltadas à proteção social básica realizadas por instituições de assistência social, em especial a SEMAS, por meio do CRAS, que funciona como porta de entrada para as políticas de assistência. Também foram mencionadas outras instituições

públicas, como a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e instituições não governamentais, que atuam no acolhimento e inclusão desses novos usuários nas políticas públicas, garantindo-lhes condições mínimas de vida digna.

A inserção em programas governamentais e de assistência social, seja por meio de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, ou por benefícios eventuais, como o recebimento de cesta básica, bem como a inclusão no PAIF para acompanhamento familiar contínuo, e a participação em centros de convivência e fortalecimento de vínculos foram destacados. Ressalta-se ainda a elaboração de projetos de capacitação que visam a formação e inclusão dos imigrantes e refugiados nesse novo contexto social, respeitando suas particularidades culturais e preservando suas identidades.

A metodologia utilizada permitiu esclarecer as dúvidas sobre o objeto de pesquisa de forma ampla e consistente, proporcionando maior compreensão acerca da proteção social básica voltada a imigrantes e refugiados no Brasil, especialmente sobre o trabalho com a população venezuelana em Açailândia, Maranhão. Essa demanda emergente implicou na reformulação e adaptação de projetos já existentes, bem como na capacitação e aprimoramento da atuação dos profissionais, não apenas em função da chegada dos refugiados, mas também por ocorrer durante um período de calamidade pública mundial, em decorrência da pandemia de COVID-19.

As características culturais e identitárias desse grupo indígena, assim como suas formas de organização social, impactaram o trabalho das instituições de assistência social, incentivando os profissionais a superar obstáculos culturais e a desenvolver ações que respeitem as particularidades desse novo grupo de usuários, promovendo seu sentimento de pertencimento ao novo território que adotaram como lar.

Portanto, além de contribuir para a ampliação do material bibliográfico sobre o tema, este trabalho traz reflexões importantes para o debate sobre

imigrantes e refugiados no Brasil e as políticas de proteção social direcionadas a essa população. Também enriquece a experiência dos profissionais de serviço social que atuam com essa expressão da questão social contemporânea, promovendo interculturalidade, troca de conhecimentos e organização para futuros projetos.

## REFERÊNCIAS

FERNANDES M. F., *Imigrantes, refugiados e a política pública de assistência social: uma análise no Distrito Federal, Brasília – DF 2022;*

ESTIMABLE C., BOTEGA G. P., *A mediação cultural no atendimento psicossocial aos imigrantes e refugiados na perspectiva das trabalhadoras de um centro de referência de assistência social, DAS AMAZÔNIAS, Rio Branco –Acre, v.5, n.1, (jan-jun) 2022, p. 46-61;*

SOUSA S. V. M., *O conceito de refugiado: historicidade e institucionalização, ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019, conforme dados disponíveis no site da instituição: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/>;*

SILVA J. A., SILVA M. H. Cariaga. *Os direitos das mulheres Indígenas Venezuelanas no Brasil, International Seven Multidisciplinary Journal, São José dos Pinhais, v.3, n.2, Mar./Abr., 2024;*

MATOS M. C., *A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde. <https://www.cress16.org.br/noticias/a-pandemia-do-coronavirus-covid-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-saude> consultado em 11.02.2025;*

UNHCR ACNUR Agência da ONU para refugiados, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ministério da Cidadania, Governo federal, *Guia de referência para o trabalho social com a população indígena refugiada e imigrante, Brasília, 2021;*

SANTOS E. C., MIRANDA E. R., BATISTA D. D., **Direitos humanos, refúgio e proteção social**, Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ENPESS. Vitória- ES, dezembro de 2018;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, **O papel da assistência social no atendimento aos imigrantes: Sistematização do debate sobre o papel da assistência social no atendimento aos migrantes**, Brasília, maio de 2016;

PAIVA C. M. A., MOURA F. M. O., LIMA M. E. S., **proteção social básica: promoção e garantia de direitos a população indígena venezuelanos refugiados da etnia Warao no município de Ananindeua/PA**, XI Jornada internacional Políticas Públicas, 19 a 22 de setembro de 2023, São Luís -MA Brasil;

YAZBEK M. C., IAMAMOTO M. V., **Serviço social na história América latina, África e Europa**, Cortez editora, São Paulo - SP, 2019.

<https://ipsema.acailandia.ma.gov.br/institucional/conheca-a-cidade/>

## CAPÍTULO 12

### A INVISIBILIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

*Para onde fores, Pai, para onde fores,  
Irei também, trilhando as mesmas ruas...  
Tu, para amenizar as dores tuas,  
Eu, para amenizar as minhas dores!*

Augusto dos Anjos

Thamires Dos Santos Ribeiro<sup>32</sup>  
Maria Helena Cariaga<sup>33</sup>

#### RESUMO:

O objetivo deste artigo é expor a política de centros de acolhimento para pessoas em situação de rua, destacando suas principais diretrizes, os serviços oferecidos e os desafios enfrentados para a efetiva reintegração social dessa população. A pesquisa busca compreender as estratégias adotadas pelos centros de acolhimento e como elas impactam a vida das pessoas em situação de rua, tanto no que diz respeito ao atendimento imediato quanto ao processo de inclusão social. A metodologia adotada para alcançar esse resultado envolveu a análise de documentos oficiais, informações divulgadas por jornais, sites e outros meios de comunicação, além de uma pesquisa sobre a legislação e as práticas relacionadas à implementação e operação dos centros de acolhimento. Os resultados obtidos indicam que, apesar dos avanços na implementação de centros de acolhimento e da oferta de serviços essenciais, ainda existem desafios significativos, como a falta de recursos financeiros, a escassez de capacitação de profissionais e a resistência de algumas pessoas em situação de rua em buscar seus direitos. No entanto, a pesquisa também mostra que os centros têm desempenhado um papel importante na assistência básica e na promoção da autonomia, embora haja a necessidade de uma abordagem nas diversas dimensões da vida social para garantir a reintegração social plena.

**Palavras-Chave:** Pessoas em Situação de rua, vulnerabilidade social, políticas sociais, Centro de acolhimento.

#### ABSTRACT:

The purpose of this article is to present the policy of shelter centers for the homeless population, highlighting its main guidelines, the services offered, and the challenges faced for the effective social reintegration of this group. The study seeks to understand the strategies adopted by these shelters and how they impact the lives of homeless individuals, regarding both immediate assistance and the process of social inclusion. The methodology adopted to achieve this result involved the analysis of official documents, information published by newspapers, websites, and other media outlets, as well as research on legislation and practices related to the implementation and operation of shelter centers. The results obtained indicate that, despite advances in the implementation of shelters and the provision of essential services, significant challenges remain, such as a lack of financial

---

<sup>32</sup> Bacharel, graduada pelo curso em Serviço Social/PRONERA/INCRA pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).  
e-mail: thamires37085@gmail.com

<sup>33</sup> Docente no curso de graduação em Serviço Social Pronera/UFT/INCRA e do Programa de pós graduação em Serviço Social (PPGSSocial / UFT).

resources, a shortage of professional training, and resistance from some homeless individuals to pursue their rights. However, the research also shows that these centers have played an important role in basic assistance and the promotion of autonomy, although there is a need for an approach encompassing the diverse dimensions of social life to ensure full social reintegration.

**Keywords:** Homeless people; Social vulnerability; Social policies; Shelter centers.

### INTRODUÇÃO

O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, conhecido como Centro POP, foi criado no âmbito da Política Nacional para a População em Situação de Rua, formalizada pelo Decreto número 7.053 do ano de 2009, e está integrado ao Sistema Único de Assistência Social, o SUAS. Essa política visa assegurar dignidade e direitos às pessoas em situação de rua, cujas vidas são marcadas pela pobreza, exclusão social, ruptura de vínculos familiares e dificuldades estruturais, muitas vezes agravadas por fatores como migração, desemprego e informalidade.

A motivação para este estudo surgiu durante um estágio obrigatório na Secretaria de Habitação, onde o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social revelou a carência de recursos e a ausência de políticas públicas eficazes, como a falta de centros de acolhimento nos municípios. Durante o estágio, foram observados o julgamento social direcionado a essa população e os entraves na concessão de benefícios eventuais, como passagens terrestres, agravados por burocracias e limitações orçamentárias. Tais falhas comprometem a dignidade dos usuários, que acabam permanecendo nas ruas sem acesso a abrigo, alimentação ou higiene.

O estudo buscou compreender o funcionamento da política pública voltada à população em situação de rua, incluindo os órgãos envolvidos, como governos, organizações não governamentais e movimentos sociais. Entre os desafios identificados, destaca-se a transitoriedade dessa população, o que dificulta a implementação de políticas contínuas e eficazes. Dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, no ano de 2020, revelam que essa população cresceu 140% desde 2012, alcançando cerca de 222 mil pessoas até 2020, tendência que persiste diante do agravamento da crise econômica.

O Centro POP, enquanto unidade pública de Proteção Social Especial de Média Complexidade, oferece acolhimento, atendimento especializado, fortalecimento de vínculos e encaminhamentos para a reinserção social. Funciona em dias úteis e pode atuar também em finais de semana e feriados, prestando apoio a jovens, adultos e idosos em situação de rua. Sua atuação é essencial para garantir dignidade, promover direitos e contribuir para a superação da situação de rua, tornando-se um instrumento fundamental de resistência à exclusão social em um país marcado por profundas desigualdades.

No estado do Tocantins, a população em situação de rua está presente em vários municípios, com destaque para as regiões de Porto Nacional, Araguaína e Gurupi, que apresentam maior demanda por serem as maiores cidades, conforme será detalhado mais adiante neste texto.

### O DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS: ECONOMIA, POPULAÇÃO E DESAFIOS SOCIAIS

O Tocantins, criado em 1988 com a aprovação da Constituição Federal, possui atualmente uma população de 1.511.460 pessoas, de acordo com os dados do Censo do IBGE do ano de 2022, distribuídas em 139 municípios. Entre as cidades mais populosas estão Palmas, que apresenta os maiores índices de pessoas em situação de rua, seguida por Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. A economia local conta com cinco distritos agroindustriais em processo de franca expansão, localizados nas principais cidades. Entretanto, esse crescimento populacional e urbano é acompanhado por desafios sociais significativos, como a crescente demanda por políticas públicas eficazes no atendimento às populações mais vulneráveis.

Palmas, a cidade mais populosa do estado, enfrenta um fenômeno comum em centros urbanos em expansão: a precarização das condições de vida para uma parcela significativa da população. A situação de rua, uma das faces mais visíveis da desigualdade social, é particularmente grave na capital. Esse cenário exige ações urgentes que não apenas atendam às

necessidades básicas imediatas dessas pessoas, mas também promovam políticas públicas para sua reintegração social, garantindo acesso à moradia, saúde, educação e trabalho.

O estado precisa investir não só em infraestrutura e no fortalecimento dos setores produtivos, mas também em políticas de inclusão social, assistência e integração da população em situação de rua e das comunidades mais vulneráveis. Assim, o Tocantins, com sua população crescente e economia em expansão, enfrenta o desafio de equilibrar o desenvolvimento econômico com a promoção da justiça social.

A política de desenvolvimento econômico do estado possibilitou alguns avanços e gerou transformações na perspectiva capitalista local, influenciando o modo de pensar sobre a exploração da mão de obra e a perpetuação das relações de dominação específicas à realidade social, definidas historicamente. As disputas econômicas e a correlação de forças, também configuradas como aparato de dominação, resultam nos recortes de produção nas monoculturas de grãos e na abertura de mercados externos para a pecuária, demonstrando a ambição dos governantes em transformar a região Norte do país em polo produtor de commodities. Nesse contexto, o cerrado tem sido devastado, enquanto as comunidades indígenas e quilombolas sofrem pressões decorrentes da expansão do agronegócio.

O Tocantins integra a nova fronteira agrícola conhecida pela sigla MATOPIBA, formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Esse avanço representa um acirramento das disputas e violações de direitos, já que a expansão do agronegócio agride severamente os recursos naturais e desrespeita os modos de vida e a autonomia de povos e comunidades tradicionais. Com essa expansão, há impactos significativos na estrutura social das comunidades locais, muitas vezes levando à desapropriação de terras e à marginalização de grupos tradicionais, como indígenas e quilombolas.

No ano de 2010, foi criado o Fórum Permanente de Acompanhamento da Questão Quilombola no Estado do Tocantins, que visa negociar com o governo estadual principalmente a regularização dos territórios quilombolas. Segundo dados estatísticos, o Tocantins possui uma população predominantemente negra, com 72,25% de sua composição formada por pretos e pardos, conforme dados do IBGE de 2010. O Censo do IBGE de 2022 revelou posteriormente que mais de 1,1 milhão de pessoas no estado se declaram negras, o que corresponde a 75% da população total do Tocantins.

No estado vivem diversos povos indígenas com populações significativas, como os Apinajé, Karajá, Krahô, Xerente, entre outros. A implementação de centros de acolhimento deve considerar as particularidades dessas comunidades, que possuem formas próprias de organização social e cultural, influenciando a maneira como interagem com os serviços públicos, inclusive os de acolhimento.

Alguns pontos de reflexão sobre a relação entre os povos indígenas e a política de acolhimento para pessoas em situação de rua incluem:

**Identidade e cultura:** A cultura indígena é fundamental para a identidade desses povos. Segundo Silva (2014), os centros de acolhimento devem ser sensíveis a essas diferenças culturais, respeitando tradições, línguas e necessidades específicas dos indígenas em situação de rua, evitando rupturas na sua identidade cultural.

**Atenção diferenciada:** Povos indígenas, especialmente os que não possuem terras demarcadas, como os Kanela do Tocantins e os Krahô da aldeia Takaywra, enfrentam violações de direitos territoriais e exclusão social. Muitos deslocam-se às cidades em busca de melhores condições de vida. Lima e Oliveira (2019) afirmam que os centros de acolhimento devem oferecer atendimento que compreenda essas especificidades, adaptando-se ao ambiente urbano e reconhecendo as condições históricas de opressão.

Saúde e assistência social: A política de saúde indígena, coordenada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), reconhece as particularidades das necessidades desses povos (Santos, 2017). É necessário garantir que os centros de acolhimento mantenham parceria com a saúde indígena e outros serviços especializados, para atender adequadamente às demandas médicas e psicológicas dessa população.

Acesso a direitos: Muitos indígenas em situação de rua têm acesso dificultado a serviços públicos, como assistência social e programas habitacionais, devido ao distanciamento das comunidades e à adaptação ao sistema. Conforme Costa e Oliveira (2016), políticas de acolhimento podem suprir essa lacuna, oferecendo recursos para garantir o acesso a direitos fundamentais como moradia, alimentação, saúde, educação e proteção dos direitos territoriais.

Assim, a relação entre povos indígenas e políticas de acolhimento para pessoas em situação de rua deve respeitar a diversidade cultural e social dessa população no contexto urbano.

Além das comunidades indígenas, há na zona rural diversas comunidades quilombolas. Atualmente, são 45 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, nenhuma com território devidamente titulado, de acordo com o levantamento de Soares, Oliveira e Pinheiro do ano de 2019, o que gera conflitos com posseiros, invasores e insegurança frente à expansão do agronegócio. Essas comunidades enfrentam desafios significativos relacionados ao reconhecimento e titulação de seus territórios.

É urgente que o Estado brasileiro adote medidas efetivas para resolver a questão da titulação das terras quilombolas. O reconhecimento oficial e a regularização fundiária são fundamentais para garantir a autonomia e dignidade dessas comunidades. A titulação assegura a propriedade da terra, protege contra invasões e contra a expansão desenfreada do agronegócio, preservando os modos de vida, a cultura e os direitos. Sem essas medidas, os conflitos e as violações de direitos tendem a

se agravar, comprometendo a sobrevivência e a identidade dessas populações. Portanto, a titulação deve ser tratada como prioridade para promover a justiça social e a igualdade no Brasil.

### FRAGMENTOS DE VIDA: CONHECENDO O PERFIL DOS USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE RUA

O acesso às políticas públicas de acolhimento da população em situação de rua é garantido por marcos legais consolidados. Esses instrumentos asseguram direitos fundamentais como moradia temporária, atendimento psicossocial, reinserção no mercado de trabalho e acesso irrestrito à saúde. A Lei Orgânica da Assistência Social, a LOAS, por exemplo, possibilita o recebimento do Benefício de Prestação Continuada, o BPC, mesmo para indivíduos que não possuem residência fixa. O atendimento dentro dessa rede possui caráter voluntário, podendo ser solicitado por meio de equipamentos estratégicos como o Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o CREAS, e outras redes municipais conveniadas.

Uma pesquisa realizada no ano de 2023 pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, analisou detalhadamente o perfil da população em situação de rua no estado do Tocantins, entrevistando 296 pessoas com idades compreendidas entre zero e 60 anos. Os dados obtidos demonstraram que 81,42% dos participantes se autodeclararam negros, 88% eram homens e a grande maioria encontrava-se na faixa etária entre 40 e 59 anos.

Quanto à escolaridade, a maioria possuía o ensino fundamental incompleto, sendo que apenas 1% havia iniciado, mas não concluído, o ensino superior. Cerca de 29% dos entrevistados apresentavam algum tipo de deficiência e uma parcela expressiva já estava em situação de rua há mais de 12 meses. As cidades com maior concentração dessa população foram Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pela Lei número 13.340 do ano de 2016, fundamenta-se em princípios cruciais como o respeito à dignidade humana, o atendimento humanizado e a valorização da diversidade, conforme o artigo 5º. As diretrizes estabelecidas no artigo 6º visam promover direitos civis, sociais e econômicos, integrando ações articuladas entre os entes federativos, financiando políticas públicas específicas e qualificando continuamente os profissionais envolvidos. O artigo 7º da mesma norma prevê objetivos centrais como o acesso amplo aos serviços públicos, a sistematização de dados e indicadores sociais atualizados, a implementação de ações educativas e canais eficientes de denúncia para essa população vulnerável.

O artigo 8º destaca a necessidade latente de políticas públicas que ultrapassem o mero atendimento emergencial, promovendo ações estruturantes como a segurança alimentar, a qualificação profissional e a efetiva inserção no mercado de trabalho. Essas iniciativas visam não apenas suprir necessidades imediatas, mas garantir autonomia, cidadania e inclusão social de forma permanente. As políticas públicas, quando integradas e efetivas, representam um avanço significativo no combate à exclusão social, promovendo justiça e igualdade de direitos para todos.

As políticas públicas propostas nos artigos mencionados corporificam um avanço importante na luta contra a marginalização e a exclusão social. Ao adotar uma abordagem integrada e holística, que vai desde o atendimento básico até a promoção da autonomia, essas diretrizes garantem não apenas o suporte imediato, mas também fornecem as ferramentas necessárias para a transformação real das condições de vida dessa população. O enfrentamento da exclusão social, portanto, não se limita a medidas paliativas, mas avança resolutamente na direção da inclusão efetiva, promovendo a justiça social e assegurando direitos iguais para todos.

**TRANSFORMANDO REALIDADES: A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO**

A implantação de políticas públicas para a população em situação de rua representa um grande desafio, especialmente em contextos de profunda desigualdade social como o do Brasil. Iniciativas como os Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua desempenham um papel fundamental na promoção da dignidade e na reintegração social dessas pessoas. Esses centros oferecem atendimento especializado, orientação profissional, articulação com políticas de emprego e qualificação, além de apoio às famílias em vulnerabilidade. Funcionam tanto em espaços públicos quanto alugados, atuando como pontos de acesso a direitos e suporte para a superação das situações de rua.

Observa-se que, em muitos casos, as políticas de acolhimento, como os Centros POP, são insuficientes para resolver a questão da exclusão urbana e a falta de moradia. Rolnik argumenta que a criação de centros de acolhimento deve ser acompanhada por políticas mais amplas de habitação e acesso à cidade, para garantir que as pessoas em situação de rua possam, efetivamente, se reintegrar à sociedade. (Rolnik, 2016, p. 89).

O atendimento médico e psicológico voltado à população em situação de rua busca promover a saúde física e mental, auxiliando na superação de traumas, dependências químicas e agravos de saúde diversos. Além disso, visa fortalecer os vínculos familiares e sociais por meio de ações de apoio, integração e acompanhamento contínuo. O trabalho inclui também o acompanhamento social individualizado, com foco na reinserção social, acesso a documentos, emprego e serviços básicos. Para isso, oferece abrigo, alimentação, higiene e cuidados de saúde, contando com uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros e educadores.

É fundamental lembrar que cada pessoa em situação de rua carrega uma história única, com desafios e necessidades distintas. Por isso, o Centro de Acolhimento adota um mapeamento individualizado, oferecendo um suporte mais adequado e direcionado, que respeita as especificidades de cada trajetória e promove um atendimento mais eficaz e humanizado.

A população em situação de rua enfrenta dificuldades severas, como a falta de moradia, o estigma social e a invisibilidade diante de suas

necessidades básicas. Sem um lar seguro, essas pessoas ficam expostas ao frio, à chuva, à violência e a diversas doenças, vivendo em condições precárias nas ruas, praças e viadutos. Essa vulnerabilidade extrema as torna alvos fáceis da criminalidade e agrava ainda mais sua exclusão social, dificultando o acesso a direitos essenciais.

Outro grande desafio é a alimentação. Embora existam algumas iniciativas de distribuição de alimentos por parte de organizações não governamentais e governos, muitas vezes essas ações são insuficientes e esparsas. A insegurança alimentar é uma realidade constante para muitas dessas pessoas, que frequentemente dependem da solidariedade de desconhecidos ou de instituições religiosas para garantir sua alimentação diária.

A falta de políticas públicas eficazes contribui para a perpetuação da situação de rua. Ele analisa a exclusão não só do ponto de vista econômico, mas também cultural, visto que as pessoas em situação de rua enfrentam um afastamento das relações sociais e da participação ativa na vida comunitária. Moran propõe a criação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às especificidades dessa população, com foco na superação das desigualdades estruturais. (MORAN, 2010. p. 132).

O acesso a cuidados médicos é um grande desafio para a população em situação de rua; barreiras na manutenção da higiene pessoal e as dificuldades de mobilidade tendem a agravar quadros de saúde inicialmente simples. Além disso, o sistema público de saúde nem sempre é eficaz na busca ativa desse público, contribuindo para uma maior taxa de mortalidade. O estigma social também é um obstáculo importante, já que essas pessoas são frequentemente vistas com indiferença ou desprezo pela sociedade, que as associa erroneamente apenas ao uso de drogas ou à criminalidade. Isso intensifica a exclusão social e dificulta a reintegração ao mercado de trabalho e à comunidade, levando muitas delas a se sentirem invisíveis e desmotivadas.

A população em situação de rua enfrenta diariamente violências físicas e psicológicas, sendo alvo frequente de agressões, abusos e discriminação, inclusive por parte das autoridades em algumas ocasiões. Essa constante insegurança gera um estado de isolamento e reatividade,

que agrava a exclusão social. Mulheres nessa condição sofrem de forma ainda mais acentuada com o risco constante de violência sexual e assédio, o que por sua vez dificulta a busca espontânea por serviços habituais de acolhimento. A ausência de redes sólidas de apoio e a invisibilidade social tornam essa realidade ainda mais cruel, refletindo não apenas falhas no sistema econômico e social, mas também o desprezo coletivo por essa parcela vulnerável da população.

Por isso, é necessário um esforço conjunto da sociedade, do Estado e das organizações da sociedade civil para que essas pessoas não permaneçam invisíveis. Somente com políticas públicas integradas, que respeitem a humanidade e a individualidade de cada um, será possível transformar esses desafios em ações concretas para a reintegração social e a promoção de um país mais justo e igualitário para todos.

### **CAMINHOS DE ACESSO: COMO FUNCIONA E COMO CHEGAR ATÉ A POLÍTICA DE ACOLHIMENTO**

O funcionamento eficaz das políticas assistenciais depende diretamente de infraestrutura adequada, capacitação técnica das equipes e integração real entre os setores de assistência, saúde e trabalho. A desinformação generalizada, o estigma social e a desconfiança histórica nas instituições dificultam o acesso inicial da população em situação de rua aos serviços de acolhimento. Em resposta a esse cenário, o Governo Federal lançou no ano de 2023 o Plano Nacional Ruas Visíveis, buscando reforçar as políticas de acolhimento, ampliando de maneira considerável o alcance e a eficácia das ações integradas.

Neri e Souza, em estudo publicado no ano de 2015, destacam que, apesar da existência teórica de uma rede de acolhimento, ela ainda se mostra pouco acessível devido à fragmentação dos serviços e à ausência de abordagens intersetoriais integradas. Os autores defendem ferrenhamente políticas públicas que não se limitem ao abrigo de caráter emergencial, mas que proporcionem acesso continuado à educação, qualificação profissional,

atenção à saúde mental e apoio à reorganização familiar, com vistas a uma reintegração social real e duradoura.

Assim, para garantir um acolhimento eficaz, é essencial construir um sistema acessível e humanizado, que respeite as singularidades da população em situação de rua e ofereça condições concretas para a reconstrução de suas histórias e o exercício pleno da cidadania. Para isso, é preciso superar as barreiras estruturais e sociais que ainda limitam o acesso efetivo e inclusivo a esses serviços essenciais.

O autor argumenta que, embora existam centros de acolhimento disponíveis, muitas pessoas em situação de rua ainda enfrentam dificuldades para acessar esses serviços devido a questões como estigma social, desconfiança nas instituições e falta de informações. O estudo sugere que é necessário um esforço maior na criação de estratégias para garantir que o acesso a esses serviços seja eficiente e inclusivo, especialmente considerando a heterogeneidade da população em situação de rua. (Neri, M. C., & Souza, E. R. 2015, p. 67)

A Política Nacional para a População em Situação de Rua e a política intersetorial buscam articular ações de cuidado, superando velhas práticas meramente assistencialistas por meio da atuação conjunta de profissionais e instituições. O acolhimento institucional do SUAS oferece moradia transitória e apoio para a reintegração familiar ou conquista da autonomia econômica. Pela Lei número 13.769 de 2003, a permanência regulamentar pode durar até 18 meses, com possibilidade de prorrogação conforme a necessidade avaliada técnica e socialmente pelas equipes. O foco central é garantir a dignidade e a reintegração social com suporte integral.

Segundo Souza no ano de 2019 e Silva no ano de 2018, cada pessoa em situação de rua possui uma trajetória única marcada por desafios, perdas e traumas profundos. Por isso, os Centros de Acolhimento oferecem atendimento individualizado, respeitando a singularidade de cada indivíduo e proporcionando um ambiente seguro, com apoio psicológico e emocional. O objetivo é ajudar na superação das vulnerabilidades acumuladas e promover a reintegração social.

Para Moran, em publicação de 2010, muitos moradores de rua vivenciaram situações severas de violência, abuso, abandono e perda, que contribuem diretamente para sua vulnerabilidade social. O Centro busca oferecer um ambiente seguro e acolhedor, proporcionando apoio psicológico e emocional para que possam lidar com seus traumas e reconstruir suas vidas de maneira assistida.

Este estudo enfoca o perfil psicológico e social dos moradores de rua, discutindo questões como a perda de vínculos familiares, a exclusão social e os problemas de saúde mental predominantes entre a população em situação de rua. A pesquisa evidencia que muitos moradores de rua possuem um histórico de traumas e transtornos psicológicos, como depressão e ansiedade, frequentemente associados ao abandono familiar e à falta de apoio social. (PEREIRA, A. M.; LIMA, F. R. A 2018 p.45)

No que tange à resiliência e à esperança, Antonovsky pontua em obra de 1993 que, apesar das imensas adversidades diárias, os moradores de rua demonstram uma notável capacidade de resiliência e manutenção da esperança. O Centro acredita no potencial de cada indivíduo e busca oferecer oportunidades para que possam superar suas dificuldades e construir um futuro mais digno. O acolhimento, o apoio técnico e a esperança são ferramentas essenciais para a transformação de trajetórias de vida.

Os centros de acolhimento oferecem serviços que vão desde a garantia das necessidades básicas até oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, buscando atender às particularidades de cada indivíduo. Segundo Zuffo e Lima no ano de 2017, essa população é extremamente heterogênea, incluindo adultos, crianças, pessoas com deficiência, mulheres grávidas, o público LGBTQIA+ e vítimas de violência doméstica, sendo que cada grupo carrega demandas específicas que exigem um atendimento individualizado e sensível, capaz de contemplar a complexidade e a diversidade dessas necessidades no espaço urbano.

Outro ponto a ser destacado é que o estigma associado à população em situação de rua é uma construção social que atribui características negativas degradantes, como a irresponsabilidade e os vícios, gerando

discriminação e marginalização social. Essa visão preconceituosa prejudica a reintegração dessas pessoas e compromete seriamente a eficácia das políticas públicas implantadas. Superar esse estigma é fundamental para garantir um atendimento mais humano, empático e respeitoso às diversas realidades vividas por essa população.

Quanto à intencionalidade das políticas, esta se refere aos objetivos específicos que uma política pública visa alcançar. No caso das políticas de assistência social, isso envolve direcionar ações planejadas para atender às necessidades urgentes das populações vulneráveis, garantindo o acesso a direitos essenciais como saúde, educação e moradia. Essas políticas não devem apenas mitigar ou resolver problemas imediatos, mas também promover a inclusão social, a autonomia e a dignidade. A intencionalidade clara é fundamental para determinar o impacto transformador dessas políticas na sociedade contemporânea.

### **MUNICÍPIOS COM E SEM CENTROS DE ACOLHIMENTO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A INCLUSÃO SOCIAL.**

De acordo com a legislação brasileira, municípios com mais de 100 mil habitantes são obrigados a possuir centros de acolhimento para pessoas em situação de rua. No Tocantins, apenas Palmas e Araguaína atendem a essa exigência, contando com Centros de Referência Especializados (Centro POP) que oferecem apoio e serviços especializados. Em grandes cidades do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e outras, esses centros também estão presentes, tendo aumentado significativamente entre 2017 e 2022, totalizando 246 unidades que prestaram mais de 578 mil atendimentos à população vulnerável em situação de rua.

O Centro POP é uma unidade pública que oferece atendimento especializado a adultos em situação de rua. São objetivos do Centro POP:

Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; Contribuir para resgatar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária Redução das violações dos direitos

socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; Redução de danos provocados por situações violadoras de direitos.<sup>34</sup>

O Centro POP configura-se como um serviço que, por meio de escuta qualificada de assistentes sociais e psicólogos, busca compreender o contexto social, cultural e histórico de cada usuário, elaborando planos de acompanhamento individual ou familiar. Seu objetivo é fortalecer a autoestima, a autonomia e a identidade dos atendidos. Entre as ações oferecidas estão o acesso à alimentação, higiene pessoal, lavanderia, guarda de pertences, regularização de documentos civis e encaminhamento para outras políticas públicas setoriais, sempre promovendo o protagonismo e a participação social ativa.

O trabalho analisa a evolução dos centros de acolhimento no Brasil, destacando boas práticas e desafios na efetivação dessa política nos municípios, com base em dados e análises comparativas apresentadas por Pereira e Lima no ano de 2018. Aponta a importância dessas estruturas na reintegração social e no acesso a direitos, além de apresentar marcos regulatórios, como a Resolução CIT número 4 do ano de 2011, que orienta os registros dos serviços nos CRAS e CREAS. Também menciona a Lei número 14.821 do ano de 2024, voltada ao acolhimento e proteção da população em situação de rua, e o Decreto número 62.149 de 2023, que criou o Programa Reencontro, regulamentando a política municipal conforme a Lei número 17.252 do ano de 2019.

Fora do Brasil, o crescimento da população em situação de rua também se mostra alarmante, e diversos países têm implementado estratégias e políticas para conter esse avanço e oferecer suporte, com o objetivo de melhorar as condições de vida dessas pessoas e promover sua reintegração social. Segundo a instituição de pesquisa Finnish Institute for Health and Welfare, os relatórios sobre as políticas de moradia na Finlândia apontam que o país se destaca internacionalmente no manejo da temática. Eles adotam estratégias pioneiras que oferecem habitação permanente imediata sem impor pré-condições comportamentais, além de fornecer

---

<sup>34</sup> <https://blog.gesuas.com.br/centro-pop>, 2025

assistência social intensiva para auxiliar na reorganização da vida, lidando conjuntamente com questões como dependência química e desemprego estrutural.

Enquanto em algumas regiões a política de acolhimento é estruturada e acessível, em outras a falta crônica de centros e serviços especializados perpetua a marginalização dessas pessoas. O desafio contemporâneo está em criar uma rede de proteção social mais ampla, capilarizada e inclusiva, que atenda a todos os indivíduos vulneráveis, independentemente do município ou região onde vivem, garantindo que a dignidade humana e os direitos sociais sejam plenamente respeitados em qualquer localidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a política de acolhimento para pessoas em situação de rua surgiu da dificuldade em encontrar informações concretas sobre o tema no plano regional, evidenciando uma lacuna acadêmica e documental que motivou o desenvolvimento deste artigo final como Trabalho de Conclusão de Curso. O contato direto com essa realidade revelou a importância da empatia, do respeito mútuo e da solidariedade no atendimento a esse público, destacando que ações humanas e técnicas coordenadas podem contribuir para restaurar a dignidade e promover a inclusão social de indivíduos historicamente postos à margem.

É imprescindível que a sociedade amplie seu olhar sobre a questão da população em situação de rua, compreendendo que a ausência de moradia é apenas um reflexo aparente de problemas estruturais profundos, como a desigualdade social crônica, o desemprego e a falta de políticas públicas integradas e eficazes. Investimentos contínuos em educação, capacitação profissional, apoio psicológico especializado e reintegração familiar assistida são medidas essenciais para uma transformação social efetiva e de longo prazo.

Nesse contexto, os Centros POP exercem um papel estratégico crucial ao oferecer abrigo, alimentação, espaço para higiene, escuta qualificada e encaminhamentos assertivos para a rede de serviços socioassistenciais e intersetoriais. No entanto, enfrentam sérios desafios operacionais no dia a dia, como limitações severas de infraestrutura física, alta demanda diária de usuários e a necessidade constante de qualificação técnica dos serviços prestados.

Mais do que espaços de acolhimento temporário ou emergencial, os Centros POP devem ser consolidados como ambientes que respeitam a autonomia dos indivíduos e oferecem alternativas flexíveis de superação da vulnerabilidade, evitando práticas compulsórias ou higienistas. A reintegração social requer políticas públicas integradas que articulem o acesso a direitos fundamentais com soluções econômicas e habitacionais sustentáveis, visando romper de fato o ciclo da exclusão.

Em síntese, embora os Centros POP sejam fundamentais no apoio emergencial e na garantia dos mínimos sociais, a superação definitiva da situação de rua exige um esforço coletivo, pactuado e contínuo entre o governo nas suas três esferas, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Somente com políticas públicas abrangentes e intersetoriais será possível garantir a cidadania plena e efetivar o direito constitucional à dignidade humana para essa população historicamente invisibilizada.

No entanto, não se pode deixar de destacar um ponto crucial que motivou a escolha definitiva deste tema de pesquisa. Durante o período eleitoral local, uma frase dita por um profissional atuante na área de Serviço Social causou profunda marcação e reflexão ética: "O prefeito foi muito inteligente, ele alocou mais verba para o benefício eventual, para limpar a cidade." Foi a partir desse relato que se percebeu que, embora a aparente diminuição visual de pessoas vivendo nas ruas centrais pudesse sugerir uma melhoria, isso não refletia avanços estruturais ou novas oportunidades reais para essas pessoas. Na verdade, elas estavam sendo transferidas para outras cidades por meio do fornecimento massivo de passagens, sob a falsa

promessa de uma vida melhor em outras localidades, configurando uma prática que visa apenas esconder o problema urbano em vez de realmente resolvê-lo por meio da inclusão social. Publicamente, maquia-se a realidade local, transferindo a vulnerabilidade social para o município vizinho.

## REFERÊNCIAS

ANTONOVSKY, A. Saúde, bem-estar e o conceito de resiliência. São Paulo: Editora 1993

BRASIL. Política Nacional para a População em Situação de Rua (MDS). Brasília: MDS, 2009.

FLEURY, S. Políticas Públicas e a Questão da População em Situação de Rua. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015

HADDAD, Sérgio & VIOTTI Da Costa, Emília. Pobreza, Exclusão Social e Políticas Públicas no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

LIMA, L. R., & OLIVEIRA, M. A. Direitos territoriais e políticas públicas para os povos indígenas. (2019)

MORAN, J.M. Exclusão Social e População em Situação de rua. 1ª. Edição, São Paulo, 2010

NERI, M. C., & SOUZA, E. R. População em Situação de Rua no Brasil: Contexto, Políticas Públicas e Possibilidades de Inclusão Social. 2015.

PEREIRA, A. M., & LIMA, F. R. A Inclusão Social da População em Situação de Rua: Os Desafios e Avanços nos Centros de Acolhimento. 2018.

ROLNIK, Raquel. O que é a cidade para as pessoas em situação de rua? São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, A.A desafios e perspectivas. Editora ABC.2014

SANTOS, F. *Saúde indígena: políticas públicas e desafios no atendimento*. Editora Saúde e Cultura.2017

SOUZA, M. L. de. *A cidade e a lei: a forma jurídica e as políticas urbanas no Brasil*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SOUZA, A. C de; CARIAGA, M.H; SILVA, R.A de S. O despertar para o cuidado as pessoas em situação de rua no município de Palmas/ Tocantins: Um relato de experiência *Revista Humanidades & Inovação* v.8, n.59. 2021.

SOUZA, F. R.. *Acolhimento e recuperação: desafios do atendimento à população em situação de rua*. Editora Social. 2019.

SILVA, M. C. *Vulnerabilidades sociais e o acolhimento da população em situação de rua*. Editora Universitária. 2018

SILVA, C. A. P. da. *Povos Indígenas no Brasil*. Editora: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 2007.

ZUFFO, L. A.; LIMA, L. M. *População em situação de rua: desafios para a formulação de políticas públicas*.2017

#### Webgrafias

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62149-de-24-de-janeiro-de-2023> Criou Programa Reencontro e regulamenta a Política Municipal para a População em Situação de Rua, em conformidade com a Lei nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019.

Fundação Nacional do Índio (FUNAI). *População Indígena e Políticas Públicas no Brasil*. Disponível em: <https://www.funai.gov.br/>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo 2022: População Indígena*

no

B[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_munic%C3%ADpios\\_do\\_Brasil\\_acima\\_de\\_cem\\_mil\\_habitantes\\_\(2022\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Brasil_acima_de_cem_mil_habitantes_(2022))

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>(visto em 10.03.2025).

Lei nº 14.821/2024, institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua).

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) 2019

<https://obpoprua.direito.ufmg.br/>

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relatorio-2019>

Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática.  
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/zZmF6jcYxpRqGS4b5QMX9sQ/>

<https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Livro-Populacao-em-situacao-de-rua-abordagens-interdisciplinares-e-perspectivas-intertorais.pdf>

<https://blog.gesuas.com.br/centro-pop/>(visto em 14.03.2025)

Secretaria de Assistência Social de Palmas - TO - Site:  
[<https://www.palmas.to.gov.br/>]

Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Relatório de Saúde Indígena 2020. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.sesai.gov.br>

## CAPÍTULO 13

# POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ANÁLISE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA E SOCIAL DE JOVENS DO ASSENTAMENTO ONALÍCIO BARROS, CASEARA (TO)

Geniffe Kariny Rodrigues dos Santos<sup>35</sup>  
Rejane Cleide Medeiros de Almeida<sup>36</sup>

### RESUMO:

Este artigo buscou compreender as políticas públicas educacionais voltadas para a educação do campo, com especificidade no ensino superior, bem como analisar as contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para a efetivação de um ensino de qualidade voltado à formação de profissionais críticos. Em termos metodológicos, realizou-se uma revisão bibliográfica de artigos científicos, complementada por entrevistas semiestruturadas como procedimento de coleta de dados. Os resultados apontam a relevância e a necessidade premente de políticas públicas educacionais que atendam às especificidades da população rural, demonstrando como tais ações corroboram para a permanência dos camponeses em seus territórios e para a consequente melhoria de sua qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Educação no campo. Formação de camponeses. MST. Políticas públicas educacionais.

### ABSTRACT:

This article sought to understand public educational policies aimed at rural education, specifically within higher education, as well as to analyze the contributions of the Landless Workers' Movement toward implementing quality education that fosters critical professional development. Methodologically, a literature review of scientific articles was conducted, complemented by semi-structured interviews as data collection procedures. The findings highlight the relevance and pressing need for public educational policies that address the specificities of the rural population, demonstrating how these initiatives support the retention of peasants in their territories and the subsequent improvement of their quality of life.

**Keywords:** Rural education; Peasant training; MST; Educational public policies.

---

<sup>35</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: geniffekariny@gmail.com

<sup>36</sup> Pós-doutora em Educação, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Professora do curso de educação do campo: artes, UFNT. Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território e do Programa de Educação da UFNT. E-mail: E-mail: rejane.almeida@ufnt.edu.br

### INTRODUÇÃO

A educação é uma política pública essencial para a garantia de direitos fundamentais no Brasil, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, e regulamentada pela Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que rege a educação básica no país, recentemente atualizada pela Lei número 14.679 de 2023. Essas normativas visam garantir igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, promovendo a inclusão e a acessibilidade educacional.

No entanto, em territórios rurais como o assentamento Onalício Barros, no município de Caseara, no Tocantins, a precarização da infraestrutura educacional dificulta o pleno acesso dos jovens a oportunidades de continuidade da educação após o ensino médio, como formação técnica, graduação ou pós-graduação. Para superar essas limitações, é necessário um esforço conjunto de políticas públicas que atuem não apenas na educação, mas também na melhoria das condições de vida e da infraestrutura local.

Nesse contexto, a Educação do Campo, com sua abordagem voltada para as especificidades das populações rurais, tem se mostrado uma alternativa essencial para a formação acadêmica e social dos jovens.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, desempenha papel fundamental na luta pela educação do campo, promovendo metodologias inovadoras, como a pedagogia da alternância. Essa metodologia permite que os jovens do campo alternem períodos de estudo na escola com períodos de trabalho na comunidade, criando uma relação de aprendizado que integra teoria e prática. Esse modelo educacional, que visa formar cidadãos críticos e conscientes, é essencial para a permanência dos jovens no campo, sem a necessidade de migração para grandes cidades em busca de educação de qualidade.

Este estudo visa analisar como as políticas públicas educacionais, em conjunto com a atuação do MST, têm contribuído para a formação acadêmica e social dos jovens no assentamento Onalício Barros, considerando não apenas os aspectos educacionais, mas também os impactos sociais dessa educação. A pesquisa é relevante por buscar compreender o papel dessas políticas no fortalecimento da autonomia dos jovens camponeses e sua inserção social, sem a necessidade de deslocamento para centros urbanos.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as políticas públicas educacionais voltadas para a formação dos jovens no assentamento Onalício Barros, em Caseara, no Tocantins, buscando verificar a atuação do MST na promoção da educação e do desenvolvimento social desses jovens.

A formação acadêmica e profissional no contexto rural, especialmente em áreas de assentamento, é um tema de grande importância, principalmente diante das desigualdades educacionais enfrentadas pelas populações do campo. A metodologia da pedagogia da alternância, adotada pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Pronera, é uma estratégia fundamental que integra o conteúdo acadêmico às experiências vividas pelos estudantes em suas comunidades. Essa forma de ensino valoriza o saber popular e proporciona uma formação acadêmica que dialoga com a realidade do campo.

A pesquisa é de caráter qualitativo, pois tem como objetivo entender as experiências, os contextos e os impactos da educação do campo e da atuação do MST nos jovens. Será identificada a forma como as políticas educacionais se traduzem na prática e o efeito que isso tem na formação dos jovens. A análise será realizada a partir de um referencial qualitativo, com interpretação dos dados coletados em relatórios, documentos e entrevistas.

A escolha do método qualitativo e documental justifica-se pela natureza do tema. O foco é entender a realidade local dos jovens do assentamento, a atuação do MST e as políticas públicas educacionais, que

não podem ser reduzidos a números, mas exigem uma análise aprofundada dos contextos e das experiências vividas. A pesquisa documental permitirá compreender os processos de implementação e os efeitos das políticas públicas e da atuação do MST.

### CONTEXTO HISTÓRICO DO LOCAL DE ESTUDO

O município de Caseara conta com aproximadamente 4.847 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística obtidos no Censo de 2022. Situado no oeste do Tocantins, está localizado na microrregião de Miracema do Tocantins. Foi criado pela Lei Estadual número 10.406, de 30 de dezembro de 1987, que elevou o Distrito de Araguaçu à categoria de município autônomo com o nome de Caseara, desmembrando-o do município de Araguacema. O nome é uma homenagem ao indígena Raimundo Nonato Casé, que residia no território por volta de 1940, assim como o nome do Lago Casé, também em sua homenagem.

De acordo com o perfil socioeconômico dos municípios divulgado pelo IBGE em 2022, Raimundo Casé iniciou a extração do óleo do coco babaçu, típico da região, gerando empregos e formando um povoado juntamente com os trabalhadores migrantes.

O município está situado às margens de duas bacias hidrográficas: os rios Coco e Araguaia. Foi instalado em 1º de junho de 1989, a 256 quilômetros da capital Palmas e a 43 quilômetros a nordeste de Santana do Araguaia, a cidade mais próxima. Com uma área territorial de 1.680,014 quilômetros quadrados, possui as seguintes coordenadas geográficas: latitude 9°16'40" S e longitude 49°57'21" O.

Caseara possui uma população rural significativa, com 11 assentamentos, sendo o mais novo e maior o assentamento Onalício Barros.

### Assentamento Onalício Barros e sua instituição

O assentamento está localizado na rodovia TO-080, a 37,3 quilômetros do município de Caseara. Antes, era uma grande fazenda denominada Maracanã. O decreto de desapropriação ocorreu em 20 de março de 2006, com a emissão da posse em 17 de novembro e a criação oficial do assentamento em 21 do mesmo mês. Inicialmente, as famílias, vindas de diferentes cidades entre elas Angico, Darcinópolis, Pugmil, Paraíso do Tocantins, Rio dos Bois e, por último, Caseara estavam mobilizadas junto ao MST, divididas em cinco acampamentos, resistindo às dificuldades para conquistar a terra onde pudessem viver e trabalhar.

Em 2006, quando as famílias finalmente chegaram ao assentamento, os lotes ainda não haviam sido oficialmente divididos. Cada família recebeu um lote temporário de 2.500 metros quadrados para morar e produzir. Permaneceram nesse assentamento emergencial até 2008, quando foram estabelecidos os lotes definitivos, que variavam entre 30 e 48 hectares. Todos possuem uma Área de Preservação Permanente, a APP, e contam com uma área comunitária de 10 hectares, totalizando 7.500 hectares.

Atualmente, o assentamento é composto por 130 famílias distribuídas em três vicinais. Os principais alimentos cultivados são melancia, abacaxi, limão galego, pitaya, goiaba, manga, caju, acerola, ciriguela, maracujá, jaca, coco, jabuticaba e romã, entre outros. Também produzem coentro, cebolinha, pepino, tomate, alface, couve, pimentão, jiló, rúcula, maxixe, quiabo e pimentas em geral, além de mandioca, milho, arroz, feijão, abóbora e cará. As criações predominantes são galinhas, porcos e gado, mas também criam peru e búfalos. Poucas famílias utilizam esses produtos para comercialização; em sua maioria, são destinados à subsistência.

O assentamento conta com duas associações: Antônio Francisco Brasil e Avança Brasil, que atuam com o objetivo de buscar melhorias na qualidade de vida dos assentados. A sede, situada na área comunitária, funcionou entre 2009 e parte de 2010 como escola do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, mas foi fechada devido a fatores como infraestrutura precária e falta de profissionais capacitados. Atualmente, o espaço é utilizado para reuniões e celebrações de datas comemorativas, como o aniversário do

assentamento e o Dia das Crianças, além de eventos como a farinhada de jatobá. Outros espaços bastante utilizados são as igrejas — uma católica e outra evangélica que funcionam para missas, cultos e socialização.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM NÍVEL SUPERIOR VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO DOS CAMPONESES E CAMPONESAS NO ESTADO DO TOCANTINS**

A educação do campo, no Brasil, é uma pauta indispensável; é o alicerce para uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Freire, em obra de 1998, destaca que o sistema educativo adotado e as políticas públicas direcionadas à educação são elementos que demonstram a preocupação do país com seu futuro, pois somente o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não sejam tão díspares.

Antes de adentrar o contexto que envolve as políticas públicas educacionais, é importante compreender seu conceito. Conforme aponta Oliveira em publicação do ano de 2010, na página 4:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo que o governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

A educação é um viés complexo que não envolve apenas uma política ou um local institucional; ela pode ser ampliada em vários espaços não formativos e, dessa forma, integrar-se a outras. De acordo com as análises de Luca publicadas no ano de 2006, nas páginas 13 e 14, para a educação precisamos de ações que envolvam, no mínimo, os ministérios mais ligados ao tema: Educação, Cultura, Esportes, Comunicação, Ciência e Tecnologia.

Dessa forma, compreendemos que, para a efetivação de uma política pública educacional plena, laica e de qualidade, é fundamental a garantia de outras políticas que estejam alinhadas entre si e se tornem

interdependentes, podendo, assim, promover uma melhora significativa no processo de ensino-aprendizagem.

A escrita de Nascimento traz reflexões essenciais acerca das políticas públicas para a educação do campo no período ditatorial, apontando que, de 1968 aos anos 1990, o Brasil viveu em detrimento da escola pública e da falta de políticas públicas de Estado que acolhessem os vários grupos sociais, entre eles, os camponeses, conforme texto de 2009, na página 181.

Os movimentos sociais, desde essa época, lutavam pela criação de uma política específica para a formação dos camponeses e camponesas; contudo, devido ao período, não conseguiram avançar. Segundo Nascimento em sua obra de 2009, na página 182, a educação era um privilégio das camadas mais ricas da sociedade, o que determinava a não existência de políticas específicas para os camponeses.

O autor supracitado relembra momentos históricos, períodos em que foram criados movimentos sociais, sindicais e organizações não governamentais. Por volta de 1920, surgiu a primeira estratégia de educação, denominada ruralismo pedagógico; a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais, a CBAR, que seria o embrião da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, a ABCAR, criada em 1956; a Campanha Nacional de Educação Rural, a CNER, e o Serviço Social Rural, o SSR, em 1950; os movimentos de resistência, como os Centros Populares de Cultura, os CPCs, e o Movimento de Educação de Base, o MEB; a Comissão Pastoral da Terra, a CPT, em 1975; e o MST, em 1984, todos descritos por Nascimento em 2009.

O Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária, o Enera, foi o primeiro espaço constituído pelos movimentos sociais e sindicais do campo, como MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, a Contag, CPT e outros. Esses encontros sempre foram apoiados por ONGs e organismos ligados à Igreja Católica, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, e por organizações ligadas à Organização das Nações Unidas, como a FAO, a

Unesco e o Unicef. Após esse espaço de debate, realizou-se a Primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, na cidade de Luziânia, em Goiás, no ano de 1998, conforme resgata Nascimento em 2009.

Os movimentos sociais e sindicais continuaram sua luta pela educação do campo até que o Pronera, instituído por meio da Portaria do Ministério Extraordinário da Política Fundiária número 10, de 16 de abril de 1998 foi formalmente consolidado em 2001, sendo incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra. Assim, foi editada a Portaria do Incra número 837, aprovando a edição de um novo manual de operações.

Desde então, o Pronera é uma política pública essencial para os povos do campo, das águas e das florestas, materializada pelo tripé composto pelo governo federal, movimentos sociais e sindicais e instituições de ensino superior. Esse programa se torna ainda mais interessante quando entendemos sua metodologia de ensino dividida em Tempo-Comunidade, o TC, e Tempo-Universidade, o TU contribuindo para que os jovens possam ter sua formação acadêmica sem precisar migrar para as cidades, diminuindo assim o êxodo rural.

É importante enfatizar o posicionamento de Silva e Soares em artigo do ano de 2020, na página 7:

Lembramos que a concepção de “pedagogia da alternância”, que fundamenta os cursos vinculados ao Pronera, é distinta da concepção de formação de cursos da modalidade EAD. A primeira compreende a educação como direito social articulada às particularidades do campo. Já para os cursos de modalidade EAD, a educação é um serviço a ser mercantilizado que se torna um mercado altamente lucrativo para os empresários da educação (Silva; Soares, 2020, p. 7).

Além de promover a compreensão da vivência nos territórios e sua importância, o programa potencializa a cultura local e forma militantes comprometidos com as causas sociais. Sobre a metodologia utilizada, a pedagogia da alternância do Pronera, Dal Moro (2013, p. 6) afirma:

Essa estratégia metodológica distingue-se radicalmente dos cursos a distância. No decorrer do tempo escola os estudantes frequentam o curso e cumprem uma carga horária integral das disciplinas e realizam outras atividades acadêmicas relacionadas à pesquisa e extensão, garantindo com isso a inserção acadêmica desses estudantes. O tempo comunidade considerado fundamental para o aprendizado torna-se um momento de complementação e aprofundamento dos conteúdos repassados no tempo escolar.

Esse programa possibilita que camponesas e camponeses tenham acesso às universidades; pessoas que, em sua maioria, não cursariam o ensino superior devido às condições financeiras ou por outros fatores, como o desejo de permanecer em seus territórios, produzir em suas terras e a impossibilidade de se ausentar durante todo o ano, o que exigiria estudar em outro local, no mesmo ou em outro município, gerando gastos e dificuldades de locomoção pela distância. Com o Pronera, essa preocupação deixa de existir, pois trata-se de uma educação específica que contempla as necessidades da população e faz com que se sintam acolhidos, incluídos e ouvidos.

Essa é uma forma de educação que desperta, cada vez mais, o desejo de assumir e fortalecer a identidade camponesa, atendendo às suas raízes. Permite uma formação crítica ao olhar para a realidade dos territórios conquistados por meio de muitas lutas; estimula a valorização do MST e desperta a vontade de trabalhar na terra e de não a abandonar. Modifica a percepção de que viver na cidade representa necessariamente melhor qualidade de vida e maiores oportunidades.

Como política pública de educação no contexto da reforma agrária, foi iniciado um curso de Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins, a UFT, vinculado ao Pronera, em outubro de 2019. Foram ofertadas 60 vagas; 51 candidatos foram aprovados, mas, após o atraso no repasse de recursos, alguns desistiram e, de fato, 37 acadêmicos foram matriculados. Silva e Soares relembram em publicação de 2020, na página 2:

Esse é o terceiro curso de Serviço Social vinculado ao PRONERA, sendo a primeira experiência realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que formou a turma “Carlos Nelson Coutinho”, em 2015, e a segunda experiência também concluída na Universidade Estadual do Ceará (UECE), com a formação da turma “Eldorado dos Carajás” em 2018 (2020, p. 2).

Outro exemplo relevante é o curso de Licenciatura em Educação do Campo, conhecido pela sigla Ledoc, que teve sua origem a partir das demandas sociais e foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, o Procampo. Seu principal objetivo é formar profissionais capacitados para atuarem como educadores e educadoras nas escolas de educação básica do campo. Segundo aponta Almeida em estudo do ano de 2024, na página 9, por meio do edital Chamada Pública número 02 de 2012 da SESU, SETEC, SECAD e MEC, a UFT apresentou propostas para a implantação das Licenciaturas em Educação do Campo, na área de conhecimento Código e Linguagens, com foco em Artes, Músicas e Artes Visuais.

No Brasil, alguns cursos da Ledoc já haviam sido implantados anteriormente, com o desenvolvimento de quatro projetos-piloto em instituições de ensino superior: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Sergipe. Somente em 2014 os cursos da Ledoc foram implantados nos municípios de Arraias e Tocantinópolis, no Tocantins.

O curso foi estruturado para uma duração de oito semestres letivos em que nos três primeiros anos para a implantação foram ofertadas 120 vagas/ano em cada curso e na continuidade, dado o fim do financiamento pelo governo federal, houve uma redução de matrículas [...] (Santos *et al.*, 2024, p. 11).

A modalidade adotada é a mesma utilizada no Pronera: a pedagogia da alternância, estruturada em Tempo-Universidade (TU) e Tempo-Comunidade (TC). Pensada para se adequar às necessidades dos sujeitos do campo, o TU ocorre nos períodos de recesso escolar, entre os meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto. Já o TC está previsto para os períodos de março a junho e de setembro a dezembro. Santos e colaboradores (2024) afirmam que:

A situação sócio educacional tocantinense requer políticas públicas para o atendimento da Educação Básica do Campo, de modo a contemplar a realidade campestre, o que demanda oferta de cursos

de licenciaturas que habilitem profissionais para atuar na docência de forma interdisciplinar e transdisciplinar; que sejam capazes de desenvolver práticas educativas inovadoras e, sobretudo que tematizem a realidade vivida pelos povos do campo (p. 10).

Podemos compreender que a Ledoc é uma modalidade de educação que parte do princípio de conhecer e compreender a realidade de cada sujeito, respeitando suas necessidades, valorizando suas culturas e integrando suas vivências aos conteúdos abordados. Essa proposta coloca em prática o Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que estabelece os seguintes propósitos:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação e às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos de zona rural; II. Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III. Adequação à natureza do trabalho da zona rural.

O Pronera e o curso da Ledoc são exemplos de políticas educacionais que atendem às especificidades da população rural e formam profissionais capacitados para atuarem tanto nas cidades quanto em seus territórios. A seguir, compreenderemos, pela ótica dos assentados da reforma agrária do assentamento Onalício Barros, suas trajetórias como formados pelo Pronera.

O Pronera é um programa que possibilita e oportuniza o crescimento do ser humano, individual e coletivamente, em diversas áreas: pessoal, acadêmica e profissional. Isso se constrói a partir de sua estrutura e metodologia. O entrevistado A, em relato obtido em diálogo no dia 10 de janeiro de 2025, ressalta:

Me ajudou a amadurecer e evoluir muito, em muitas coisas, a valorizar mais as minhas origens. [...] às vezes eu tinha esse pensamento que pra mim ter sucesso, pra mim conquistar algo, eu tinha que me desligar da minha comunidade sabe. Pude entender melhor a importância do meu assentamento, da sociedade em si, das associações. [...] me preparou bastante para o mercado de trabalho, porque o mercado de trabalho não é só trabalhar, ali de certa forma, forma uma sociedade e você tem que saber lidar. (Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

Para o entrevistado A, além de contribuir para o conhecimento e a valorização do território, o curso foi um preparatório para o mercado de trabalho, devido à pedagogia da alternância, que promove uma maior integração entre os acadêmicos e o trabalho coletivo nas tarefas da universidade e do alojamento. Para que isso se concretize, os estudantes são organizados em Núcleos de Base (NBs).

Outro aspecto importante relatado foi a mudança na visão sobre a zona rural. O entrevistado menciona que, antes, acreditava que, para alcançar o “sucesso”, seria necessário mudar-se para a zona urbana. Esse é um pensamento recorrente entre os jovens; nossos assentamentos estão se esvaziando de juventude, e a maioria alega que isso se deve à falta de oportunidades educacionais e à ausência de políticas públicas, tanto no que se refere ao bem-estar dos moradores quanto à infraestrutura dos assentamentos.

Veremos, a seguir, a opinião do entrevistado B:

Minha vida pessoal teve um certo impacto, principalmente na questão financeira. Até a minha formação eu não tinha tido nenhum emprego, eu dependia dos meus pais. [...] abriu portas, oportunidades para conseguir emprego na área que eu me formei. [...] aprendi muita coisa voltada para a área, trouxe pra cá, onde eu moro (Entrevistado B, entrevista 25 de janeiro de 2025).

Na vida do entrevistado B, o programa agrega conhecimentos que podem ser aplicados em suas terras, como uma melhor compreensão sobre o cultivo de alimentos e plantas medicinais, manejo do solo, produção agroecológica, entre outros. Seu primeiro emprego na área de formação obtida por meio do Pronera contribuiu para sua independência financeira, melhorando não apenas sua qualidade de vida, mas também a de seus familiares. De acordo com Mançano e Tarlau, esse é o verdadeiro objetivo da escolarização.

Os governos e as agências internacionais de desenvolvimento não veem mais o propósito das escolas como sendo simplesmente educar

novos alunos, mas, além disso, a educação também deve ser responsável pela redução da pobreza e pela conquista da “harmonia social” e da “igualdade”. (2017, p. 555).

Uma questão muito discutida e essencial para os camponeses são as oportunidades de trabalho, que muitas vezes são limitadas ou inexistentes. Essa dificuldade se intensifica quando não se possui formação técnica ou ensino superior. Por isso, a educação é uma ferramenta fundamental para transformar vidas.

No aspecto pessoal, buscando compreender como cada entrevistado se sente em relação à sua formação acadêmica, apresenta-se, a seguir, o relato do entrevistado A:

Sou grata, porque minha família nunca teve condição pra pagar uma faculdade pra mim e eu consegui essa oportunidade [...] quando surgiu a faculdade de agronomia, eu aproveitei pra fazer o vestibular e eu gosto, não me arrependo, na verdade queria ter aproveitado mais a minha formação. (Entrevistado A, entrevista 10 de fevereiro de 2025).

O entrevistado B, também demonstra gratidão:

Eu me sinto de alguma forma realizada né ? Meus pais não tiveram, na época deles, assim de jovem,[...] não tiveram condição de ter uma formação, né ? Com certeza eles desejaram ter isso, né ? Mas não tiveram. E eu me sinto realizada até por eles também (Entrevistado B, entrevista 25 de janeiro de 2025).

A população camponesa enfrenta muitos desafios para cursar o ensino superior, sendo a condição financeira um dos principais obstáculos, tornando praticamente inviável o ingresso em universidades privadas, mesmo com bolsas parciais ou integrais.

O Pronera é a expressão mais forte da concepção da Educação do Campo porque tem e mantém suas raízes no movimento social, aprofunda debates sobre a produção da existência humana e as relações entre classes no modo de produção capitalista. (Souza, 2022, p. 361).

No contexto da cidade de Caseara, os camponeses enfrentam dificuldades para acessar as oportunidades de educação superior

ofertadas no município. As áreas dos cursos são limitadas, e as aulas presenciais ocorrem no período noturno, o que dificulta a locomoção, já que é necessário percorrer 37,3 km até a cidade — muitos, inclusive, não dispõem de transporte. Por todos esses motivos, o Pronera continua sendo o programa que melhor atende às necessidades da população rural, inclusive no que diz respeito aos conteúdos abordados e à pedagogia adotada.

A partir do momento que compreendem a contradição no modo de produção capitalista, os povos se organizam, e no âmbito educacional, interrogam a escola e defendem um currículo vivo, que aborde conteúdos vinculados com problemas da realidade, com os valores da terra, a questão agrária, o trabalho, a concentração da terra, a interdependência campo e cidade, a agroecologia, soberania alimentar, entre outros (Fernandes; Tarlau, 2022, p. 362).

Na sequência, os entrevistados A, B e C relatam as contribuições do programa:

O jovem ele tem aquela capacidade, ele passa num vestibular, mas aí ele terá que ir para a cidade e muitas vezes tem que trabalhar também e assim na cidade tem todo o custo, alimentação, água, energia, transporte...tudo é custo e já com o PRONERA não é assim, ele arca com praticamente tudo. (Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

Começando por ter trago a oportunidade de uma filha de quem é da reforma agrária, conseguir uma formação, que era muito difícil, ainda é também. Aprender a produzir. Também questão de oportunidade no futuro, no caso hoje, a gente conseguir também um emprego, voltado na área, que pudesse trazer um pouco de ajuda para a nossa família. (Entrevistado B, entrevista 25 de janeiro de 2025).

Bom, o PRONERA possibilitou que a gente tivesse uma formação [...] acredito que se não fosse o PRONERA, talvez a gente não tivesse tido uma oportunidade de ingressar numa universidade, de fazer um curso, de se formar e conseqüentemente de ter um emprego na área e de melhorar a qualidade de vida da gente aqui no assentamento.(Entrevistado C, entrevistada 25 de janeiro de 2025).

É notória a melhoria na qualidade de vida da população rural após a conclusão do ensino superior. Dois dos entrevistados já atuam em suas áreas de formação, e o terceiro estava trabalhando em outra área, mas prestes a iniciar um emprego na sua profissão. Para compreender a satisfação em relação aos conteúdos oferecidos, o entrevistado A afirma:

O PRONERA tem o cuidado pra ter a formação não só acadêmica que envolve mais a ciência em si, que é o mesmo que as outras formações convencionais tem, mas também uma formação social e política, né das pessoas que fazem parte. [...] ajuda a pessoa entender qual o lugar dela ali naquela sociedade,[...] porque eu faço parte dessa

sociedade ou o que posso fazer para mudar essa [...] realidade (Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

Conclui-se que o Pronera oferece, além da formação acadêmica, uma formação social e política, pois está enraizado nos movimentos sociais, especialmente no MST. Conforme Fernandes e Tarlau (2022, p. 362): “Nos movimentos sociais, os sujeitos dialogam sobre suas condições de vida, trabalho, escolarização, entre outros problemas, e constroem as bases para a relação com o governo, demandas e elaboração de políticas públicas”.

Dessa forma, o programa amplia os conteúdos abordados, proporcionando uma educação transformadora e de qualidade para os camponeses — uma educação que contribui para a permanência de muitos jovens no campo. Conforme os entrevistados A e C:

Desde então estou morando aqui, não pretendo sair, quero continuar morando aqui mesmo depois de casar-se, essa é a minha ideia, continuar morando na terra dos meus pais e mais na frente a gente conseguir trabalhar aqui dentro com alguma coisa que vai trazer lucratividade, porque até o momento a gente só está mexendo com criação de galinha na terra e é para a subsistência. (Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

E eu acredito que a maioria das pessoas, elas não querem ir embora do assentamento. Elas querem ficar aqui, elas só vão por falta de oportunidade realmente, nós só queremos melhorias né, pra cá,[...] a gente quer melhorar a qualidade de vida (Entrevistado C, entrevista 25 de janeiro de 2025).

Após a formação pelo Pronera, os jovens passam a conhecer melhor a história de seus territórios, como foram conquistados e suas potencialidades:

[...] por eu morar em assentamento, não que eu não gostava de morar em assentamento, eu gostava, porém eu não valorizava tanto isso, não valorizava tanto ser filha de assentado, morar num assentamento que é conquistado da reforma agrária, até mesmo porque eu não conhecia muito bem.(Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

O interesse pelo assentamento aumenta, assim como a valorização do território, cuja conquista por meio de muita luta e organização realizada pelo MST passa a ser reconhecida. Assim, entende-se que o MST desempenha um papel fundamental na formação social e política, como demonstram as falas dos entrevistados:

[...] tivemos alguns professores que são pessoas importantes no Movimento, que eles foram dar várias formações pra gente, desde quando começou o movimento, a luta pela terra, então assim tudo isso fui adquirir lá ,aqui eu não tinha essa formação assim tão bem explicada, e lá também que fui participar, das marchas, a gente sempre tinha essa preocupação de ter a mística todos os dias, que também é uma formação importante para o movimento e na questão social, o MST sempre teve essa preocupação de ensinar sobre o companheirismo, sobre a luta camponês dos assentados e o tanto que a educação é importante pra essa luta né [...] (Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

Assim, eu entendo que o MST foi importante né, para a minha formação porque [...] ele possibilitou ter uma visão mais ampla do que realmente é a educação do campo, o PRONERA, os movimentos sociais, a luta pelos direitos sociais (Entrevistado C, entrevista 25 de janeiro de 2025).

De acordo com os relatos, a permanência dos jovens no campo se deve principalmente ao contato com o MST, pois foi por meio desse contato que conheceram o assentamento e compreenderam o significado da luta pela terra. O MST agrega e amplia o conhecimento dos acadêmicos em diversas áreas, tornando a formação ainda mais enriquecedora ao alinhá-la aos movimentos sociais. Conforme o entrevistado C:

Com relação a organização coletiva, igual o MST, a gente percebe que pra gente conquistar algo [...] tem que se mobilizar, se organizar, porque ninguém consegue nada sozinho, [...] tem que se reunir, a gente tem que debater, tem que discutir sobre as nossas necessidades, sobre o que a gente precisa, [...], e correr atrás, porque eu acredito que a palavra de um tem valor, mas a palavra de dois, três, quatro, ou uma multidão, ela vai ter uma amplitude muito maior (Entrevista 25 de janeiro de 2025).

A organização coletiva, de fato, é importante. Conforme Fernandes e Tarlau:

São os movimentos sociais da classe trabalhadora e dos povos oprimidos que elaboram a práxis político-pedagógica, pautada nas necessidades concretas e que dá substância à organização de espaços públicos de luta por educação e escola do campo (2022, p. 360).

O trabalho realizado em coletivo possibilita o debate, o desenvolvimento de projetos, a identificação das demandas dos territórios e a busca por soluções para superá-las.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a importância da educação do campo como instrumento libertador e fundamental para camponeses e camponesas, especialmente por sua ligação estreita com os movimentos sociais, em destaque o MST. Compreendemos que tanto a Ledoc quanto o Pronera são modalidades educacionais que atendem às exigências e necessidades da população rural. Os conteúdos críticos abordados e a pedagogia da alternância rompem com o modelo tradicional de ensino urbano e mercadológico, permitindo que os estudantes unam o conhecimento científico à prática cotidiana em suas comunidades.

Ficou evidente, por meio dos relatos colhidos no assentamento Onalício Barros, que o acesso ao ensino superior qualificado transforma a realidade das famílias assentadas, gerando independência financeira, aplicando técnicas de produção sustentável na terra e resgatando o orgulho da identidade camponesa. A atuação do MST, integrada a essas políticas, cumpre um papel pedagógico essencial ao despertar a consciência política e a relevância da organização coletiva para a conquista e manutenção de direitos sociais.

Conclui-se, portanto, que garantir o direito à educação superior no campo não se resume a um ato de escolarização individual, mas constitui uma estratégia política crucial para frear o êxodo rural, fortalecer a soberania alimentar e garantir o desenvolvimento social sustentável das famílias que vivem e trabalham na reforma agrária.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394compilado.htm)

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>. Acesso em 10 jan. 2025.

CIDADE BRASIL. Disponível: [www.cidade-brasil.com.br](http://www.cidade-brasil.com.br). Acesso em 5 jan. 2025.

DAL MORO, M. Formação profissional em Serviço Social para assentados da reforma agrária: o regime da alternância em questão. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais...* São Luiz: UFMA, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FERNANDES, B. M.; TARLAU, R. Razões para mudar o mundo: a educação do Campo e as contribuições do PRONERA. *Educ.Soc.,Campinas*, v. 38, n. 140, p. 545-567, jul.-set.,2017.

LUCA, N. P. Políticas educacionais no mundo contemporâneo. *Linnc em Revista*, v. 2, mar. 2006, p. 8-21. Disponível em: <http://www.ibict.br/linnc>. Acesso em 16 jan. 2025.

NASCIMENTO, C. G. Políticas “públicas” e educação do campo: em busca da cidadania possível? *Revista Travessias*, 2009.

OLIVEIRA, A. F. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In: OLIVEIRA, A. F. Fronteiras da educação: tecnologias e políticas.* Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

SANTOS, T. F. *et al.* Da implantação à implementação: (re)visitando a educação do campo no Tocantins. *Caderno Pedagógico (Lajeado Online)*, v. 21, p. 1-20, 2024.

SILVA, M. J.; SOARES, R. V. Serviço Social na luta pela educação dos trabalhadores do campo. *Revista Serviço Social e Sociedade*. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.393>. Acesso em 16 jan. 2025.

SILVA, M. J; SOARES, R. V. Formação profissional em Serviço Social/PRONERA: experiência no Tocantins.v.1n.1(2020): *Questão Social, violência e segurança*

pública: desafios e perspectivas. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33355>. Acesso em 16 jan. 2025.

SOUZA, M. A. PAULA, R. A. C. Pronera: da práxis pedagogicamente nas escolas do campo. *Revista Inter-Ação*. Goiânia, v. 47, n. 2, p. 359-373, 2022. DOI: 10.5216/ia.v47i2.72158. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72158>. Acesso em 16 jan. 2025.

TOCANTINS. Caseara. Disponível em [caseara.togo.br](http://caseara.togo.br). Acesso em 20 de Dez. 2024.

## SOBRE AS ORGANIZADORAS

### **Maria José Antunes da Silva**

Possui graduação e Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004), doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (2019). Atualmente é professora da Graduação e do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, participação popular, lutas de classes, cidadania, democracia, processo de trabalho, formação e política social. Líder do grupo Gepe: SerLutas - Política Social, Lutas sociais e desafios para a intervenção do Serviço Social no campo e na cidade. Integrante do Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo (NEBC/CEAM/UnB). Coordenou de 2019 a 2025 o curso de Serviço Social/Pronera/UFT

### **Josenice Ferreira dos Santos Araújo**

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1999), é mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2003) é Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (2020) e faz Bacharelado em Teologia pela FABAD. É professora da Universidade Federal do Tocantins e Vice-Coordenadora do Curso de Serviço Social. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Social, intersectorialidade e interdisciplinariedade e vice-líder do grupo de estudos e pesquisas em ética e área sócio-jurídica. (GEPE - ASJ- UFT), membro do Projeto de pesquisa e extensão SER Lutas e na UNB participa como membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social-TRASSO. Atualmente é Presidente do NDE do Curso de Serviço Social e docente no Mestrado do PPGSSocial da UFT. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em pesquisa sobre Política de Educação, Segurança e Sistema Prisional.

### **Ingrid Karla da Nóbrega Beserra**

Professora Adjunta na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Serviço Social pela UFPE (2016). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Pesquisadora Associada na Rede Zika Ciências Sociais/Fiocruz. Membro da Rede Brasileira de Universidades Promotoras da Saúde (Rebraups). Membro do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (Ceimpa/TO). Docente do Programa de Ensino em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS/UFT).

## SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

### **Antonio Francisco Vieira Barbosa**

Bacharel em Serviço Social pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (Pronera/UFT).

### **Carlos de Jesus Costa**

Graduado em Serviço Social, na Turma Especial Serviço Social da Terra, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

### **Cleoma Inácio Lima Santos**

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

### **Geniffe Kariny Rodrigues dos Santos**

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins.

### **Ingrid Karla da Nóbrega Beserra**

Professora Adjunta na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Serviço Social pela UFPE (2016). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Pesquisadora Associada na Rede Zika Ciências Sociais/Fiocruz. Membro da Rede Brasileira de Universidades Promotoras da Saúde (Rebraups). Membro do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (Ceimpa/TO). Docente do Programa de Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS/UFT).

### **Josenice Ferreira dos Santos Araújo**

Assistente Social e Mestra em Sociologia pela UFPB. Doutora em Política Social pela UnB, Professora Adjunta na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

### **Layara Ribeiro de Sousa**

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

### **Lucas Inácio de Lima Santos**

Bacharel em Serviço Social pelo Pronera/UFT.

**Maicon Henry Gonçalves**

Bacharel em Serviço Social pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (Pronera/UFT).

**Marcelo de Jesus Sousa**

Bacharel em Serviço Social, em 2024 pelo Curso de graduação em Serviço Social/PRONERA/ INCRA/Universidade Federal do Tocantins.

**Maria Helena Cariaga**

Docente no curso de graduação em Serviço Social Pronera/UFT/INCRA e do Programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSSocial/UFT). Professora orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social/PRONERA/INCRA/UFT.

**Maria José Antunes da Silva**

Assistente Social e mestra em Serviço Social pela PUC/GO, Doutora em Política Social pela UnB, Professora Associada do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins e coordenadora do Curso Serviço Social/Pronera/Turma Maria Trindade, líder do Grupo de Pesquisa: GEPE Ser&Lutas - Política Social, Lutas sociais e desafios para a intervenção do Serviço Social no campo e na cidade. Coordenadora do curso de graduação em Serviço Social Pronera/UFT/Incra e do Programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSSocial/UFT).

**Rejane Cleide Medeiros de Almeida**

Pós-doutora em Educação, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Professora do curso de educação do campo: artes, UFNT. Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território e do Programa de Educação da UFNT.

**Renata Sousa Silva**

Graduada em Serviço Social pelo Curso do Pronera UFT/ Campus Miracema do Tocantins.

**Rosemary Negreiros de Araújo**

Historiadora, doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará Centro de Ciências (2016). Professora Associada na graduação em Serviço Social/UFT, no Serviço Social/Pronera/UFT e no PPGSSocial da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Miracema-TO.

**Sandra de Oliveira Gomes Pereira**

Assistente social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela UFT/Campus Miracema do Tocantins.

**Suzikelia Chaide da Cruz**

Bacharel em Serviço Social pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (Pronera/UFT).

**Thamires Dos Santos Ribeiro**

Bacharel, graduada pelo curso em Serviço Social/PRONERA/INCRA pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

**Zaira Sabry Azar**

Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão.

